

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Natália Aimar Ferreira

**A nova direita juiz-forana e a perseguição às discussões de gênero e
sexualidade na educação**

Juiz de Fora

2024

Natália Aimar Ferreira

A nova direita juiz-forana e a perseguição às discussões de gênero e sexualidade na educação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação. Área de concentração: “Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas”.

Orientador: Dr Eduardo Magrone

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ferreira, Natália Aimar.

A nova direita juiz-forana e a perseguição às discussões de gênero e sexualidade na educação / Natália Aimar Ferreira. -- 2024. 170 f.

Orientador: Eduardo Magrone

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

1. Ideologia de gênero. 2. Escola sem partido. 3. Neoconservadorismo. 4. Nova direita. 5. Pânico moral. I. Magrone, Eduardo, orient. II. Título.

Natália Aimar Ferreira

A nova direita juiz-forana e a perseguição às discussões de gênero e sexualidade na educação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre/a em Educação. Área de concentração: "Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas".

Aprovada em 26 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Eduardo Magrone - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Rafaela Reis Azevedo de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Alessandra Carvalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Juiz de Fora, 28/02/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Magrone, Professor(a)**, em 02/04/2024, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Reis Azevedo de Oliveira, Professor(a)**, em 09/05/2024, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Carvalho, Usuário Externo**, em 14/05/2024, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1723103** e o código CRC **E8B285C8**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à minha mãe, Ângela, cujo constante incentivo e apoio me proporcionaram todas as oportunidades que desfrutei até o momento. Sem o seu incansável empenho, força e dedicação, tanto eu quanto minha irmã Nívea não teríamos alcançado o ensino superior. Expresso também minha gratidão à minha tia Silvéria, por me acolher em Juiz de Fora e viabilizar o início dos meus estudos, demonstrando um cuidado que se equiparava ao da minha própria mãe.

Ao Caio, que chegou depois, mas se tornou meu incentivo diário, meu apoio, meu alívio e meu porto seguro. Sua celebração em cada etapa superada e seu apoio incondicional nos momentos mais difíceis foram essenciais para que eu não desistisse diante dos obstáculos.

Agradeço igualmente ao meu orientador, Eduardo Magrone, cuja inteligência, paciência e sensibilidade permitiram a elaboração deste texto. Estendo meus agradecimentos aos colegas do grupo de estudos "Clima Escolar", pelas valiosas contribuições e trocas de conhecimento.

Aos amigos do curso de Ciências Sociais, que além dos momentos de celebração, dos sambas aos finais de semana, das aulas e das pesquisas, reconheço a importância do grupo de estudos que criamos dedicado à preparação para o mestrado, sendo este fundamental para minha aprovação no programa em 2019. Agradeço também aos membros do "GRUPEES" pelos estudos durante o mesmo período, especialmente à professora Rafaela, como maior incentivadora da minha transição para a faculdade de Educação.

Aos meus grandes amigos que me ouviram e me orientaram nas diferentes fases da vida e também dessa escrita, em especial Maria, Mariana, Janderson, Tales, Aldo e Clara.

À minha sogra, Maria Aparecida por me acolher como mãe e me incentivar. A todos os membros da família Cardoso e Ferreira, por todos os momentos de descontração e apoio incondicional, e a todas as professoras da família, que me inspiram a ser como elas, dedicando-se com paixão e comprometimento à educação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

RESUMO

O presente estudo lança luz sobre o recente – e ainda em curso – movimento neoconservador que, nos últimos sete anos, passou a ter expressão na agenda educacional juiz-forana, moralizando e midiaticando as pautas educacionais, resultando em inúmeras tentativas de censura e exclusão de temas relacionados à Educação Sexual do currículo. Este é um contexto em que a homologação da nova Base Nacional Comum Curricular cedeu às pressões desses setores e retirou o tema transversal “Orientação Sexual”, que, desde 1996, era o principal documento que previa Educação Sexual nas escolas. Em consonância com a pressão nacional em torno da BNCC, em várias cidades do Brasil, os Planos Municipais de Educação também foram alvos da onda neoconservadora, resultando na retirada de menções a gênero e sexualidade dos currículos, resultado da instauração do pânico moral em torno da já conhecida “ideologia de gênero”. Nesse sentido, identificamos a composição desse movimento neoconservador juiz-forano que atuou - e ainda atua - no campo educacional da cidade, suas motivações e os possíveis resultados por ele alcançados, a partir dos debates sobre o tema na Câmara de Vereadores de Juiz de Fora. Os principais achados da pesquisa revelam que esse movimento é plural, composto por diferentes frentes que convergem no interesse de perseguir essas pautas. O estudo foi feito através do método Análise de Discurso (ORLANDI, 2015), tendo como material de análise as reuniões ordinárias, extraordinárias e audiências públicas em que foram discutidos os Projetos de Lei n.º 4159/2015, n.º 121/2016, n.º 160/2016, n.º 01/2017, n.º 4269/2017 e n.º 117/2021 da Câmara Municipal de Juiz de Fora, sendo esses os projetos que, ao longo dos últimos sete anos, tentaram banir da educação juiz-forana as discussões de gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Ideologia de gênero; Escola Sem Partido; Neoconservadorismo; Nova direita; Pânico moral

ABSTRACT

This study explores the recent and ongoing neoconservative movement that, over the past seven years, has become influential in the educational agenda of Juiz de Fora. This movement has been moralizing and shaping educational issues, leading to numerous attempts to censor and remove topics related to Sexual Education from school curricula. During this period, the new National Common Core Curriculum (BNCC) was approved, but under pressure from these groups, the theme of "Sexual Orientation" was removed—a topic that had been a central part of Sexual Education in schools since 1996. Similarly, Municipal Education Plans in several Brazilian cities were affected by the neoconservative wave, resulting in the elimination of references to gender and sexuality from the curricula. This change was driven by the moral panic surrounding the so-called "gender ideology." In this study, we examine the composition of this neoconservative movement in Juiz de Fora, its motivations, and its potential impact, based on debates in the Juiz de Fora City Council. The research reveals that this movement is diverse, consisting of different groups that share a common goal of opposing these issues. The study uses the Discourse Analysis method (ORLANDI, 2015) to analyze regular and special meetings, as well as public hearings, where key bills were discussed, including: No. 4159/2015, No. 121/2016, No. 160/2016, No. 01/2017, No. 4269/2017, and No. 117/2021 from the Juiz de Fora City Council. These bills, introduced over the past seven years, have aimed to ban discussions of gender and sexuality in Juiz de Fora's education system.

Keywords: Gender Ideology; Escola sem Partido; Neoconservatism; New Right; Moral Panic

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Pág.
Tabela 1	Projetos de lei analisados..... 18
Tabela 2	Moções de repúdio analisadas..... 19
Figura 1	Buscador de Proposições Legislativa da Câmara Municipal de Juiz de Fora..... 20
Figura 2	Temas mais frequentes nas publicações sobre “ideologia de gênero” do clã Bolsonaro..... 59
Tabela 3	Projetos de Lei relativos aos direitos das mulheres criados por Ana Rossignoli..... 77
Figura 3	A intersecção do campo “educação sexual”..... 140
Quadro 1	Reuniões analisadas referente ao Escola Sem Partido..... 165
Quadro 2	Reuniões analisadas referente ao Infância Sem Pornografia 166
Quadro 3	Reuniões analisadas referente ao PME..... 167
Quadro 4	Reuniões analisadas referente as moções de repúdio..... 167
Quadro 5	Reuniões analisadas sobre outros temas..... 168
Quadro 6	Vereadores, Partidos e Participação nos debates..... 168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular
ESP - Escola Sem Partido
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GTPOS - Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual
IST – Infecção Sexualmente Transmissível
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais
LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não Binários
MEC - Ministério da Educação
MOSES - Movimento pela sexualidade sadia
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PBSH - Programa Brasil sem Homofobia
PL - Projeto de lei
PLS - Projetos de lei
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMNH - Programa Nacional de Direitos Humanos
PNE - Plano Nacional de Educação
PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PSC - Partido Social Cristão
PSL - Partido Social Liberal
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SUS – Sistema Único de Saúde
STF - Supremo Tribunal Federal
UNESCO - Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSAL - União das Repúblicas Socialistas da América Latina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	17
3	BASES CONCEITUAIS.....	22
3.1	A NOVA DIREITA.....	22
3.2	EDUCAÇÃO SEXUAL: O INIMIGO DA VEZ	29
3.3	PÂNICO MORAL COMO ESTRATÉGIA.....	35
3.4	ESCOLA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO SEXUAL.....	38
3.5	ESCOLA SEM PARTIDO.....	48
3.6	IDEOLOGIA DE GÊNERO.....	53
3.7	NUANCES E CONTRADIÇÕES DA IDEOLOGIA DE GÊNERO E ESCOLA SEM PARTIDO NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO.....	56
4	O CAMPO: TENSÕES E EMBATES EM JUIZ DE FORA.....	61
4.1	PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO (2013 - 2016).....	72
4.1.1	Plano municipal de políticas para mulheres.....	74
4.1.2	Escola sem partido.....	81
4.1.3	Infância sem pornografia.....	87
4.2	SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO (2017 - 2020).....	89
4.2.1	Plano municipal de educação.....	88
4.2.2	Moções de repúdio.....	101
4.2.3	Infância sem pornografia.....	115
4.3	ENTRE DIREITAS E “SEM PARTIDOS”.....	136
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	150
	APÊNDICE A - REUNIÕES ANALISADAS.....	165
	APÊNDICE B - VEREADORES, PARTIDOS E PARTICIPAÇÃO NOS DEBATES.....	168

1 INTRODUÇÃO

Na maioria das distopias que são produzidas atualmente pela cinematografia, os divergentes são excluídos, perseguidos, neutralizados e, por fim, mortos. Uma sociedade do “fim do mundo” parece ser aquela na qual não há lugar para a diferença. Diante da escassez, dos desastres ambientais e de outras inúmeras crises, um governo forte e totalitário aparece nessas obras como a solução (ou paliativo) para os problemas. É o caso da obra *The Handmaid’s Tale* (ATWOOD, 1998), livro que se tornou série televisiva pela emissora Hulu. Na citada obra, frente a uma crise de infertilidade transnacional, um pequeno grupo católico apoia-se no fundamentalismo religioso e encontra na Bíblia a solução: Assim como Sara não poderia dar filhos a Abraão e precisou deitar-se com sua concubina, era necessário que as famílias inférteis recebessem uma serva para gerar o filho dessa família.

Na Bíblia, encontraram a justificativa perfeita para fazer uma sociedade inteira - ou parte dela – aceitar estuprar as poucas mulheres férteis em prol de um projeto de sociedade. Mas, esse era apenas um meio para um projeto final. Em defesa da família e do destino da humanidade, criaram uma teocracia, com a finalidade oculta: um projeto de poder. Nessa nova sociedade, os diferentes eram aniquilados: gays, lésbicas, travestis, transexuais, cientistas, membros de outras religiões, rebeldes políticos e todo e qualquer grupo fora do padrão que ameaçasse o *status quo* eram enforcados nos muros das cidades. Essa é uma sociedade do controle e da hipervigilância na qual as escolas reforçam os valores tradicionais e enfatizam os papéis de gênero.

Uma obra ficcional ilustra como a ascensão de governos totalitários aparece em momentos de crise. A História da humanidade, vivida e registrada, também é um excelente exemplo. No Brasil, nos últimos anos, assistimos à direita ganhar palco e poder. E não é qualquer direita. É uma direita que, por vezes, assume posições que estão fora do campo democrático. É um movimento que deixa dúvidas, é cego para suas próprias contradições e tende a nos deixar perplexos diante da sua emergência.

“Direitas”, “novas direitas”, “onda conservadora”, “fascismo”, “reacionarismo”... Uma variedade de conceitos e sentidos para um fenômeno que é indiscutível protagonista nos cenários nacional e

internacional de hoje: a reorganização neoconservadora que, em não poucas ocasiões, deriva em posturas autoritárias e antidemocráticas. (SOLANO, 2018, p.7)

Os tentáculos dessa grande onda neoconservadora espalharam-se pela sociedade de forma brusca, alimentando-se de diversas instituições, instaurando o veneno que permeia as mais profundas camadas da sociedade: o pânico moral. A suposta ameaça à família tradicional transformou-se em desconfiança e tentativas de controle sobre a autonomia professoral. Agora, os tentáculos desejam abraçar o sistema educacional e, para tal, exprimem falaciosas justificativas.

Dentro do sistema educacional, um tema específico passou a sofrer maior atenção persecutória: a Educação Sexual ou as chamadas discussões de gênero e sexualidade. Os professores passaram a ser vistos por esses setores como doutrinadores políticos ou ideólogos de gênero, dispostos a converter politicamente estudantes e transformá-los em sexualidades dissidentes. Como solução, estes setores apresentaram uma proposta de escola neutra: a Escola Sem Partido, que, ao longo dos anos, mostrou ser muitas coisas, menos sem partido.

Essas ideias foram disseminadas por todo o Brasil, chegando à cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, onde foi recebida de braços abertos por uma câmara legislativa conservadora. Entretanto, não foi somente uma parte da vereança da cidade que se apegou a tais ideias: aqui, tivemos também outros agentes que foram fundamentais nos processos de tentativas de censura da educação juiz-forana.

Desde 2015, as reações em torno das discussões de gênero e sexualidade na educação se intensificaram, a começar pelo Plano Municipal de Políticas para Mulheres (PL n.º 4159/2015), que continha a palavra “gênero” que foi logo associada à “ideologia de gênero”¹, da qual falaremos detalhadamente nos próximos capítulos. Posteriormente, foi a vez do Projeto de Lei do Escola sem Partido (PL n.º 121/2016) chegar. Em seguida, com outra cara e outros tipos de censura, veio o Projeto de Lei Infância sem Pornografia. (PL n.º 160/2016 – PL n.º 01/2017). Além das discussões em torno desses PLs, é preciso ressaltar que o Plano Municipal de Educação foi alvo de diversos embates também relacionados a gênero e sexualidade. Neste

¹ Termo criado no seio da Igreja Católica para se referir aos Estudos de Gênero, usado hoje como sinônimo de uma doutrinação que supostamente está em curso.

aspecto, aconteceram ainda polêmicas pontuais em algumas escolas da cidade² que resultaram em Moções de Repúdio. Em todas essas polêmicas, houve também a reação dos setores que são favoráveis às discussões de gênero e sexualidade nas escolas que tiveram também papel fundamental, para que alguns desses PLs não fossem aprovados.

Apesar de vermos os resultados – e a vitória - do movimento conservador, não fica tão evidente, a princípio, quem são os agentes por trás desse movimento e principalmente quais são as suas motivações. Enxergamos, de início, alguns vereadores como proponentes dos projetos de lei, outros com votos e manifestações favoráveis. Tais fatos levantam algumas indagações: quem são os apoiadores desse movimento na sociedade civil? Quais são os movimentos que encabeçaram essa pauta? Em quais setores da sociedade seus apoiadores estão localizados? Quem são os agentes do movimento neoconservador juiz-forano que se colocam contra as discussões de gênero e sexualidade nas escolas?

Mais do que isso: contra quem esses agentes estão lutando? Quais os movimentos que podemos chamar de resistência em Juiz de Fora frente a essa onda neoconservadora na educação? Essa pauta é de fato a finalidade desses agentes ou é apenas um meio para outra pauta? Se sim, que pauta seria essa?

A partir dessas questões, buscamos identificar a composição desse movimento neoconservador juiz-forano que atuou - e ainda atua - no campo educacional da cidade, bem como seus objetivos e estratégias. A presente pesquisa foi feita através do método análise de discurso (ORLANDI, 2015), usando como fonte as reuniões ordinárias, extraordinárias e audiências públicas que tiveram os citados projetos de lei como pauta. Além disso, foram usadas como apoio as atas dessas reuniões e as notícias veiculadas nos principais sites de notícia da cidade, o Tribuna de Minas e o G1.

Inicialmente, compreendemos esse movimento como uma fonte de retrocessos no campo educacional, no âmbito municipal e nacional, ameaçando o campo democrático de inúmeras formas, ao destruir consensos que estavam estabelecidos desde o fim da ditadura militar e evocar brutalidades como a censura, violência e cerceamento das liberdades individuais. Com o amadurecimento da

² Um exemplo é o caso do Colégio de Aplicação João XXIII, que recebeu uma moção de repúdio da Câmara Municipal dos Vereadores por receber uma Drag Queen no programa “Hora do Lanche”.

questão de pesquisa, percebemos que a própria noção de retrocesso se apoia em uma visão construída sobre a realidade: a ideia de que a democracia é (ou era) consenso, e não um campo de constantes disputas e embates. Para tal compreensão, a noção de “campo” de Pierre Bourdieu (1989) foi de extrema importância na nossa análise.

O autor enxerga a realidade social como uma estrutura hierarquizada, na qual diferentes agentes ocupam posições diferentes relativas ao poder. Essa estrutura é manifesta nas relações materiais, mas também nas relações simbólicas. Para ele, são nos diferentes campos da sociedade que se manifestam as relações de poder. Campo pode ser definido como espaço organizado de forma desigual, onde alguns agentes terão mais ou menos tipos e quantidades de capital (Bourdieu, 1989). Nesse sentido, como afirma Pinto (1996), o poder é resultado da quantidade de capital que determinado agente possui em determinado campo.

Nessa perspectiva, as disputas, vitórias e derrotas no campo da Educação Sexual em Juiz de Fora refletem os capitais que diferentes agentes detêm. Mais do que considerar os conflitos em torno do tema, exemplificados, no mínimo, pelas discussões na câmara municipal de Juiz de Fora, é essencial entender de que campo estamos tratando, o que está em disputa e quem são os agentes envolvidos.

Apple (2003) é enfático ao afirmar que uma forma de combater os movimentos de direita, que estão cada vez mais poderosos, é compreender o que fizeram e estão fazendo. “Os movimentos direitistas envolveram-se num projeto social e ideológico de grandes proporções. Examinar como isso aconteceu e porque têm tido êxito pode dizer aqueles de nós que se opõe a eles qual é a melhor maneira de enfrentá-los” (APPLE, 2003, p.10).

Com isso, o presente estudo tem como meta a identificação minuciosa da composição, dos objetivos e das estratégias adotadas pelo agente neoconservador em Juiz de Fora, que não apenas atuou no campo educacional local, mas ainda exerce influência contínua nesse setor. O escopo abrangente desta pesquisa visa lançar luz sobre as dinâmicas e impactos desses agentes na esfera educacional específica do município.

Os objetivos específicos desta pesquisa abrangem uma análise detalhada das vitórias e derrotas dos agentes neoconservadores em Juiz de Fora, no contexto político, buscando compreender os fatores que moldaram esses resultados. Além

disso, propomos identificar e examinar os mecanismos utilizados por esses agentes para ganhar destaque no cenário público, destacando as estratégias que os impulsionaram nesse processo.

A investigação também se propõe a analisar minuciosamente a utilização das pautas de gênero pelos agentes neoconservadores e avaliar as consequências dessa abordagem para o sistema educacional de Juiz de Fora. Dessa maneira, buscaremos compreender as influências exercidas por esses agentes na educação local, mapeando as esferas em que estão inseridos e os impactos de suas ações.

Outro aspecto relevante é a verificação dos pontos de conflito e das semelhanças nos discursos educacionais desses agentes, analisando como suas posições se refletem nos debates educacionais do município. Adicionalmente, pretendemos traçar um perfil abrangente do "agente neoconservador" voltado para a educação em Juiz de Fora, considerando a maneira como esses agentes se apresentam publicamente e se posicionam.

A pesquisa inclui ainda a identificação dos principais movimentos de oposição a esses agentes, avaliando suas estratégias e a amplitude de sua influência. Para compreender de maneira mais abrangente o cenário, analisaremos os discursos adotados pelos agentes neoconservadores, compreendendo o público-alvo dessas mensagens e os principais meios de divulgação utilizados.

Ao realizar essa investigação abrangente, nosso objetivo final é contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas políticas e educacionais em Juiz de Fora, fornecendo subsídios para discussões informadas e estratégias eficazes no âmbito educacional local.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, cada um desempenhando uma função específica na apresentação e análise do tema em questão. Neste primeiro capítulo, introduzimos aspectos gerais que norteiam toda a dissertação, fornecendo uma visão panorâmica do escopo e objetivos da pesquisa.

O segundo capítulo é dedicado à exposição detalhada dos aspectos metodológicos empregados na condução da pesquisa. Aqui, descrevo as metodologias adotadas e delinheiro os caminhos que nos levaram a fazer tais escolhas, oferecendo uma compreensão clara do arcabouço metodológico que sustenta a investigação.

O terceiro capítulo mergulha na revisão bibliográfica, onde discorro sobre as diversas concepções relacionadas ao movimento que optamos por chamar de nova direita, também conhecido como neoconservadorismo ou direita radical. Além disso, exploro as diversas perspectivas em torno da educação sexual, destacando como esse tema se tornou uma pauta polêmica. Analiso ainda o conceito de Pânico Moral e sua aplicação nessas discussões, bem como a relação entre diferentes capitais e a educação sexual. Finalizo o capítulo abordando as principais discussões sobre ideologia de gênero e o movimento Escola sem Partido, contextualizando esses temas no cenário brasileiro.

O quarto capítulo é destinado à exposição das descobertas obtidas no campo. Neste capítulo, realizamos a análise de mais de 30 reuniões ocorridas na Câmara Municipal de Juiz de Fora, entre os anos de 2015 e 2018, abordando os temas de gênero e sexualidade na educação. Este processo de análise proporcionará uma compreensão aprofundada das dinâmicas e argumentações presentes nas discussões legislativas sobre esses temas na esfera local.

No quinto e último capítulo desta dissertação, foram delineadas as considerações finais, marcando o desfecho deste extenso ciclo de pesquisa. Neste estágio, consolidamos as descobertas obtidas ao longo de todos os capítulos anteriores, visando fornecer uma análise conclusiva sobre o tema em questão.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O projeto inicial desta dissertação contempla, para além da pesquisa bibliográfica, a condução de uma pesquisa de campo. Contudo, devido à pandemia da COVID-19, foi imperativo realizar ajustes no plano metodológico. Diante dessa situação, optou-se por uma abordagem alternativa para mapear o perfil do agente neoconservador na cidade de Juiz de Fora. Esse redirecionamento conduziu-nos a utilizar materiais escritos e audiovisuais de domínio público, uma escolha que será detalhada a seguir.

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa é predominantemente qualitativa, fundamentada na compreensão de que essa abordagem oferece maior capacidade de auxiliar o pesquisador em análises aprofundadas e abrangentes dos

dados (MARTINS, 2006). O desenvolvimento da pesquisa está dividido em dois momentos distintos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo.

No primeiro estágio, dedicamo-nos à busca de artigos pertinentes ao tema. Empregamos os principais buscadores de artigos, utilizando palavras-chave como "ideologia de gênero", "escola sem partido", "gênero e sexualidade" e "educação sexual". Após a primeira seleção de artigos e leituras, outros conceitos e nuances emergiram, ampliando nossa compreensão e enriquecendo o arcabouço conceitual.

A segunda parte, norteadada pelas bases teóricas, se deu pela investigação em campo e foi decidido que nosso objeto de análise seriam materiais de domínio público, contidos na internet, possibilitando que a pesquisa respeitasse as barreiras sanitárias do COVID-19. Dado o extenso acervo digital de vídeos e documentos disponibilizados pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, tanto em seu site oficial quanto em seu canal no YouTube, essa acessibilidade contribuiu significativamente para a realização do trabalho.

Sendo assim, delimitamos três principais tipos de material: 1) Gravações audiovisuais das reuniões ordinárias, extraordinárias e audiências públicas em que foram discutidos os temas de interesse; 2) Atas das reuniões ordinárias, extraordinárias e audiências públicas em que foram discutidos os temas de interesse; 3) Projetos de lei e moções de repúdio que versavam sobre os temas de interesse, e que foram objetos de discussão das reuniões analisadas.

A seleção dos projetos de lei foi feita primeiramente com a busca de palavras-chave no buscador de proposições da Câmara Municipal de Juiz de Fora, que foram: "ideologia de gênero", "gênero", "sexualidade", "escola sem partido" e "doutrinação". Lá é possível consultar registros de todas as proposições legislativas que incluem projetos de lei, requerimentos, moções e mensagens do executivo. Através das palavras-chave, chegamos aos seguintes documentos:

Tabela 1: Projetos de lei analisados

Número	Nome	Status Atual
4159/2015	Plano Municipal de Políticas Para Mulheres	Arquivado
121/2016	Escola sem Partido	Arquivado

160/2016	Infância Sem Pornografia	Arquivado
01/2017	Infância Sem Pornografia	Aprovado
4269/2017	Plano Municipal de Educação	Aprovado

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 2: Moções de repúdio analisadas

Moção	Objeto da Moção	Status
384/2017	Direção do Colégio João XXIII	Retirada
359/2017	Direção do Colégio João XXIII	Retirada
357/2017	Terceira versão da BNCC que contempla gênero e sexualidade	Retirada
358/2017	Projeto “Hora do Lanche” do João XXIII	Retirada

Fonte: Elaboração Própria

Cada projeto de lei inclui seu texto, a justificativa, pareceres e possíveis documentos de veto, até que o projeto seja submetido à deliberação para ser aprovado ou rejeitado como norma jurídica. Da mesma forma, as moções de repúdio contêm anexos que requerem uma análise detalhada. Todos esses elementos foram cuidadosamente examinados durante nossa pesquisa.

Além disso, utilizamos um mecanismo de busca específico da Câmara Municipal de Juiz de Fora para reunir informações sobre as reuniões pertinentes. Nesse processo, consultamos as mesmas palavras-chave anteriormente mencionadas para localizar as atas correspondentes às reuniões em questão. A eficácia e a intuitividade desses buscadores são evidenciadas na figura apresentada abaixo. Essa abordagem nos permitiu acessar e analisar diversas reuniões, a partir das quais extraímos informações relevantes para nossa pesquisa. As reuniões analisadas podem ser conferidas no apêndice.

Figura 1: Buscador de Proposições Legislativa da Câmara Municipal de Juiz de Fora

Fonte: Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Por meio da seleção criteriosa das atas, identificamos os encontros nos quais os temas de interesse foram discutidos e/ou mencionados. Subsequentemente, procedemos a busca dessas reuniões no canal do YouTube. Vale ressaltar que o canal disponibiliza registros apenas a partir de agosto de 2017. Portanto, unicamente as reuniões listadas no apêndice foram analisadas por meio de atas e vídeos.

Para a análise das demais reuniões, além das atas, recorreremos a materiais complementares, tais como notícias veiculadas nos principais canais de notícia da cidade, a saber, o "Tribuna de Minas" e o "G1". Essa abordagem diversificada e complementar permitiu-nos abranger um espectro mais amplo de fontes e informações, garantindo uma análise fundamentada, mesmo diante da limitação temporal imposta pela disponibilidade de registros em vídeo.

Para os materiais escritos, usamos a análise documental, pois ela é uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, já que busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse. Ela pode complementar as informações obtidas por outras técnicas de coleta e desvelar aspectos novos de um tema ou problema. Documentos como leis, regulamentos, cartas, diários pessoais, jornais, revistas, discursos, entre outros, podem ser utilizados como fonte de informação sobre o comportamento humano (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Além disso, essa abordagem apresenta várias vantagens. É, de certa forma, uma fonte estável e rica, pois os documentos permanecem disponíveis ao longo do

tempo, podendo ser consultados repetidamente e servindo de base para diferentes estudos. Trata-se de um método de baixo custo, pois a utilização de documentos requer apenas o investimento de tempo e atenção por parte do pesquisador para selecionar e analisar os mais relevantes. Também é uma fonte não-reativa, permitindo a obtenção de dados quando o acesso aos sujeitos é impraticável ou quando a interação com eles pode alterar seu comportamento ou pontos de vista. Finalmente, é uma fonte exploratória: indica problemas que devem ser aprofundados por outros métodos e pode complementar as informações obtidas por outras técnicas de coleta (GUBA e LINCONL 1981, apud LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Após a seleção dos documentos, foi necessário definir um método para a análise tanto dos documentos quanto dos vídeos. Era essencial utilizar métodos que permitissem compreender as diversas nuances presentes nos cenários apresentados. A princípio, pensamos em utilizar a Análise de Conteúdo, método comum nas Ciências Sociais, proposto por Bardin (1973). Para a autora, o método pode ser utilizado para analisar uma ampla gama de fontes escritas, orais e icônicas, o que inclui conversações em grupos, documentos, textos jurídicos, jornais, anúncios e outros. Bardin acredita que há uma tendência de criarmos uma interpretação espontânea e transparente dos fatos sociais, como se ele tivesse sentido em si e fosse totalmente aparente. E é nesse ponto que o método se tornou insuficiente para o que pretendemos aqui.

Como afirma Orlandi (1999), a linguagem não é transparente e não é evidência em si mesma. A questão não se resume apenas ao conteúdo das declarações em si, mas abrange como são feitas, porque são feitas, para quem são dirigidas, o que é omitido, a historicidade e o contexto externo das declarações, bem como as redes de significados e todas as suas relações. Ora, o discurso é a palavra em movimento, é onde “pode-se observar as relações entre a língua e a ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 1999, p.14).

Outrossim, a análise de conteúdo não considera as relações de poder e os diferentes sentidos frutos da sociedade hierarquizada em que vivemos. Considerando que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 1999, p.37) e que muito mais que o conteúdo, necessitamos extrair os

processos de significação dos discursos, optamos então, por usar a análise de discurso.

Formada na década de 1960, a análise de discurso emerge de questões oriundas de três áreas do conhecimento: a linguística, a psicanálise e o marxismo. Ela parte do princípio de que a língua não é transparente e é influenciada por processos históricos que podem não ser imediatamente evidentes. Além disso, o emissor do discurso geralmente não tem plena consciência dos processos históricos que moldaram sua fala. Assim, a língua é impactada por processos ideológicos e inconscientes que não são facilmente perceptíveis.

A constituição do discurso é complexa e, por isso, o analista de discurso necessita criar um mecanismo que tenha mediação teórica permanente, levando em conta o que é dito, o que não é dito, as nuances e os contextos que envolvem a fala e, principalmente, as relações de poder, desenvolvendo assim o que Orlandi (2015) chama de escuta discursiva.

3 BASES CONCEITUAIS

3.1 A NOVA DIREITA

Assistimos, nos últimos anos, ao crescimento e à consolidação de um movimento que se coloca à direita, por vezes, chamado de neoconservador, direita radical, nova direita e outros. Independente do termo escolhido, Solano (2018) afirma que eles tentam caracterizar um fenômeno presente não somente no Brasil, mas em vários outros países: “a reorganização neoconservadora que, em não poucas ocasiões, deriva em posturas autoritárias e antidemocráticas” (SOLANO, 2018, p.8).

Aqui chamaremos esse movimento de nova direita, por compreender que, no campo democrático brasileiro, especialmente após a constituição de 1988, existiram políticos à direita, seja pela via econômica ou moral. Entretanto, nos últimos anos, esse movimento tem se radicalizado e assumido posições que estão fora do campo democrático, se colocando contrário aos avanços de pautas progressistas e a direitos anteriormente estabelecidos.

As eleições de 2018 representaram o auge de sua ascensão: não só levou um político da extrema-direita, Jair Messias Bolsonaro, ao maior cargo do executivo, como também elegeu 209 deputados e 22 senadores que se encontram no espectro político da direita (DIPLOMATIQUE BRASIL, 2018) representando cerca de 41% dos deputados eleitos e 82% dos senadores eleitos. Desses, o Partido Social Liberal (PSL) tornou-se o partido com a segunda maior representação da câmara; passou de oito deputados em 2014 para cinquenta e dois em 2018 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). Moll (2015) mostra-nos que, em 2015, pouquíssimos parlamentares se apresentavam como neoliberais ou neoconservadores, o que mudou drasticamente desde então.

Chaloub et al (2018) afirmam que esse resultado é a expressão de uma mudança na sociedade que tem múltiplas expressões: linguagens, ocupações de espaços e temporalidades. A internet tornou-se um dos principais espaços de ocupação desse movimento, principalmente, o YouTube e Facebook, mas não se esgota aí: há também a ocupação da esfera pública, como já registramos.

Tornou-se comum o slogan “conservador nos costumes e liberal na economia”. A princípio, o que parece contraditório, ilustra as alianças que se formaram para constituir o que chamamos hoje de nova direita, que tem tentado desde então atuar e interferir na educação brasileira. Passos e Mendonça (2021) mostram que esse projeto, em curso no Brasil hoje, conjuga interesses econômicos, culturais e morais.

Moll (2015) afirma que, por mais que tenham sido fundados por trajetórias diferentes, tanto neoliberalismo como neoconservadorismo chegam ao Brasil com a perspectiva de mínima interferência do estado na economia. Outros pontos de confluência, além do mercado, levantados por Chaloub *et al* (2018), é a reivindicação da tradição cristã e a eleição da esquerda como inimigo em comum.

A respeito da direita da década de 1980 no Brasil e suas contradições, Pierucci (1987) escreveu:

Seu tique mais evidente é se sentirem ameaçados pelos outros. Pelos delinquentes e criminosos, pelas crianças abandonadas, pelos migrantes mais recentes, em especial os nordestinos (...), pelas mulheres liberadas, pelos homossexuais (particularmente os travestis), pela droga, pela indústria da pornografia mas também pela permissividade "geral", pelos jovens, cujo comportamento e estilo de pôr-se não estão suficientemente contidos nas convenções nem são conformes com o seu lugar na hierarquia das idades,

pela legião de subproletários e mendigos que, tal como a revolução socialista no imaginário de tempos idos, enfrenta-se a eles em cada esquina da metrópole, e assim vai. Eles têm medo. (PIERUCCI, 1987, p.28)

Para compreender tal movimento e seus efeitos na educação é necessário lembrar que aqui não falamos de uma direita singular; esse movimento é, na verdade, a junção de movimentos e pautas que podem inclusive soar como contraditórias, mas podem se unir com um ou mais pontos em comum. Esse paradoxo denota a tendência desse campo político em abraçar valores sociais tradicionais enquanto defendem políticas econômicas voltadas para a mínima intervenção do Estado. Autores como Chaloub (2018), Biroli (2018), Miguel (2021) reafirmam a pluralidade do movimento. Embora possam existir divergências entre as interpretações sobre os grupos que a compõem, há o consenso de que a nova direita não é um movimento coordenado e nem tampouco homogêneo.

[...] as direitas não são unívocas, já transparecem, desde antes de iniciado o governo Bolsonaro, inúmeras fricções e disputas dentro do campo vencedor. Militares, empresários, evangélicos, financistas, ruralistas e industriais podem possuir um antagonista comum, mas não possuem objetivos necessariamente convergentes. Seus métodos políticos são distintos, suas prioridades são potencialmente contraditórias. (CHALOUB et al, 2018, p.18)

Michael Apple (2003) empenhou-se em traçar um mapa da nova direita que desejava atuar no campo educacional estadunidense, ao perceber que, cada vez mais, suas pautas ganhavam força. Primeiramente, o autor percebeu que não se tratava de um movimento unitário, mas de “uma coalização de forças com muitas ênfases diferentes; algumas têm áreas em comum, outras conflitam entre si” (APPLE, 2003, p. 10). A partir de conceitos centrais desses movimentos, ele conseguiu identificar quatro grupos: os neoliberais, os neoconservadores, os populistas autoritários e a nova classe média.

De maneira sucinta e direta, os neoliberais, nesse cenário, seriam aqueles que encabeçariam a reforma educacional. Para esse grupo, a eficiência e o lucro viriam acima de tudo. Aqui, troca-se a ideia de *investimento* em educação para *gasto* com educação. “Todo dinheiro gasto com escola e que não esteja ligado ao propósito econômico é visto como suspeito” (APPLE, 2003, P. 45). Nessa perspectiva, tudo se reduz ao econômico e, com isso, há uma despolitização do

discurso social. O papel do Estado deve ser cada vez menor, considerando que os indivíduos são capazes e responsáveis pelo próprio sucesso.

Os neoconservadores são os que veem o passado como edênico e buscam o retorno à disciplina e ao saber tradicional. Para eles, o estado deve ser forte, principalmente nas questões que dizem respeito ao corpo, ao saber e aos valores. Além do saudosismo, se apoiam também no “medo do outro” (APPLE, 2003, p.57). Eles reivindicam a escola e o currículo não como lugar da diversidade, mas como lugar do saber tradicional. O controle é destinado não somente ao saber, mas também aos próprios professores e aos métodos de ensino:

Esse regime de controle não se baseia na confiança, mas numa suspeita profunda das motivações e da competência dos professores. [...] Isso leva à "desqualificação dos professores, intensificação do seu trabalho e perda de autonomia e respeito". (APPLE, 2003, p.63)

Os populistas autoritários são os fundamentalistas religiosos, que desejam que as instituições se voltem para o seu deus ou acatem os seus valores como norma da sociedade. Esse grupo é impulsionado por pautas como a destruição da família e a decadência moral da sociedade e, por isso, empenham-se em ser contrários às questões de gênero e sexualidade nas escolas. Esse é um grupo que cada vez ganha mais poder. Para eles, a escola pública é naturalmente um local de perigo. Ainda segundo o autor, esse grupo vê com receio o neoliberalismo, já que vivem na prática os efeitos das demissões. No entanto, eles percebem na aliança com os neoliberais uma oportunidade para promover seus próprios interesses por meio das “reformas” econômicas. Ao direcionar recursos públicos para empresas privadas, existe a possibilidade de que esse capital seja utilizado para financiar escolas religiosas, permitindo assim o investimento em instituições que preservam os valores que eles defendem.

Finalmente, a nova classe média é formada por uma parte dos profissionais da classe média. Conforme o autor, são esses indivíduos que desempenham um papel fundamental na definição da nova direita. Embora possam não concordar integralmente com o discurso de outros setores, eles oferecem apoio devido aos seus interesses profissionais, já que estão preocupados com a mobilidade social de seu grupo (APPLE, 2003).

Sabemos que o autor fala a respeito da sociedade estadunidense, mas é possível traçar paralelos com a realidade brasileira, já que, como afirma Lima e Hypolito (2019), seu modelo gera elementos para discussões a respeito de contextos locais. Ainda, é necessário ressaltar que um agente pode estar em mais de um grupo, como Apple ressalta, em uma entrevista fornecida à Severo e Estrada (2019), quando esteve na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2019. Ao comentar sobre a situação do Brasil, usou como exemplo o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, mostrando que ele é um neoliberal, mas também está fortemente atrelado aos grupos religiosos (SEVERO, STRADA, 2019).

Miguel (2018) também defende a ideia de que esse movimento é plural. Falando especificamente do contexto brasileiro, o autor identifica que entre o setor mais extremado da direita existem três vertentes diferentes: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a volta do antigo medo comunista.

O primeiro grupo, os libertários, é composto por dirigentes de empresas, formadores de opinião pública e gestores públicos. Influenciados pela escola austríaca, eles defendem a menor intervenção estatal possível. Miguel (2018) observa que, embora o libertarianismo original promova a liberação das drogas e os direitos sexuais, na prática, essas pautas tendem a se tornar mais dogmáticas e secundárias, porque seus principais apoiadores são cristãos fundamentalistas. Nesse contexto, política e economia são tratadas como instâncias separadas. A aliança entre esse grupo e os fundamentalistas religiosos ocorre em função de um inimigo comum: o Estado. Para os libertários, o Estado limita a ação do livre mercado, enquanto para os fundamentalistas, ele restringe o poder da família e do patriarcado.

Este segundo grupo tem expressão no Congresso na chamada “Bancada evangélica”. Pastores e líderes religiosos atuam dentro e fora das Casas Legislativas, opondo-se aos direitos das chamadas minorias sociais³. Eles ganharam força a partir da década de 1990 e se aliaram às forças conservadoras do Congresso, posteriormente, sendo eleitos.

Finalmente, a terceira vertente da direita radical implica o retorno do temor anticomunista. Se anteriormente o medo era dirigido à União Soviética, atualmente, o foco do temor recai sobre o “Bolivarianismo venezuelano” (MIGUEL, 2018, p.13).

³ Grupos que estão à margem das posições de poder.

No Brasil, para esse grupo, o petismo é visto como a representação do comunismo e, portanto, deve ser erradicado. O autor também destaca que esses grupos não são estanques e frequentemente formam fusões e seguem caminhos distintos. Um exemplo disso é o combate ao “marxismo cultural”, que combina o reacionarismo moral com o temor anticomunista, atribuindo a Antônio Gramsci a responsabilidade intelectual por essa formulação e, conseqüentemente, tornando sua obra alvo desses grupos.

De maneira geral, com base nos autores mencionados, concluímos que esse movimento é composto por três frentes distintas: uma voltada para o discurso econômico, outra focada na moral e nos bons costumes, e uma terceira centrada em discursos conspiratórios que alegam uma deturpação da ordem devido a uma suposta ameaça comunista. Essas pautas não são isoladas; muitas vezes, elas se sobrepõem, se interconectam e, por vezes, se contradizem. Nem todos os grupos citados agem da mesma forma, e encontram, não raramente, arestas e atritos entre si.

Como já mencionado, as eleições de 2018 representaram o ápice desses discursos. Para além das inverdades que movimentaram a campanha de Jair Messias Bolsonaro tais como “kit gay”, mamadeira com órgão genital e outras que serão detalhadas nas seções seguintes, temos candidatos que tiveram poucas expressões nas urnas, mas que ganharam o mundo dos memes⁴ com teorias conspiratórias, envolvendo as ideias já citadas. Um deles é o Pastor Cabo Daciolo, que trouxe para debate um suposto plano da URSAL⁵, a “União das Repúblicas Socialista da América Latina”, que visava a criação de uma nova República Socialista das Américas. O termo, na verdade, foi criado em 2001 pela socióloga Maria Lúcia Barbosa (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018), como ironia ao Foro de São Paulo⁶, que naquele ano havia sido realizado em Havana. Nos anos seguintes, a URSAL foi propagada como fato por pessoas como Olavo de Carvalho, até chegar no fato citado. Embora 2018 tenha sido o ponto culminante, ele é apenas uma etapa de um movimento que iniciou anos antes.

Por mais que no início dos anos 2010 a defesa de pautas morais parecesse apenas distorções da realidade, percebemos que seu potencial não foi avaliado

⁴ Na internet, refere-se à viralização de uma informação que alcança popularidade.

⁵ O suposto plano refere-se à criação de uma Nova República Socialista das Américas.

⁶ Organização que reúne partidos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe.

adequadamente. Isso porque a defesa de pautas morais não foi apenas uma cortina de fumaça ou delírio de alguns grupos, como se podia pensar na época. Ela foi uma estratégia que levou a nova direita até o mais alto cargo do executivo brasileiro. No geral, a academia esteve mais preocupada em estudar e compreender o neoliberalismo do que o neoconservadorismo, quando, na verdade, os dois estão entrelaçados. A esquerda e o campo democrático acharam engraçadas as pautas neoconservadoras, sem considerar a dimensão que a mesma vinha tomando (PASSOS e MENDONÇA, 2021).

Quanto à expressão desses movimentos na educação brasileira, temos seu envolvimento direto com projetos de leis, manifestações, institutos e fundações que, por todo o Brasil, visam: 1) Censura e a proibição de temas considerados sensíveis, ou seja, aqueles que ferem a moral e a tradição cristã; 2) Mudança da pauta das políticas públicas educacionais, que passou da preocupação com a qualidade e equidade para uma preocupação reacionária, moralista e pudica; 3) A introdução no currículo da educação básica de conteúdos estranhos à tradição iluminista tais como criacionismo, revisionismo histórico, civismo exacerbado, etc. 4) Vigilância e controle político e ideológico do trabalho docente, ao mesmo passo em que há o repúdio a manifestações docente, como a greve; 5) A introdução da disciplina rígida, autoritarismo e militarização como soluções para os problemas do clima escolar; 5) A estigmatização da educação, da pesquisa, da ciência e da cultura, frequentemente denunciadas como sendo meios de deformação do caráter da juventude e de colonização ideológica de suas mentes; 6) Despolitização visível da educação escolar.

Termos como “ditadura gayzista” e “feminazi” emergem como uma reação ao desconforto provocado pelo avanço das discussões sobre gênero e sexualidade. Esses termos sugerem que tais discussões surgiram repentinamente como parte de um suposto plano marxista infalível para doutrinação. No entanto, na realidade, essas discussões são o resultado de um longo processo de debates e de evolução das questões de gênero e sexualidade na sociedade. Esse processo culminou, inclusive, na inclusão do Tema Transversal “Orientação Sexual” nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o que será abordado adiante. Assim, o que parece ser uma novidade ou um ataque coordenado a valores tradicionais é, na verdade, uma consequência de um contínuo e progressivo debate educacional e social.

3.2 EDUCAÇÃO SEXUAL: O INIMIGO DA VEZ

Se um dos pontos de convergência da nova direita é a eleição do “petismo” como inimigo, o outro é a constatação de que há um plano em curso para doutrinar crianças sexual e politicamente. Nos últimos sete anos, vivenciamos um período de intensa tentativa de censura, sendo 2016, provavelmente, o ano deste século em que mais se discutiu a censura a professores. A ideia disseminada é que a escola e, principalmente, os professores têm o poder e a intenção de doutrinar os alunos com pautas políticas e sexuais. Nesse contexto, tornaram-se comuns termos como “ideologia de gênero”, “marxismo cultural”, “doutrinação comunista”, “escola sem partido” e outros. No âmbito das universidades, semelhante pauta foi recebida com curiosidade e receio, o que fica evidente no alto número de produções acadêmicas sobre o tema. Resende e Sol (2021), ao analisarem a produção acadêmica brasileira sobre ideologia de gênero, identificaram 56 artigos, publicados entre 2014 e 2020 em periódicos nacionais classificados no estrato A do Qualis unificado. Além disso, podemos citar algumas das várias produções de extrema importância e que também serão norteadoras das discussões presentes: Miskolci e Campana (2017); Mendonça e Moura (2021); Moura (2020), Frigotto (2017) e Penna (2017).

Neste contexto de inseguranças, a universidade, enquanto produtora de conhecimento e formadora de profissionais da docência, temia o horizonte anunciado em que o Brasil poderia se transformar. O que aparentemente parece escapar dos discursos conservadores, é que pautas como gênero e sexualidade já estavam demarcadas em documentos da educação. O primeiro documento que podemos citar é "Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade", publicado em 1994 pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Este documento foi o segundo volume da série “Educação Preventiva Integral”, produzida pelo Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), (instituído pela Lei n.º 8.642, de 31 de março de 1993). Posteriormente, em 1997, foi publicado o tema transversal “Orientação Sexual” nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o qual se configura como o documento mais significativo publicado até hoje e que será abordado com

mais detalhes em momento oportuno. Lima (2012) aponta que, nos anos seguintes, foram criados pelo menos mais cinco documentos, incluindo resoluções, diretrizes e planos. Embora sempre tenha havido reações e discussões de viés reacionário, essas começaram a ganhar destaque e a ser amplamente midiáticas a partir de 2014, com a discussão do Plano Nacional de Educação.

É amplamente reconhecido que discutir sexualidade ainda é um tabu e que nossa sociedade patriarcal não favorece debates que questionem as posições de gênero estabelecidas. No entanto, a reação dos últimos anos em relação ao tema evoca uma memória: os primeiros anos da ditadura civil-militar no Brasil. Após breves experiências com Programas de Educação Sexual, o tema foi relegado à clandestinidade. Escolas foram fechadas e professores denunciados, conforme uma política de planejamento familiar pró-natalista e um discurso que considerava a educação sexual como uma ameaça à pureza.

Antes desse momento, a relação entre educação e sexualidade percorreu um longo caminho; desde a década de 1920, professores e médicos passaram a defender que o tema fosse trabalhado nas escolas. Altamente influenciados por perspectivas moralistas e higienistas, a educação sexual dessa época era pensada de forma limitada: contra as perversões sexuais e a favor da reprodução considerada saudável. Havia, por outro lado, uma perspectiva emancipatória da educação sexual, defendida pelos setores feministas da sociedade. Mas essa era uma perspectiva fortemente combatida, principalmente pela igreja católica (BUENO, RIBEIRO, 2018).

No início da década de 1960, começou uma transformação significativa: mudanças sociais, políticas e culturais impactaram diretamente as concepções sobre sexualidade, inclusive alterando o posicionamento da Igreja Católica. Esse contexto propiciou um ambiente favorável para a implementação de Programas de Educação Sexual (RIBEIRO, 2004; 2018; 2020). Diversas autoras relatam as experiências desses programas, como Maria José Werebe (1977), Carmem Barroso e Cristina Burschini (1982). Entretanto, essas experiências foram breves.

Como já mencionamos, com a ditadura civil-militar, o desmantelamento desses programas começou a ocorrer. Figueiró (1998) cita alguns exemplos que

ilustram perfeitamente essa situação, como a tentativa da deputada Júlia Steinbruch de incluir a educação sexual como conteúdo obrigatório nas escolas de primeiro e segundo grau, proposta rejeitada. A autora também menciona o caso do Secretário Estadual de Educação do Estado de São Paulo, que, em 1965, proibiu a divulgação de informações sobre métodos anticoncepcionais para os alunos das escolas públicas. Além disso, é relevante destacar o AI-5 (Ato inconstitucional n.º 5), que estabeleceu censura aos meios de comunicação e, através desse dispositivo, possibilitou a restrição de temas relacionados à educação sexual. É importante notar que não havia nenhuma lei explicitamente contrária à educação sexual; todas as ações eram indiretas, mas resultaram em considerar a educação sexual como um tema "perigoso".

Um dos argumentos contrários à educação sexual, segundo Figueiró (1998), era de que havia outras demandas educacionais para se resolver antes de abordar este tema. Chamado pela autora de “argumento da prioridade”, este ainda é usado por muitos setores até os dias atuais, mesmo entre setores considerados progressistas. É notório que o contexto educacional dos anos 1960 era distinto do presente. Mas, como a própria autora defende, educação sexual não anula outras áreas do conhecimento. Pelo contrário, ela pode ser considerada transversal a inúmeras disciplinas convencionais.

Apesar da objeção formal, Ribeiro e Monteiro (2019) destacam que não houve uma moralização exacerbada dos costumes, sendo possível encontrar alguns espaços de escape. O cinema, representado na pornochanchada, é um desses exemplos:

Curiosamente distintos tanto em sua veiculação quanto na concepção que faziam do sexo e das atitudes e comportamentos sexuais, o cinema e as instituições científicas deram o respaldo e o estímulo necessários para que a sociedade brasileira continuasse a respirar os ventos da liberdade sexual, ainda que com algumas amarras e restrições. (RIBEIRO, MONTEIRO, 2019, p.1255)

Novamente, o cenário descrito se assemelha à atualidade. A moralização é seletiva e convencional. Bolsonaro, que ocasionalmente se apresenta como defensor da

moral e dos valores tradicionais, quase sempre desliza com falas imorais, como apologia ao turismo sexual (O GLOBO, 2019), tributo a seu próprio desempenho sexual (CNN BRASIL, 2022) e outras.

Com a abertura política a partir de 1978, vivemos um caminho de progresso em relação à discussão sobre educação sexual; há um avanço significativo nas publicações, estudos e pesquisas. Institutos e associações são criados, bem como programas para professores, projetos e eventos. Como aponta Ribeiro (2004), logo após a abertura política declarada por Ernesto Geisel, é oficialmente retomada a implantação de programas de educação sexual, a começar pelas prefeituras. O grande marco se torna o tema transversal “orientação sexual”, contido nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997.

Finalmente é formalizado o papel da escola na educação sexual. Embora o documento não tenha caráter mandatório, ele é uma orientação para que professores trabalhem o tema nas diversas disciplinas. Mais do que isso, ele deixa evidente que a escola também tem responsabilidade sobre o tema. O contexto era favorável; o próprio documento aponta que em uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 1993, 85% da população era favorável à inclusão do tema nas escolas (BRASIL, 1997).

Sobre o tema transversal “orientação sexual”, é interessante pontuar que ele foi produzido por professores em um contexto de preocupação com “o grande crescimento da incidência de gravidez indesejada entre as adolescentes e com o risco da infecção pelo HIV entre os jovens” (BRASIL, 1997, p.291). Ele é dividido em três blocos: corpo – matriz e sexualidade; relações de gênero; prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS). Embora o documento seja um marco, ele também é passível de críticas. Braga (2002; 2006), por exemplo, aponta que a visão de sexualidade contida no documento é heteronormativa e vem ao encontro do discurso de “boa saúde sexual, voltado para a higienização da sexualidade” (BRAGA, 2006, p. 3692).

Apesar disso, é inegável que o tema transversal marcou o início de uma nova era, chamada por Ribeiro e Bueno (2018) de sexto momento da educação sexual. É justamente nessa fase que temos a criação de grupos de pesquisas nas

universidades. Mesmo com o *boom* de produções acadêmicas sobre educação sexual, Figueiró (1996), ao analisar as publicações entre os anos 1980 e 1993, concluiu que as produções eram descontinuadas. Apesar de algumas teses e dissertações, raramente ocorriam outras publicações por parte dos pesquisadores sobre o tema. Não havia compromisso a longo prazo de continuar as pesquisas. No momento pós-publicação dos PCNs isso muda, principalmente por conta da criação dos grupos de pesquisa nas universidades. Educação sexual passa a ser também um tema de estudo frequente.

Quanto à nomenclatura atribuída ao tema transversal, torna-se imperativa uma explanação. O tema transversal é chamado de “orientação sexual”, entretanto, no decorrer deste presente texto, empregamos consistentemente a locução “educação sexual”. Destacamos, contudo, que, neste contexto, ambos os termos encapsulam idênticos conceitos. No âmbito da construção do Tema Transversal, optou-se por privilegiar a utilização de “orientação sexual”, conforme discorrido por Bosco (2019) com base em fundamentações teóricas. O Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS), liderado pela então deputada Marta Suplicy, sustentava que o termo orientação sexual seria mais adequado, uma vez que “educação sexual” sugeria a informalidade, realizada pelas famílias. Nesse sentido, “orientação sexual” era uma tentativa de diferenciar o que seria feito por profissionais treinados, de maneira intencional e sistemática.

Por outro lado, autoras como Figueiró (1990) e Werebe (1998) defendem o uso do termo educação sexual por já ser estabelecido internacionalmente. À medida que as discussões progrediram, o termo “orientação sexual” passou a ser confundido com outros relacionados à diversidade sexual, resultando em seu progressivo desuso. Em continuidade a essa análise, é relevante destacar que, além da expressão “educação sexual”, utilizaremos ao longo deste texto a terminologia “discussões de gênero e sexualidade”. Essa terminologia abrange também os debates que transcendem o tema transversal, mesmo após a sua exclusão com a implementação da nova Base Nacional Comum Curricular.

Nos anos seguintes, houve a elaboração de novos documentos nos âmbitos federal, estadual e municipal, além do aumento das pesquisas e produções

acadêmicas. Simultaneamente, o campo político demandava novos direitos. Lima (2012) destaca em sua obra alguns dos principais documentos publicados na primeira década dos anos 2000 que abordam, de forma direta ou indireta, as discussões sobre gênero e sexualidade, tanto no campo educacional quanto fora dele.

Entre os documentos relevantes, destacam-se os seguintes: o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, publicado em 1998, que aborda a diversidade, sexualidade e gênero na seção dedicada à "formação social e pessoal"; o Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), lançado em 2002, cujo objetivo é assegurar o direito à liberdade, incluindo a liberdade de orientação sexual; o Programa Brasil sem Homofobia (PBSH), publicado em 2004, que propõe ações para os sistemas de ensino com o intuito de combater a discriminação; e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), também publicado em 2004, que visa incorporar diversos temas, como gênero e sexualidade, no currículo educacional.

Por fim, e não menos importante, em 2010, o Ministério da Educação (MEC) elaborou uma proposta para o Plano Nacional de Educação que estaria em vigor entre 2014 e 2024. Uma das estratégias para atingir a terceira meta do plano era "implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão" (BRASIL, 2010, p. 6 *apud* LIMA, 2012, p. 10).

Esses documentos são fundamentais para demonstrar que, ao longo do tempo, termos como gênero, diversidade e sexualidade sempre estiveram presentes em normativas oficiais, contrapondo-se ao argumento de setores neoconservadores que alegam a existência de uma nova ameaça à sociedade, às crianças ou à educação. Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, essas questões têm sido abordadas no debate público, nas escolas e nos documentos oficiais. Inclusive, antes mesmo desse marco, já existiam pesquisas e grupos de trabalho dedicados a essas temáticas.

A criação desses documentos e programas não ocorre de forma arbitrária, mas sim em resposta ao avanço das discussões e às demandas da sociedade. Esse processo não surge do nada, contrariando a percepção dos movimentos conservadores de que essas pautas são recentes e impostas. Ademais, em contextos menos formais, a temática da sexualidade atravessa todas as esferas da vida cotidiana, e a educação sexual continua a existir, mesmo em ambientes que a contestam. Optar por não abordar o tema também é uma forma de educar sexualmente, evidenciando que a educação sexual subsiste, ainda que de maneira implícita.

A indagação que se sucede à apresentação desse histórico conciso é a seguinte: por que as agendas contrárias à educação sexual passaram a se destacar em 2011? Quando e como foi forjada essa ideia? A “guerra” neoconservadora é de fato contra a educação sexual, ou este seria apenas um tema atrativo por sua capacidade de instaurar o pânico moral?

3.3 PÂNICO MORAL COMO ESTRATÉGIA

Uma das estratégias usadas pela nova direita é o pânico moral. Conceito popularizado por Cohen (1972 apud Miskolci, 2007), diz respeito à forma pela qual diferentes setores da sociedade reagem a possíveis rompimentos do padrão normativo. Diante do conflito, da violência e do desvio causado pelas desigualdades sociais, ou de mudanças que ferem padrões morais e religiosos, há uma reação exagerada por parte da sociedade. A mídia utiliza o sensacionalismo e instaura o medo, contrapondo-se a um momento anterior em que supostamente a sociedade experimentava paz, ordem e harmonia (MACHADO, 2004; MISKOLCI, 2007; MISKOLCI E CAMPANA, 2017).

Para Cohen (1972), a instauração do pânico moral passa por três fases. Na primeira, a partir de um acontecimento, são criadas interpretações desproporcionais, gerando especulações e distorções do acontecimento que, geralmente, são baseadas em noções prévias do senso comum. Na segunda fase, são feitas conexões do fato com outros problemas existentes que são proporcionalmente maiores. Aqui, também são identificados os supostos responsáveis pelo fato. Por

fim, na terceira fase, emergem tentativas de controlar possíveis atos que estejam relacionados ao problema central. Atitudes que antes eram comuns passam a ser suspeitas (MACHADO, 2004).

Hall e colaboradores (1978) estudaram o pânico em torno dos roubos que ocorriam na Inglaterra na década de 1970. Eles expõem a relação que se criou entre o suposto aumento da violência e a excessiva tolerância dos tribunais, e sua fixação na imagem do homem negro e pobre, resultando em mais controle social como alternativa para o problema.

Entender o que pode ser objeto do pânico moral não é uma tarefa fácil. Cohen (2002) comenta sobre suas contradições:

Eles são novos (talvez inativos, mas difíceis de reconhecer; enganosamente comuns e rotineiros, estão invisivelmente rastejando no horizonte moral) – mas também velhos (camuflam versões envelhecidas de males tradicionais e conhecidos). Eles são prejudiciais em si mesmos – mas também são apenas sinais do que é real, são muito mais profundos (...). Eles são transparentes (qualquer um pode ver o que está acontecendo) – mas também opacos: os especialistas devem explicar os perigos escondidos atrás do superficialmente inofensivo (por exemplo: decodificar uma letra de rock para ver como ela levou a um massacre escolar). (COHEN, 2002, p.vii, tradução nossa)

O autor ainda cita alguns exemplos de situações que já causaram pânico moral, como o tiroteio em escolas e sua relação com o bullying, o uso de novas drogas e a decadência de jovens, o abuso de crianças e rituais satânicos, a exposição de sexo e violência pela mídia, os refugiados e a suposta ameaça aos direitos dos residentes, etc. (COHEN, 2002).

Embora existam diversos modelos e interpretações sobre o pânico moral, Machado (2004) aponta que há consenso quanto a algumas características típicas desse fenômeno. De maneira geral, o pânico moral é uma preocupação pública amplamente compartilhada, de caráter explosivo e intenso; é restrito a um período e a um local específicos, o que o torna passageiro; está associado a questões morais; relaciona-se com outros problemas que se supõe terem uma causa comum;

identifica um agente como responsável pelo caos e direciona hostilidade para o grupo envolvido.

No Brasil da atualidade, podemos identificar essas movimentações em torno das questões de gênero e sexualidade. Depois de um período em que posições favoráveis a gênero e sexualidade estavam no centro do debate, com a virada da década a situação tomou novas direções. No mesmo ano em que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito à união estável homoafetiva, surgiu o Caderno Escola Sem Homofobia, que era vinculado ao já citado Programa Brasil Sem Homofobia, criado em 2004. Lançado através do Ministério da Educação, ele era parte de um conjunto de materiais pedagógicos com componentes textuais e audiovisuais que propunham atividades e discussões relacionadas ao combate à homofobia. Segundo o próprio documento:

[...] a escola atua como um dos principais agentes responsáveis pela produção, reprodução e naturalização da homofobia, não apenas no que se refere aos conteúdos disciplinares, mas também às interações cotidianas que ocorrem em seu interior e que são extensivas, também, ao ambiente doméstico. (CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA, 2011, p. 8).

Os materiais citados foram apelidados de “kit gay” logo após o então deputado Jair Messias Bolsonaro iniciar suas conhecidas falas sobre o tema, compostas de inverdades e distorções. O projeto foi vetado e sua distribuição não foi autorizada, mas sua breve existência foi suficiente para que Bolsonaro usasse-o inclusive em sua campanha eleitoral em 2018. Um episódio bastante comentado foi quando o candidato compareceu ao Jornal Nacional, em 2018, e apresentou um livro que, embora tivesse como tema a Educação Sexual, nunca fez parte do projeto Escola Sem Homofobia e nem tampouco havia sido comprado pelo Ministério da Educação (EL PAÍS, 2018).

Fato é que a falácia do “kit gay” ecoou na sociedade brasileira por anos e, cada vez mais, foi ganhando força e adesão. Aqui, o caso citado aparece como ameaça à família e principalmente às crianças. Isso irá se repetir nas ações que vemos posteriormente. Cabe salientar que, ainda que muitos destes movimentos

tenham sido instituídos previamente, a partir desse instante passaram a conquistar uma adesão mais significativa.

3.3 ESCOLA, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO SEXUAL

Apesar das extensas discussões sobre educação sexual, originadas não apenas da comunidade escolar e especialistas no assunto, mas também de organizações internacionais como a UNESCO e a ONU que destacam a responsabilidade da escola em abordar o tema, há setores que persistem em afirmar que a sexualidade é uma questão exclusivamente individual e, portanto, não deve ser discutida no âmbito público. Essa perspectiva baseia-se em uma visão conservadora e religiosa da sexualidade, que a limita à função reprodutiva. Nos capítulos anteriores, foram destacados os diversos equívocos associados ao tema, contribuindo para desinformação e sensacionalismo, especialmente durante as campanhas eleitorais de 2018.

Enquanto se reivindica a autonomia das famílias na decisão sobre como educar as crianças em questões relacionadas à sexualidade — abrangendo não apenas saúde reprodutiva e métodos contraceptivos, mas também debates sobre diversidade e gênero —, a sexualidade continua a ser um tabu na sociedade. A opressão contra as mulheres persiste, apesar da criminalização da violência doméstica, e a discriminação contra as populações LGBT+⁷ também permanece. Assim, embora se reconheça a importância da liberdade das famílias para abordar esses temas, as práticas sociais e os preconceitos enraizados ainda limitam efetivamente o avanço e a inclusão plena nas discussões sobre sexualidade, igualdade de gênero e direitos das minorias.

Considerando que a Educação Sexual que defendemos também aborda todas essas instâncias, já que ela implica escolhas conscientes, acesso a informações e métodos contraceptivos e também em desnaturalizar papéis e estereótipos socialmente construídos — seja com relação a gênero ou sexualidade — é de se

⁷ Dado que a sigla está em constante evolução e adaptação, optamos por utilizar o presente termo. No entanto, é importante destacar que esta escolha abrange e inclui as diversas variações da sigla, como LGBTQ+, LGBTQIA+, LGBTQIAPN+, entre outras que possam surgir no futuro. Ressaltamos nosso compromisso em reconhecer e respeitar a amplitude e a diversidade das identidades e orientações que fazem parte dessa comunidade, garantindo que todas as variantes sejam contempladas e representadas no contexto de nossa discussão.

esperar que seja interessante para alguns setores combater esse tipo de Educação Sexual.

Sob uma perspectiva bourdieusiana, cada indivíduo inserido no campo educacional e no campo político, em função de sua posição e capital específico, desenvolverá uma visão particular sobre o tema da Educação Sexual. Surge, então, a questão: a quem interessa o fim das discussões sobre Educação Sexual? Será que a Educação Sexual promovida pelas famílias será homogênea entre diferentes classes sociais? Quando a responsabilidade de educar sobre sexualidade é retirada da escola, que tipo de Educação Sexual está, de fato, sendo praticada? Estas questões sublinham a necessidade de uma análise crítica sobre as implicações da exclusão da educação sexual escolar e sobre as variações nas abordagens de educação sexual entre diferentes contextos sociais e econômicos.

Pierre Bourdieu (1996; 1998; 1999) mostra-nos que a classe a que o indivíduo pertence tem papel fundamental sobre a possibilidade de escolhas do mesmo. Isso porque a posição que ele ocupa na estrutura social, suas vivências, as experiências de sua família e os locais que frequenta tendem a formatar o horizonte possível desse indivíduo.

O poder, nesse sentido, é o que une o abismo entre o “querer ser” e o “efetivamente ser”. Toda criança sonha em alcançar determinados bens, ter determinada vida e se espelha em indivíduos que vivem essa vida. Mas, para Bourdieu (1998), isso acontece de forma inversa, uma vez que “as posições mais raras na sociedade, são as mais frequentes no ideal” (BOURDIEU, 1998, p. 89). Da mesma maneira, o poder é apropriação antecipada do objeto desejante, fazendo com que as classes possuintes sejam dispensadas do trabalho e das estratégias necessárias em outros contextos. É a herança, que não é apenas econômica, mas que se configura como um conjunto de direitos “de preempção sobre o futuro, sobre as posições passíveis de serem ocupadas, e por conseguinte, sobre as maneiras possíveis de ser homem” (BOURDIEU, 1998, p. 98).

A discrepância entre o desejo e a capacidade de realizá-lo leva as famílias a desenvolver estratégias com base nas possibilidades materiais disponíveis, mantendo coerência com o ethos de classe de cada indivíduo. Por um lado, jovens

de classes mais baixas frequentemente têm acesso apenas a informações abstratas sobre as posições que aspiram alcançar, e, em muitos casos, podem não ter acesso a informações práticas para desenvolver estratégias eficazes. Por outro lado, jovens de classes mais altas não só têm familiaridade com essas posições, como também estão cercados por indivíduos que já ocupam essas posições, tornando-se uma expectativa natural que eles também alcancem tais posições.

Ao considerar estratégias para prevenir infecções sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e promover a autoaceitação em contextos onde sexualidades e identidades de gênero são vistas como transgressoras, é relevante refletir sobre o ethos das diferentes classes sociais em relação a esses temas.

Para as camadas sociais mais privilegiadas, é comum conceber um planejamento familiar que priorize o desenvolvimento acadêmico e profissional no futuro. Isso implica o uso de métodos contraceptivos como investimento preventivo. Em caso de contratempos, como a ocorrência de infecções sexualmente transmissíveis ou gravidezes indesejadas, essa parcela mais favorecida da sociedade tem à disposição: a) o acesso ao sistema de saúde público e privado para tratamento ágil e eficaz; b) a opção pela interrupção da gravidez, ainda que de maneira ilegal, porém segura, devido à capacidade financeira de recorrer às melhores clínicas, seja no país ou no exterior.

E necessário destacar que no Brasil, a questão do aborto está profundamente ligada às desigualdades de classe social. A pesquisa de Silveira et al (2016), ao investigar mulheres que optaram pela interrupção da gravidez em clínicas privadas no nordeste brasileiro, revelou relatos de vulnerabilidade e abuso. Essas experiências incluíram a falta de informações sobre medicamentos utilizados durante o procedimento e a realização de intervenções sem anestesia. A ilegalidade do aborto no Brasil permite que tais clínicas operem sem supervisão estatal, expondo as mulheres a situações de total vulnerabilidade e violação dos direitos humanos. Isso evidencia a ausência de garantias para um tratamento seguro e humanizado, mesmo para mulheres de estratos sociais médios que buscam serviços em instituições privadas.

No Brasil, o aborto só é legalizado em caso de gravidez decorrente de estupro, risco à vida da gestante e anencefalia do feto. Em 2022, 40% dos abortos realizados no Brasil de forma legal, ou seja, que se encaixam nas condições citadas, foram feitos em outras cidades, fazendo com que as pacientes tivessem que percorrer mais de mil quilômetros, tendo que arcar com os custos da viagem. Mesmo em situações em que o aborto é permitido, a distância entre a paciente e o local em que o procedimento pode ser realizado, pode representar um impedimento ou uma dificuldade no acesso a esse direito, já que nem todas as pacientes terão essas condições econômicas (SUS, 2021, apud G1, 2022).

Apesar do artigo 126 do código penal ser claro quanto às situações em que o aborto é permitido, e o artigo 124 deixar descrito a punição cabível para a mulher que realizar o aborto em si ou permitir que outros o façam, ele continua acontecendo de forma ilegal. A diferença nos procedimentos, entretanto, está diretamente relacionada com a classe em que a mulher pertence. Goes e colaboradores afirmam que: “diante de uma gravidez que se decide não continuar, a ilegalidade do aborto não coíbe sua prática, mas acentua as desigualdades sociais” (GOES et al, 2020, p. 2).

Embora não exista dados nos sistemas de informações de saúde sobre o número oficial de abortos inseguros que ocorrem no Brasil, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 45% dos abortos ocorridos entre 2010 e 2014 são considerados abortos inseguros. Destes, 97% ocorreram na África, Ásia e América Latina (CARDOSO et al, 2020). Para a OMS, aborto ilegal é “um procedimento para o término da gestação, realizado por pessoas sem a habilidade necessária ou em um ambiente sem padronização para a realização de procedimentos médicos, ou a conjunção dos dois fatores.” (CARDOSO et al, 2020, p.2). Além disso, entre 2016 e 2020, para cada aborto autorizado pela justiça brasileira, o Sistema Único de Saúde (SUS) atendeu 100 mulheres que buscaram atendimentos pós-abortos malsucedidos, podendo ser abortos espontâneos ou complicações em procedimentos realizados fora dos ambientes hospitalares (DATA SUS, 2021, apud PODER 360, 2021).

Um estudo realizado por Goes e Colaboradores (2020) com 2.640 mulheres internadas em hospitais públicos para realizar procedimentos pós-aborto, mostrou a

associação entre raça/cor preta e parda e barreiras individuais na busca de cuidados pós-aborto. Das entrevistadas, apenas 11% se declararam brancas, e, proporcionalmente, as brancas declararam maior nível de escolaridade. O estudo não teve acesso à renda das entrevistadas.

Entre as classes mais altas, existe uma segurança que se apoia em uma rede de proteção. Para Bourdieu (1998), essa segurança é expressa na audácia das iniciativas. Mesmo que um “acidente de percurso” ocorra na vida de uma jovem de classe alta, ela pode contar com todo um aparato financeiro e medicinal para continuar sua vida e manter os planos iniciais. Além da decisão de interromper a gravidez, optar por manter a gestação também pode ser uma escolha viável quando a família possui capital suficiente para sustentar financeiramente um número maior de pessoas. Nesse contexto, é possível ser mãe e cursar uma faculdade integral, por exemplo. Há diferentes tipos de capitais suficientes para manter a jovem e sua prole, contando com a participação de babás, empregados, creches particulares, etc. A figura paterna pode, inclusive, ser dispensada. Embora haja aparato financeiro e jurídico para encontrar o genitor e solicitar direitos como registro de nascimento e pensão alimentícia, isso não se coloca como prioridade. O mesmo não ocorre com uma jovem de classe mais baixa que experimenta outros recortes como a raça e gênero.

As mulheres negras são as mais vulneráveis nessa sociedade, já que experimentam desigualdades de raça, gênero e classe, quando comparadas às mulheres brancas e aos homens negros e brancos. São elas que apresentam desvantagens de escolaridade e renda, vivem em condições de moradia mais precária e, ao mesmo tempo, têm mais filhos, menos parceiros fixos e são mais frequentemente as principais responsáveis pela família. Sua extrema vulnerabilidade social certamente tem impactos sobre a saúde e o acesso aos serviços (GOES, 2020, p. 2).

No caso de uma jovem de classe baixa que enfrente um “acidente de percurso”, como uma gravidez indesejada ou uma infecção sexualmente transmissível, quais mecanismos estão disponíveis para lidar com essa situação? É provável que não haja uma rede de apoio adequada, nem recursos financeiros suficientes para sustentar uma pessoa a mais.

Nas camadas sociais compreendidas como média, média alta e alta, a condição de ser mãe solteira, independente e corajosa o suficiente para prescindir do parceiro pode ser considerada socialmente aceitável e até mesmo admirável. Nesses estratos sociais, observa-se a existência de uma estruturada rede de apoio familiar e social, além da valorização de um estereótipo que promove a imagem da mulher autossuficiente.

No entanto, a realidade para as classes subalternas é significativamente diferente. Além da falta de uma rede de apoio social e familiar adequada, as mulheres que optam por ser mães solteiras frequentemente enfrentam estigmatização. Esse estigma, muitas vezes manifestado por termos pejorativos, cria um marcador social que rotula a jovem como alguém que fez sexo na adolescência e gerou um filho. Assim, ela é vista como precocemente sexualizada ou promíscua (SEIXAS et al., 2021), ou ainda como irresponsável por trazer uma criança ao mundo sem o suporte de um parceiro. Essa visão negativa da sociedade tende a condenar essas mulheres a uma vida de dificuldades e julgamentos morais, muitas vezes associada à crença de que sua situação é um castigo divino merecido.

Conforme aponta Bourdieu (1998), “as disposições frente ao futuro e, por consequência, as estratégias de reprodução, dependem não somente da posição estratégica de classe e do indivíduo na classe, mas do sentido da trajetória coletiva do grupo do qual o indivíduo faz parte” (BOURDIEU, 1998, p 101).

Além disso, é relevante considerar o papel e a compreensão do afeto em diferentes classes sociais. Bourdieu argumenta que as relações familiares e de amizade assumem significados distintos para o proletariado e para a pequena burguesia. Para o proletariado, o afeto proveniente de uma família numerosa é essencial para enfrentar as dificuldades do dia a dia, proporcionando apoio e solidariedade que ajudam a lidar com as adversidades. Em contraste, para a pequena burguesia, essa mesma dinâmica pode ser vista como um entrave ou um obstáculo. Neste contexto, o afeto familiar pode ser percebido como um peso que limita a capacidade do indivíduo de alcançar a posição desejada de status e estabilidade burguesa. Assim, as diferenças nas experiências e na valorização do afeto refletem e reforçam as desigualdades entre as classes sociais.

Ao discorrer sobre as formas de capital cultural, Bourdieu afirma que ele “é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e se tornou parte integrante da pessoa. (...) Aquele que o possui ‘pagou com sua própria pessoa’ e com aquilo que tem de mais pessoal: seu tempo” (BOURDIEU, 1998, p. 74 e 75). Dessa maneira, percebemos que, para além do capital econômico, o capital cultural, principalmente o incorporado, vai ser aquele que terá relação com a Educação Sexual vinda das famílias. Mais do que pensar em estratégias para o futuro escolar, estratégias de reprodução, o capital cultural está diretamente ligado a como as pessoas podem amar e se relacionar, ele “patrocina uma capacidade reflexiva com o desejo” (BERG et al, 2009, p.169).

Nesse sentido, o capital cultural incorporado é aquele que está mais relacionado com o investimento de tempo dentro das famílias. Ele diz respeito ao cultivo de bens simbólicos que não são transmitidos instantaneamente, mas são realizados ao longo de toda a socialização do indivíduo, diferentemente do capital cultural institucionalizado – que são as credenciais ou diplomas adquiridos individualmente – e do capital cultural objetivado – que é material e, portanto, pode ser herdado, tal como pinturas e livros (BOURDIEU, 1998).

Dizer que uma pessoa possui capital cultural incorporado sobre a educação sexual é mais do que supor que ela teve longas conversas com seus pais sobre métodos contraceptivos; é pensar que ela cresceu acompanhando o afeto entre duas ou mais pessoas que a criaram. É pensar que ela, em algum momento, questionou de onde sua existência veio e compreendeu que esse afeto que ela acompanhou pode gerar outros seres. É o entendimento de que, das relações corpóreas entre os seres, não é gerado apenas outro ser, mas são transmitidos fluídos que podem carregar diversas infecções. Isso é aprendido nos livros, nas escolas, nos filmes e é reforçado não só na família, mas em todas as instituições sociais por ela frequentadas. É poder contar com especialistas como psicólogos e sexólogos para se consultar. É poder ter um ambiente possivelmente mais aberto para a aceitação e compreensão no caso de uma sexualidade considerada dissidente ou de uma identidade de gênero diferente da que o indivíduo foi designado ao nascer. Além disso, compreender que seus pais tiveram uma trajetória planejada faz com que estes indivíduos já nasçam no plano de outrem, traçados há

longas gerações. Se desviar do esperado não é impossível, mas exige grande esforço.

Quando as questões sobre sexualidade são deixadas para serem tratadas unicamente no seio familiar, é desconsiderado que a desigualdade social afeta os níveis mais íntimos da vida cotidiana, desde assuntos como futuro, expectativas e, até mesmo, sexo e afeto. Enquanto as famílias das camadas médias e altas tendem a ser muito mais abertas às discussões sobre a sexualidade dos filhos, além de contarem com mais recursos, os jovens das famílias das camadas populares costumam contar muito mais com a escola e órgãos públicos para obter as informações necessárias sobre a sua atividade sexual, ou ainda, com órgãos religiosos. Dessa maneira, a abordagem sexual que essa pessoa aprenderá, dependerá de diversos fatores, impedindo ou dificultando que a mesma possua um conhecimento que seja validado.

Quando existem impedimentos ao debate e à instrução sobre determinado tema no ambiente escolar, os jovens podem ser levados a procurar informações e referências em outros meios, que são, no mínimo, menos qualificados. A internet, por exemplo, é um desses canais alternativos, mas que nem sempre oferece conteúdos respaldados por rigor científico. Isso pode resultar em uma formação inadequada e na propagação de informações incorretas ou prejudiciais.

A educação sexual é um campo do conhecimento que gera saberes objetivos por meio de pesquisas, estudos e debates, e isso não pode ser ignorado ou substituído por uma perspectiva não científica. Quando isso acontece, consequências muito danosas podem ocorrer na vida dos jovens que são alvos dessas ações, consequências essas que têm efeitos na saúde, na autoimagem e na satisfação sexual desses jovens.

Mattos (2009) afirma que é na estrutura familiar que se aprende a instrumentalização de si, do corpo e dos desejos e projetos futuros. E isso é atualizado e exercido na rua. É naturalizado como autoimagem. É onde aprendemos o *habitus*, que, como afirma Bourdieu, “é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação” (BOURDIEU, 1996, p.42).

Diferentemente de outras análises, aqui, reiteramos que as privações e as desigualdades sociais vão interferir diretamente nas mais íntimas instâncias da vida. Como afirma Mattos (2009), o acesso a mecanismos simbólicos de autoestima e reconhecimento social também são afetados. O capital cultural, em sua conceitualização mais ampla, está diretamente ligado ao desenvolvimento material, mas também pessoal e emocional, contribuindo inclusive para definir como as pessoas podem se relacionar sexual e afetivamente. O leque de escolhas limita-se conforme os capitais que a pessoa possui. E isso aplica-se a todas as instâncias da vida, não somente às instâncias materiais.

Para além das questões de sexualidade, gênero também é uma das dimensões que a Educação Sexual influencia significativamente. Na perspectiva bourdieusiana, classe e gênero podem se entrelaçar, ao pensarmos que a opressão de classe se intensifica com a opressão de gênero. As mulheres das classes mais baixas experimentam a hipersexualização, além da falta de autonomia até mesmo de seus próprios corpos. “O desvalor de ser mulher pobre condensa todas as desvantagens da dominação masculina, pois é produto da ressignificação da dominação de gênero pela dominação de classe”. (BERG et al, 2009, p. 159).

Não podemos ignorar a interseção entre gênero e classe social, que impacta profundamente as experiências das mulheres em situação de vulnerabilidade econômica. A discriminação e a desvalorização das mulheres não se limitam apenas ao âmbito de gênero, mas são intensificadas quando consideramos a interseção com a classe social. Ser uma mulher em situação de pobreza implica enfrentar uma sobreposição de desvantagens, onde as normas sociais de gênero e a estratificação socioeconômica se entrelaçam, criando um ambiente de múltiplas formas de opressão.

A ressignificação da dominação de gênero pela dominação de classe implica que as mulheres em contextos econômicos desfavorecidos não enfrentam apenas a marginalização com base em seu gênero, mas também estão submetidas a sistemas de opressão exacerbados pelas disparidades econômicas. Essa abordagem ressalta como a condição de ser mulher e pobre amplifica as desvantagens, muitas vezes resultando em limitações significativas no acesso a oportunidades, recursos e direitos fundamentais.

Nos contextos em que há menor autonomia da mulher, há maior espaço para mais violência, exposto, por exemplo, na recusa por parte dos parceiros em usar preservativo. Relações menos igualitárias impedem que as mulheres exerçam sua sexualidade de forma segura e autônoma (CHAMCHAM, JAYME, 2016). Por isso a discussão sobre gênero está intimamente ligada à Educação Sexual. Segundo Bourdieu (2012), as relações de gênero, expressas pela dominação masculina, constituem uma forma de violência simbólica. Contudo, ao afirmar isso, Bourdieu não diminui nem ignora a realidade da violência física contra as mulheres.

Na verdade, a violência simbólica diz respeito aos símbolos e as interpretações sobre os corpos e sobre os papéis a serem cumpridos que diferenciam homens e mulheres e são tidos como naturais, quando, na verdade, são frutos de uma construção social. É uma forma de violência “doce, quase sempre invisível” (BOURDIEU, 2012, p.47), mas que se perpetua nas mais íntimas instâncias da vida, moldando as formas de se portar e, até mesmo, as expectativas para o futuro. O simbólico aqui não faz oposição ao que é real, como se esse tipo de violência não tivesse efeitos e consequências práticas na realidade.

A violência simbólica produz o ambiente familiar socialmente legítimo para o exercício da dominação e da exploração da mulher que poderá se tornar violento para ela, caso haja reação ao domínio masculino. São esses símbolos que perpetuam a dominação dos homens sobre as mulheres, mesmo com todos os avanços recentes consequentes das lutas feministas. É pela naturalização desses elementos socioculturais que, por mais que a violência contra mulheres seja criminalizada e não existam mais leis segregacionistas, não apenas as mulheres ainda ocupam posições piores que as dos homens na sociedade, como também são vitimadas por uma violência física ampliada e reiterada.

Nesse sentido, já que a Educação Sexual nas escolas não considera somente a sexualidade, mas também os papéis de gênero, ela pode ser importante para prevenir violências de gênero. Cham Cham e Jayme (2016) reforçam em seu texto:

[...] a importância de se implementar os programas escolares para informar e educar sobre as consequências da violência de gênero dentro das famílias e dos relacionamentos entre casais, bem como desenvolver estratégias para coibir a violência

de gênero, que sejam de caráter mais preventivo que punitivo entre os jovens. [...] É imperativo que os serviços de saúde se certifiquem que alcancem os adolescentes antes que estes iniciem sua vida sexual, para que possam fazê-lo com segurança e que incorporem às discussões da saúde sexual e reprodutiva as questões ligadas à desigualdade e à violência de gênero (CHAM CHAM, JAYME, 2016, p.17)

Embora as instituições sociais reforcem geralmente o poder das classes dominantes e do gênero dominante em todas as classes, Bourdieu destaca que esses campos não são fixos; eles estão em constante disputa e transformação. Nesse sentido, podemos pensar em uma alternativa que, através da Educação Sexual, contribua para a desnaturalização dos papéis de gênero, o fim das diversas formas de violência contra mulheres e o acesso à informação que permita aos indivíduos – e principalmente aos jovens – o direito de fazer escolhas seguras e conscientes.

É impossível falar em liberdade sem considerar o direito à escolha. Saúde sexual e reprodutiva é um direito garantido na Constituição de 1988, mas como esse direito é apreendido varia segundo as disputas de poder. Educação Sexual é um campo de disputas. Cabe a nós identificarmos que grupos compõem a disputa – e quais são seus interesses, estratégias e forças.

Há certos termos que se sobressaem no enfrentamento das discussões relativas a gênero e sexualidade. São eles: "escola sem partido" e "ideologia de gênero". Embora não pertençam à mesma categoria lexical, esses termos desempenham um papel central – o primeiro corresponde a um movimento articulado por aqueles que denunciam alegada doutrinação ocorrida nas instituições educacionais, ao passo que o segundo diz respeito a um dos tipos de doutrinação que ocorre em diversas esferas da sociedade, incluindo o ambiente escolar, conhecido como a imposição de perspectivas de gênero e sexualidade. Sobre eles, abordaremos detalhadamente a seguir.

3.5 ESCOLA SEM PARTIDO

O Movimento Escola Sem Partido (ESP), fundado em 2004, tinha como principal propósito denunciar a alegada doutrinação ideológica perpetrada por professores em sala de aula. O episódio que desencadeou a criação do ESP ocorreu quando o advogado Miguel Nagib, fundador do movimento, ficou indignado

com a comparação feita por um professor de história entre Che Guevara e São Francisco de Assis, na escola de sua filha. Esse acontecimento motivou Nagib a mobilizar esforços para criar um movimento que buscasse impedir o que ele considerava como práticas inadequadas por parte de professores (SANTA-BÁRBARA et al, 2017).

Embora o projeto tenha sido criado em 2004, somente uma década depois ele começou a ganhar visibilidade. Com o aumento dessa notoriedade, diversos projetos de lei relacionados ao tema passaram a ser apresentados em várias cidades do Brasil, incluindo Juiz de Fora.

Essa alegada doutrinação abrangeria, no mínimo, três categorias distintas: política, sexual e religiosa. No âmbito político, a preocupação residia na acusação de que professores estariam envolvidos em um projeto de "conversão" dos alunos para filiações a partidos de esquerda e à ideologia comunista. No viés sexual, a alegação era de que os educadores estariam promovendo ideologias com o intuito de persuadir os alunos a adotarem orientações sexuais dissidentes, ou seja, aquelas que não seguem o padrão heterossexual. Nessa mesma ótica, havia também o receio em relação às expressões de gênero. Por fim, no viés religioso, a preocupação central era a suposta tentativa de erradicar o cristianismo e o modelo de família tradicional do ambiente escolar.

No projeto inicial do Movimento Escola Sem Partido (ESP) e nos primeiros projetos de lei que dele se inspiraram, era notável que apenas o viés político estava claramente delineado. Isso ocorreu porque, embora o movimento tenha tido um criador específico, os projetos de lei apresentados em diferentes partes do Brasil foram elaborados por vereadores e deputados com diversas formações e posicionamentos na sociedade, incluindo religiosos, membros de movimentos sociais e profissionais de diversas áreas. À medida que esses projetos se desenvolveram, novas denúncias foram incorporadas ao Escola Sem Partido, incluindo questões relacionadas a gênero e sexualidade. Apesar disso, essas questões estão mais ligadas aos projetos relacionados à ideologia de gênero, do qual falaremos no próximo tópico.

Furlan e Carvalho (2020) remontam a ditadura militar brasileira, no ano de 1970, exatamente no momento em que Coronel Rubens Resstel defende a ideia de que a liberdade de cátedra seria perniciosa para o Brasil. Segundo ele, comunistas estariam infiltrados nos setores educacionais, a fim de disseminar ideologias como “amor livre, a atração sexual desenfreada, a perseguição ao pudor feminino e a adoção do pensamento crítico” (FURLAN, CARVALHO, 2020, p.169).

O mito da doutrinação comunista e sexual na educação já estava presente nesse momento. Apesar disso, 44 anos mais tarde a mídia recebe o Escola Sem Partido como novidade. Na verdade, ao analisar os discursos de Resstel e os atuais, é possível perceber que na história recente do nosso país, “comunismo e gênero funcionaram e funcionam como disparadores de pânicos morais e políticos na população e como ameaças a uma pretensa ordem social e a um projeto de nação ancorado nos valores tradicionais das elites dominantes” (FURLAN, CARVALHO, 2020, p. 170).

A iniciativa do Escola Sem Partido propunha que os educadores deveriam manter neutralidade política, ideológica e religiosa, evitando, assim, influenciar os alunos com suas convicções pessoais. A fundamentação do argumento girava em torno da ideia de que a escola não deveria ser um espaço para a promoção de ideologias específicas, defendendo que o ambiente escolar deveria ser isento de posicionamentos políticos ou religiosos, permitindo que os alunos formassem suas próprias opiniões de maneira autônoma. A base do movimento também incluía a defesa da primazia da educação moral por parte da família, sustentando que valores éticos e morais deveriam ser transmitidos primordialmente no ambiente familiar, cabendo à escola a responsabilidade de oferecer uma educação técnica e objetiva.

Nesse contexto, o professor é frequentemente tratado como alvo de suspeita e se torna o principal foco dos ataques promovidos pelo Movimento Escola Sem Partido. Esse fato é evidenciado pelas diversas propostas de lei apresentadas em todo o Brasil, nas quais são detalhados os deveres dos docentes. Algumas dessas propostas, inclusive, preveem que tais deveres sejam impressos e afixados nas escolas, especificando até mesmo as dimensões dos cartazes que devem ser utilizados para esse fim.

- 1) O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
- 2) Não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
- 3) Não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
- 4) Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria
- 5) Respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções.
- 6) Não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros dentro da sala de aula. (JUIZ DE FORA, 2016, s/p)

É relevante destacar que, mais do que os educadores em geral, o foco principal do Movimento Escola Sem Partido são os professores das instituições públicas de ensino, que atendem os filhos das camadas populares. Em teoria, esses espaços deveriam ser caracterizados pela diversidade. No artigo 2º do referido projeto de lei, há essa ressalva para escolas particulares:

§ 1º. As escolas confessionais e as particulares cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, religiosos ou ideológicos, deverão obter dos pais ou responsáveis pelos estudantes, no ato da matrícula, autorização expressa para a veiculação de conteúdos identificados com os referidos princípios, valores e concepções. (JUIZ DE FORA, 2016, s/p).

Nesse contexto, é possível supor que a concepção de uma educação neutra é aplicada seletivamente, concentrando-se especificamente nas escolas públicas, mesmo que de forma idealizada, já que a busca pela neutralidade em si já pode ser considerada uma postura ideológica. O entendimento de que uma escola pode ser verdadeiramente neutra é desafiado quando percebemos que qualquer esforço para

atingir tal neutralidade é, na realidade, permeado por convicções e perspectivas ideológicas subjacentes. Portanto, a busca por uma educação neutra revela-se como uma escolha ideológica em si. Como afirma Bittencourt (2017):

Assim como não existe saber desinteressado, também não existe ação desinteressada. Mesmo a defesa incondicional da neutralidade axiológica já se configura uma tomada de decisão, uma escolha singular. Exigir neutralidade de alguém, portanto, denota tendenciosidade. Somente o reacionarismo temerário, certamente por má-fé e tacanhez intelectual, insiste nessa proposta indecente (BITTENCOURT, 2017, p.127).

Isso se intensifica quando falamos do Escola Sem Partido, movimento que se apoia da difusão de determinadas perspectivas como o neoliberalismo na educação. Além de basear-se na busca por uma gestão pedagógica pragmatista que simplifica a educação a meros conhecimentos técnicos, o Escola Sem Partido (ESP) também está alinhado à restrição de disciplinas com caráter mais reflexivo, como a sociologia e a filosofia. Adicionalmente, abraça a perspectiva que encara o setor educacional não como um direito, mas como uma despesa. Nesse contexto, o movimento se destaca como um dos elementos centrais, sendo analisado desde o início deste trabalho. Ele representa uma faceta da nova direita que busca influenciar o âmbito educacional, introduzindo agendas inicialmente morais, mas que também podem ter nuances econômicas.

Além disso, o movimento reflete as tensões políticas e sociais presentes no Brasil, evidenciando diferentes visões sobre o papel da educação na formação dos cidadãos. De um lado, encontram-se aqueles que consideram possível que o campo educacional seja isento de qualquer ideologia – embora essa própria perspectiva já constitua uma ideologia. Por outro lado, há aqueles que percebem a proposta como uma ameaça à liberdade de expressão e à autonomia dos educadores.

Bittencourt (2017) destaca que uma significativa parcela dos apoiadores da Escola Sem Partido utiliza essa causa como uma bandeira política. Essa constatação nos traz a reflexão sobre a possibilidade de se tratar de um oportunismo inerente à abordagem desse movimento. A pergunta que se impõe é: estaria o

Escola Sem Partido instrumentalizado por alguns como uma plataforma conveniente para a promoção de objetivos políticos específicos?

3.6 IDEOLOGIA DE GÊNERO

Como previamente indicado, outra fonte de denúncias, a qual nos referimos anteriormente como a perspectiva sexual, é a ideologia de gênero. Novamente, a escola emerge como o cenário de doutrinação, e os professores como os agentes doutrinadores. Essa abordagem pode estar ou não associada ao movimento Escola Sem Partido, mas possui suas particularidades. Ela critica de forma contundente os estudos relacionados a gênero e sexualidade, abrangendo questões de identidade de gênero, a atuação e os princípios do movimento feminista, bem como qualquer outro tema que se conecte a essas áreas de investigação. Além disso, tal visão expressa uma oposição sistemática a esses campos de estudo, interpretando-os como passíveis de proibição. O termo originou-se na Igreja Católica para reforçar a visão biológica sobre o sexo e os papéis que derivam dessa concepção, desconsiderando as discussões científicas sobre o assunto

Garrayo e Toldy (2020) apontam que a ofensiva anti gênero tem sido uma tendência global e transnacional. A educação tem sido alvo desses movimentos “contrarrevolução”, que visam revogar avanços e direitos adquiridos no campo da sexualidade, dos direitos reprodutivos e dos direitos das mulheres. Em alguns países como a Hungria, o estudo de gênero tem sofrido sanções e falta de investimentos. Em outros países europeus, a pauta anti gênero tem se associado a discursos islamofóbicos e anti-imigração.

Na América Latina, há a particularidade de que o movimento surgiu na virada do milênio, emergindo em países com governos aliados à esquerda e costuma estar associado à pauta educacional (MISKOLCI E CAMPANA, 2017). No Brasil, além de estar presente na igreja católica, o movimento anti gênero cooptou alguns setores da igreja evangélica – aqueles com expressão política.

Dessa forma, o movimento contrário a suposta ideologia de gênero tornou-se uma questão política, com o aumento da influência da bancada evangélica por meio de vários representantes, ocupando posições de destaque no poder. Um exemplo é

o pastor Marco Feliciano, que assumiu uma posição de grande destaque e representatividade ao ser nomeado Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias em 2013.

Ainda, segundo Galzerano (2021), as principais estratégias dos movimentos anti gênero são: 1) homogeneizar os estudos de gênero, desconsiderando as vertentes e diferentes abordagens, simplificando e reduzindo as nuances presentes nos estudos sobre gênero; 2) caricaturar, desqualificar e ridicularizar as pesquisas e os defensores dos estudos de gênero, usando termos pejorativos como “gayzista” e “feminazi” na tentativa de estigmatizar e marginalizar os estudos de gênero; 3) transformar os estudos de gênero em ideologia, no sentido de falseamento da realidade.

Após a instauração de um pânico moral em torno dessas questões, que foram associadas como uma das principais causas dos problemas na educação brasileira, a situação passou para um novo estágio. Esses grupos agora buscam exercer influência sobre as políticas públicas do país, promovendo a proposição de projetos de lei que refletem suas preocupações e perspectivas.

Fernanda Pereira de Moura e Renata da Conceição Aquino da Silva da Frente Nacional Contra Mordança (2020) atestaram a existência de 247 projetos de lei, que visavam censurar a educação ao longo da existência do ESP, sendo que a maioria foi proposta entre 2017 e 2018, justamente os anos em que estavam sendo discutidos os planos estaduais e municipais de educação. Em novembro de 2020, apenas 15% desses PLS estavam em vigor, sendo que 25% foram arquivados e 28% estavam tramitando (MOURA e SILVA, 2020).

As autoras categorizam os projetos de lei em quatro abordagens distintas. A primeira é a Escola Sem Partido, que segue diretamente a concepção original desse movimento, alinhando-se tanto à ideia central quanto ao projeto de lei proposto por Nagib. A segunda abordagem, Tipo Escola Sem Partido, adota a perspectiva do Escola Sem Partido, mas não utiliza o Projeto de Lei criado por Nagib nem o nome associado a ele. A terceira categoria é a anti gênero, que se opõe à inclusão da educação sexual nas escolas e qualquer menção a gênero e sexualidade. Por fim, a quarta abordagem é a Infância Sem Pornografia, que se assemelha à perspectiva

anti gênero, mas justifica sua oposição com a alegação de que a educação sexual nas escolas está associada à presença de pornografia.

Enquanto os projetos de lei relacionados ao Escola Sem Partido têm autoria ou inspiração no movimento criado por Miguel Nagib, os projetos de lei do tipo “Infância sem Pornografia” têm autoria de Guilherme Schelb, autor do site “Infância e Família” e procurador da república do Distrito Federal. O site agora está sob novo domínio, “Cristãos pela Infância”. Lá podemos encontrar um treinamento intitulado “Educação Sexual segura de crianças e adolescentes”, no valor de R\$ 199,00, destinado a líderes de igrejas cristãs (CRISTÃOS PELA INFÂNCIA, 2018). Em 2018, foi divulgada a informação de que Schelb havia sido cotado para Ministro da Educação por Jair Bolsonaro, mas, aparentemente, o convite nunca aconteceu (FERRARI, 2018). Embora simpatizante do Movimento Escola Sem Partido, Schelb tem seu próprio movimento: o “Cristãos pela Infância”.

Para o nosso propósito, o foco principal deve ser nos projetos de lei classificados como anti gênero e infância sem pornografia. No entanto, conforme relatado pelas autoras, é importante observar que, em alguns casos, a pauta anti gênero pode também servir como uma sub pauta dentro dos projetos de lei que se enquadram na categoria Tipo Escola Sem Partido. Isso significa que, enquanto o projeto de lei pode ter as roupagens do Escola Sem Partido, ele pode, na prática, incorporar elementos da agenda anti gênero, refletindo preocupações adicionais sobre a inclusão de educação sexual nas escolas.

Essa diversidade de abordagens e concomitância ou não de pautas, sugere que a mobilização da nova direita é multifacetada, moldando-se conforme as nuances e as prioridades de cada grupo. A presença da temática anti gênero como uma sub pauta nos projetos de lei tipo Escola Sem Partido, evidencia a complexidade da disputa em torno da suposta neutralidade docente.

A discussão em torno dessas questões destaca a interseção de diversas agendas, onde a resistência à abordagem de gênero nas escolas muitas vezes se mescla à inquietação em relação à possível presença de pornografia no ambiente educacional. É relevante notar que a mera sugestão de que possa haver pornografia nas escolas possui um forte apelo público e uma considerável capacidade de

mobilização devido à sua natureza provocativa. Embora não haja evidência, pelo menos em Juiz de Fora, de que pornografia tenha sido veiculada para crianças nas escolas, o próprio nome do projeto de lei assume uma perspectiva acusatória ao destacar um problema inexistente. Desse modo, o projeto de lei instiga automaticamente a percepção desse problema no imaginário da comunidade juiz-forana, convocando indivíduos genuinamente preocupados com a segurança de seus filhos para se oporem a ele.

Assim, fica claro que a articulação dessas pautas transcende a simples categorização e se revela como uma estratégia mais ampla de influenciar as políticas educacionais do país. Mais do que denunciar problemas, esses projetos de lei, ao abordarem questões que não têm fundamento na realidade, efetivamente inventam problemas e direcionam a atenção da população para essas questões fictícias. Automaticamente, culpados são identificados - os professores - e soluções imediatas são propostas, como a perseguição e punição do suposto agente causador desses problemas. Aqui, temos novamente, a definição de pânico moral.

3.7 NUANCES E CONTRADIÇÕES DA IDEOLOGIA DE GÊNERO E DO ESCOLA SEM PARTIDO NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

A interseção entre os diversos projetos de lei que visam censurar a educação tem sido um ponto de intensos debates e controvérsias no cenário político brasileiro. Ideologia de gênero e Escola Sem Partido, ao mesmo tempo tão parecidos, mas também diferentes, refletem as complexidades ideológicas que torna cada vez mais difícil compreender o que é e como age a nova direita brasileira. A máxima pode ser expressa na simbiose única que foi amplamente divulgada nas eleições de 2018: políticos que se intitulam conservadores nos costumes e liberais na economia. Essas perspectivas aparentemente contraditórias coexistem e se adaptam conforme os interesses em jogo. Esse dinamismo ilustra como a nova direita brasileira opera em um cenário político multifacetado, onde as ideias e posturas podem ser moldadas consoante as circunstâncias.

Para ilustrar o ponto mencionado anteriormente, é relevante destacar um episódio ocorrido em 2018. Nesse ano, Miguel Nagib, o criador do movimento Escola Sem Partido, solicitou ao deputado Flavinho, que era o relator do Projeto de

Lei nº 7180/2014, intitulado "Escola Sem Partido", que removesse a proibição específica da discussão de gênero. Nagib argumentou que o objetivo do Escola Sem Partido não era restringir ou proibir o ensino de conteúdos específicos, mas sim garantir que qualquer conteúdo abordado nas escolas fosse tratado de forma neutra pelos professores, sem promover ideologias. Em resposta à solicitação, Flavinho afirmou que iria considerar a proposta de alteração. No entanto, ele decidiu manter a proibição no Projeto de Lei, justificando sua decisão com a alegação de que os conteúdos relacionados a gênero não eram considerados ciência (TOKARNIA, 2018).

Ao contrário de Flavinho e outros defensores do ESP, Nagib sustenta perspectivas que não têm tanta adesão. Uma delas é a ideia de que os professores devem incluir o ensino do evolucionismo, argumentando que o criacionismo não possui fundamentos científicos, além de abordar as diversas teorias sobre gênero (TORKANIA, 2018). No entanto, há discordância entre outros apoiadores, alguns dos quais defendem a inclusão do criacionismo no currículo, enquanto negam a abordagem das discussões de gênero e sexualidade. Essa divergência destaca como a questão anti gênero ou anti educação sexual não é consenso, mesmo entre os apoiadores de movimentos como o Escola Sem Partido.

O nível intelectual e a filiação, ou a ausência dela, a uma organização religiosa fundamentalista parecem influenciar a formação de algumas das divisões observadas dentro do movimento. Nesse grupo, todos desejam realizar intervenções nas escolas, que podem ou não incluir o discurso do professor, o currículo, o material didático, a disposição das aulas, as intervenções pedagógicas, a presença de membros externos e outros dispositivos. Porém, quanto mais distantes das religiões e maior o grau de instrução dos agentes, maior parece ser a influência da laicidade e dos princípios liberais para definir a natureza e o grau da intervenção.

Ainda, as estratégias e argumentos empregados revelam não apenas divergências sobre o papel do professor e o conteúdo do currículo, mas também conflitos mais profundos sobre o papel da ciência, da religião e da diversidade de perspectivas na formação das novas gerações.

Galzerano (2021) ao analisar essas divergências, aponta que o Movimento Escola Sem Partido viu potencial na pauta anti-ideologia de gênero e abandonou a ideia de educação neutra, na perspectiva política, para apostar na primazia da educação pela família, o que atraía mais adesão. Conforme mencionado anteriormente, as denúncias feitas sob a perspectiva sexual possuem um poder mobilizador mais significativo. Enquanto alguns pais podem se indignar ao serem informados sobre comparações entre Jesus Cristo e Che Guevara nas escolas, é esperado que a indignação seja muito maior quando se alega que pornografia está sendo distribuída nas escolas ou que estão envolvendo as crianças em contextos inadequados para suas idades.

Quanto aos interesses desses grupos, é possível imaginar que eles vão muito além do discurso e que há finalidades ocultas por trás da adesão às pautas. Inclusive, a adesão a determinadas pautas pode se dar devido a projetos pessoais de carreira política, como já apontado por Bittencourt (2017). Optar por uma determinada agenda é uma decisão ponderada que acarreta consequências específicas. Neste contexto, apoiar essas agendas resultou em votos em 2018 e, para muitos, marcou o início de uma carreira. Ao ingressar na arena política, todo movimento tende a alterar suas fronteiras, natureza e objetivos originais.

As pautas que aqui discutimos tiveram o ápice com a ascensão de Bolsonaro, no entanto, nos anos após sua eleição, essas pautas foram relegadas a segundo plano, fazendo com que Miguel Nagib, o criador do Escola Sem Partido, ficasse pessoalmente chateado. Após uma série de lamentações no Twitter, múltiplos encontros desmarcados com diversos ministros da educação do governo Bolsonaro e a ausência de qualquer declaração do Presidente sobre o movimento, Miguel Nagib decidiu abandonar a iniciativa do Escola Sem Partido em 2019. Em agosto de 2020, ele reconheceu que o movimento havia alcançado o seu limite máximo de adesão. Uma nota oficial foi publicada no site do movimento para anunciar essa decisão, mas o site foi removido alguns meses depois.

A decisão gerou reações significativas. Parlamentares ainda associados ao Escola Sem Partido, como Bia Kicis, cunhada de Nagib e autora do projeto de lei

“Escola sem Partido 2.0” (PL nº. 246/19⁸), votaram contra o FUNDEB, em desacordo com as orientações da bancada de seu partido. Isso gerou tensões com o Presidente da República, embora essas tensões tenham aparentemente sido rapidamente resolvidas. A pergunta que se coloca é se esse voto pode ter sido uma forma de protesto.

Bolsonaro se beneficiou das pautas citadas. Mas seu abandono a elas nos primeiros anos do seu primeiro mandato poderia fazer-nos pensar que este era o fim da caça aos direitos relacionados a gênero e sexualidade. Poderia, também, fazer-nos acreditar que nada havia mudado, e que, apesar da BNCC não contemplar mais o tema transversal “orientação sexual”, as práticas seriam mantidas nas escolas, e que a caça aos professores tenha ficado apenas no papel. No entanto, o ano de 2022, marcado pela eleição presidencial, revelou exatamente o oposto: assistimos ao retorno dessa agenda. Mais uma vez, o pânico moral em torno das questões de gênero e sexualidade foi acionado.

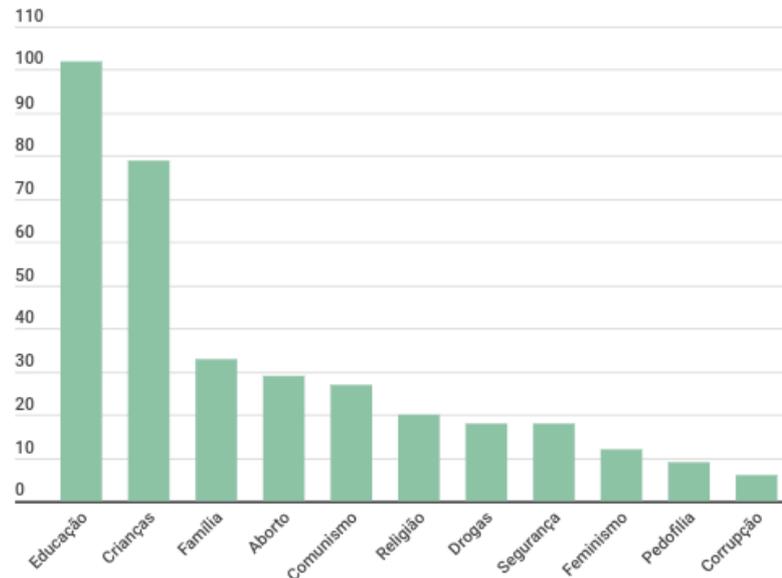
A "ideologia de gênero" é uma das falácias mais frequentemente repetidas por Bolsonaro. Segundo a plataforma de checagem de fatos "Aos Fatos," entre o primeiro dia de seu mandato e 2 de agosto de 2022, Bolsonaro fez 5.892 declarações falsas ou distorcidas. Destas, cerca de 34 se referiram à ideologia de gênero, com 26 delas ocorrendo apenas em 2022 (AOS FATOS, 2022). A plataforma não tem dados conjuntos sobre as declarações de antes do início do mandato, mas é de se esperar que o número seja ainda maior. Os dados acima ilustram o retorno da pauta com a proximidade do período eleitoral.

A agência Diadorim mapeou mais de 200 publicações da família Bolsonaro sobre “ideologia de gênero”, desde 2014 até 2022, por meio do sistema Metameno, que captura e registra as memórias das redes sociais de indivíduos, organizações, coletivos, empresas e marcas. Segundo a pesquisa, as palavras mais associadas ao termo ideologia de gênero foram:

Figura 3 - Temas mais frequentes nas publicações sobre “ideologia de gênero” do clã Bolsonaro

⁸Semelhante ao Projeto de Lei “Escola Sem Partido” original, criado por Miguel Nagib, o “Escola Sem Partido 2.0” apenas muda algumas frases, mantendo as mesmas ideias citadas em 2015.

Os temas mais frequentes nas publicações sobre 'ideologia de gênero' do clã Bolsonaro



Fonte: Agência Diadorim (FIGUEIREDO e MALVEZZI, 2022)

Novamente, observamos que o apelo à proteção das crianças, à família e à educação tem uma força superior em comparação com outras abordagens. Quando a defesa das crianças é trazida para o centro desse debate, diversos setores da sociedade são mobilizados, mesmo que, na realidade, não exista uma ameaça concreta. A evocação desses valores fundamentais toca em questões emocionais profundas e gera um impacto significativo, mesmo na ausência de um perigo real.

Diversos projetos de lei aprovados em 2018 foram revogados nos anos subsequentes devido à sua inconstitucionalidade. Ferir e revogar direitos estabelecidos foi algo recorrente no governo de Bolsonaro. Nesse aspecto, sua atuação não se limitou somente a iniciativas legislativas e intervenções mais visíveis do poder executivo. Entre 2020 e 2021, o "Disque 100", canal destinado a denúncias de violação dos direitos humanos, foi usado para denúncias sobre a ideologia de gênero. O mesmo canal foi disponibilizado para pessoas que se opunham à vacinação contra o COVID-19 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022).

Hoje, torna-se cada vez mais necessário entender como as pautas de gênero e sexualidade são atacadas, bem como suas motivações e os agentes por trás da movimentação. É fundamental questionar: o que eles ganham ao defender determinadas posições? O que alcançaram durante e após as eleições de 2018? Dada a complexidade dessas questões em um cenário mais amplo, demandando considerável esforço e recursos para uma análise abrangente, optamos por concentrar nossos esforços na cidade de Juiz de Fora.

Neste contexto, os projetos de lei mencionados foram objeto de extensos debates e discussões em reuniões ordinárias e extraordinárias no Palácio Barbosa Lima, atual sede da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Essas interações resultaram em conflitos entre manifestações favoráveis e não favoráveis, gerando uma ampla variedade de material audiovisual. Todo esse conteúdo foi minuciosamente analisado como parte integrante da presente pesquisa.

4 O CAMPO: TENSÕES E EMBATES EM JUIZ DE FORA

Já era esperado que esse movimento que ocorreu nacionalmente fosse reproduzido em Juiz de Fora, cidade mineira de porte médio. Com mais de 500 mil habitantes, é a maior cidade da Zona da Mata e a quarta maior de Minas Gerais. Possui renda média per capita de 2,3 salários mínimos, e PIB per capita de cerca de 32 mil reais. A cidade possui IDH de 0,778, considerado alto, estando acima do IDH de Minas Gerais, mas abaixo do IDH da capital, Belo Horizonte (IBGE, 2022).

Juiz de Fora possui uma rica história e é um importante centro econômico e cultural. No século XIX e XX, a cidade ficou conhecida como a Manchester Mineira, pela presença de fábricas e chaminés, fazendo a cidade se assemelhar à Inglaterra. Aqui foi construída a primeira usina hidrelétrica da América do Sul e o primeiro museu de Minas Gerais, o Museu Mariano Procópio (CASAGRANDE, 2022).

Atualmente, Juiz de Fora possui uma vida cultural ativa, com teatros, museus, eventos culturais e eventos nacionalmente conhecidos como o “Miss Gay”. Além disso, a cidade possui diversas instituições de ensino superior e de pesquisa, o que contribui para sua reputação como um importante centro educacional e cultural.

Em relação à educação, a cidade se destaca por possuir 347 estabelecimentos de ensino para a Educação Básica (QEDU, 2021), dos quais 237 são destinados ao Ensino Infantil, 209 ao Ensino Fundamental e 63 para o Ensino Médio (INEP, 2021). Ainda, no mesmo ano, a cidade contava com mais de sete mil postos de trabalho destinados a docentes, distribuídos entre as três etapas citadas.

Para além dos dados citados, a cidade é palco de eventos históricos que são, no mínimo, curiosos. Entre eles, podemos listar que, em 1964, foi dela que saíram as tropas que depuseram o presidente João Goulart, instaurando um golpe militar. Além disso, foi no município que também aconteceu, em 2018, o atentado à vida do candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro. Outro fato curioso é que Juiz de Fora é pioneira na defesa da causa LGBTQ+, já que foi uma das primeiras cidades do Brasil a ter uma lei que tinha como objetivo coibir a discriminação dessa população (CIDADANIA LGBTQ+, s.d.). A Lei Rosa, n.º 9.791 de 2000, prevê punição, com advertência, multa e suspensão ou cassação de alvará de funcionamento, no caso de estabelecimentos, para práticas de discriminação contra pessoas LGBTQ+.

Todos os anos, a cidade sedia o Miss Brasil Gay, considerado o maior concurso gay do Brasil. Criado em 1976 por Francisco Mota, o evento elege o mais belo transformista do país, entre 27 candidatos – que vêm de todos os estados do Brasil, trazendo caravanas e uma grande plateia interestadual (MISS GAY, s/d). Chiquinho, como é conhecido Francisco Mota, é um cabeleireiro natural de Rio Pomba, mas que reside em Juiz de Fora desde seus 23 anos. Além de ser o criador do evento, ele interpreta a personagem Mademoiselle Debret de Le Blanc, sendo a anfitriã do Miss Brasil Gay. Segundo Lobato (2009):

O que se tem no Concurso Miss Brasil Gay é a arte do transformismo: homens que se vestem de mulheres com um intuito performático, momentâneo. Durante o dia, esses homens se vestem como homens e agem como homens, ou seja, segundo os padrões estabelecidos de como deve ser esse comportamento. Ao realizarem shows e performances, se utilizam de técnicas de maquiagem, acessórios e vestimentas para atuarem como mulheres, segundo os padrões do que é “ser mulher”. (LOBATO, 2009, p.23)

Através do decreto municipal n.º 9275 de 2017, o evento foi registrado como patrimônio imaterial da cidade, justamente por ser um expoente dentro dos eventos deste tipo e representar, dentro de Juiz de Fora, uma tradição que atrai diversas pessoas para a cidade. Segundo a organização do evento, o Miss Gay envolve 51 setores da economia, direta e indiretamente, e arrecada, durante os dias de festa, cerca de R\$ 3 milhões (G1, 2014).

Maia e Dutra (2013) também apresentam várias imagens do comércio local durante o evento, mostrando funcionários de lanchonetes usando uniformes criados especialmente para a ocasião, com as cores da bandeira LGBTQ+. Além disso, os estabelecimentos estavam decorados com balões, e os táxis exibiam a bandeira LGBTQ+, o que sugere que a cidade acolhe o evento – e, por extensão, a população LGBTQ+ – de maneira amistosa.

Lorenzoli et al (2021) mostram que o Miss Gay é importante para a visibilidade da causa LGBTQ+, entretanto ele cria um imaginário de que a cidade é *gay friendly*, justamente por sediar um evento de tamanha proporção e importância para esta comunidade. Para os autores, aqueles que participam do evento desconhecem os problemas da cidade. O imaginário é construído com base no que é apresentado e enfatizado pelo concurso, destacando os aspectos positivos e atrativos do local. Entretanto, a realidade, fora do Miss Gay, é outra:

Em termos legais, Juiz de Fora possui condições mais favoráveis à expressão de identidades LGBTQs do que muitas metrópoles. Todavia, apesar de supostamente tais aparatos legais indicarem um “ambiente gay” condescendente na cidade, cotidianamente os gays e lésbicas juiz-foranos comportam-se em locais públicos como os outros gays e lésbicas do Brasil: de modo cauteloso. (MAIA, DUTRA, 2012, p. 80)

Apesar das dificuldades em obter informações específicas sobre Juiz de Fora, é importante destacar que Minas Gerais liderou o índice de mortes de pessoas LGBTQ+ no primeiro semestre de 2022 (PESSOA, 2022). A escassez de dados sobre violência contra a população LGBTQ+ em Juiz de Fora é evidente, sendo a dissertação de mestrado em Geografia de Jéssica Lana Silva, ainda em andamento, uma das poucas iniciativas que buscam preencher essa lacuna. A pesquisa da

autora foi motivada pela falta de informações sobre essa população em Juiz de Fora (PJF, 2022).

Embora não tenhamos dados específicos de Juiz de Fora, é razoável supor que fora da época do evento, ainda que no mesmo local, casais LGBTQ+ possam limitar suas demonstrações de afeto, temendo possíveis represálias, dado que a discriminação por homofobia ainda persiste. Contudo, a festa se destaca como um ambiente seguro. Durante esse evento, “as pessoas conseguem se expressar da maneira que desejam, não havendo julgamento explícito pelas relações homoafetivas neste território.” (KNOP e MAIA, 2019, p.2959).

Embora este não seja o tema da presente pesquisa, destacar o Miss Gay como um espaço em que a população LGBTQ+ conseguiu reivindicar ao longo dos anos, marcando a cidade como um local diferenciado, é de extrema importância para compreender o cenário juiz-forano. Este não é um evento produzido apenas pela população LGBTQ+, ou por pessoas ligadas a eventos, ou pelo setor hoteleiro. Na verdade, este é um evento que vai além do público alvo, uma vez que ele também é apoiado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mobiliza diversos comerciantes e, de certa forma, impacta a dinâmica da cidade.

O evento aparece, então, como um cenário seguro porque oferece um ambiente propício para a expressão autêntica e desinibida da comunidade LGBTQ+. Durante o evento, há uma atmosfera de aceitação, onde os participantes podem se expressar conforme sua identidade de gênero e orientação sexual, sem receio de julgamentos negativos ou hostilidades explícitas. Pessoas de todo o Brasil chegam a Juiz de Fora com o intuito de participar do evento. Os integrantes da comunidade LGBTQ+ que aqui residem, não apenas acolhem esses visitantes calorosamente, mas também aguardam ansiosamente por esse acontecimento. Semelhante às paradas gays que se fundamentam na noção de orgulho, o concurso Miss Gay em Juiz de Fora também incorpora essa essência.

Além disso, a festa serve como um espaço de construção de comunidade, onde indivíduos LGBTQ+ encontram apoio mútuo e solidariedade. A sensação de pertencimento a uma comunidade que compartilha experiências semelhantes contribui para a sensação de segurança. O evento se torna um espaço no qual essa

população, que é diariamente estigmatizada, finalmente se torna maioria e ocupa diversas posições, desde os apresentadores, as atrações, os comerciantes e os organizadores.

A atmosfera festiva altera momentaneamente os estigmas relacionados à orientação sexual e identidade de gênero, desencorajando comportamentos discriminatórios. Isso cria um ambiente onde as relações homoafetivas são naturalizadas e respeitadas. E o ambiente se torna inclusive convidativo àqueles que não se identificam como LGBTQ+, mas tem algum tipo de curiosidade ou sentimento latente.

Inicialmente, poderíamos considerar que o evento representa uma ruptura, mesmo que temporária, na dinâmica de discriminação homofóbica e transfóbica presente na cidade, de forma semelhante ao dilema brasileiro descrito por Roberto da Matta em suas obras (DA MATTA, 1997):

Todas as sociedades alternam suas vidas entre rotinas e ritos, trabalho e festa, corpo e alma, coisas dos homens e assunto dos deuses, períodos ordinários – onde a vida transcorre sem problemas – e as festas, os rituais, as comemorações, os milagres e as ocasiões extraordinárias, onde tudo pode ser iluminado e visto por novo prisma, posição, perspectiva, ângulo... (DA MATTA, 1998, p.44).

Em seus estudos, Da Matta explora as diversas contradições da sociedade brasileira, destacando, em especial, algumas festividades nacionais, como o carnaval, que temporariamente suspendem as hierarquias e normas sociais (DA MATTA, 1997; DA MATTA, 1998).

Ao traçar um paralelo com o Miss Gay, poderíamos supor que, durante a realização desse evento, a população de Juiz de Fora adota uma postura mais "tolerante" em relação à causa LGBTQ+. Durante esse breve período, indivíduos de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, que frequentemente enfrentam preconceito e marginalização, têm a oportunidade de expressar livremente seus afetos, aparentemente sem enfrentar a discriminação habitual.

No entanto, seria ingênuo imaginar que esse evento represente uma vitória definitiva na luta contra a homofobia ou que a festividade transcorre sem problemas, como nas idealizações discutidas por Da Matta. Mesmo com o apoio da prefeitura e de instituições importantes como a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a cidade, que historicamente mantém uma tradição conservadora, ainda apresenta resistências e reações adversas às expressões de gênero e sexualidade que fogem das normas convencionais. Assim, embora o Miss Gay possa simbolizar um momento de celebração e visibilidade, ele também revela as tensões e limitações ainda presentes na sociedade local.

A expressiva magnitude financeira do evento é evidente, levando possivelmente os comerciantes a deixarem de lado suas atitudes preconceituosas a fim de garantir vendas. Chamado de “pink money”, o ramo mercadológico voltado para LGBT+ tem crescido, e movimenta abundante de capital por todo o mundo. Dados da revista “The Economy” estimam que no mundo todo, o pink money⁹ movimenta 350 bilhões de euros, em diferentes setores (BARUFFI, 2019).

No entanto, com a ocorrência anual do evento, não é seguro concluir que Juiz de Fora é uma cidade que aceita e convive pacificamente com a população LGBT+. Na verdade, o evento contraposto às reações só reforçam que Juiz de Fora é um palco de constantes embates no que concerne às questões de gênero e sexualidade. Por mais que o evento tenha surgido em um contexto de repressão – ditadura militar – e represente um marco para a população LGBT+ na cidade, ele também recebeu críticas. Barros (2016), ao analisar matérias de jornais da época e entrevistar participantes da época, evidencia como a população gay era tratada em Juiz de Fora. Um entrevistado afirma que o Miss Gay era citado nas missas e nos cultos: “a Igreja Católica na missa de domingo criticava a gente. (...) Aí depois entrou os pastores começando a fazer campanha contra. Eles distribuíam panfletos do lado de fora. Nós éramos tudo filho do capeta.” (BARROS, 2016, p.12).

Outras religiões também se manifestaram, como expõe a autora mediante uma matéria publicada no jornal Tribuna de Minas em 1995, na qual uma representante da Casa do Caminho, tradicional Centro Espírita em Juiz de Fora,

⁹ O termo “dinheiro rosa” se refere ao capital gerado pelo mercado voltado para o público LGBT+.

afirma que a homossexualidade é um desvio (TRIBUNA DE MINAS, 1995 apud BARROS, 2016).

Durante o Miss Gay de 1998, Silveira (2015) relata que houve panfletagem feita por evangélicos contra o evento, denunciando um suposto plano gay de dominação mundial. Esses panfletos continham imagens de “ex gays” ou “ex travestis”, e eram em sua maioria produzidos pelo MOSES (Movimento Pela Sexualidade Sadia).

O MOSES foi criado por Sérgio Viúla, João Luiz Santolin e Liane França na cidade do Rio de Janeiro, e atuava desde 1997. Os criadores e membros se colocavam como ativistas da evangelização, e visavam converter pessoas para uma suposta cura de suas sexualidades (MACEDO, 2017). Em entrevista dada ao Jornal Folha de São Paulo em 1998, João afirma estar curado do homossexualismo há 10 anos (sic). Ele também menciona seu noivado com Liane, a outra fundadora, e como sua transformação ocorreu após receber apoio de um pastor e passar por orações para afastar espíritos malignos que, segundo ele, eram responsáveis pela sua homossexualidade (FOLHA DE SÃO PAULO, 1998). Em contraste, Sérgio abandonou o movimento após seis anos, e se afirmou como homossexual. Em entrevista à revista Época, ele disse:

O objetivo (do MOSES) era a evangelização de homossexuais, que nada mais é do que fazer proselitismo religioso. Pretendíamos mostrar que a homossexualidade não é natural e deveria ser abandonada pelos que quisessem agradar a Deus. O Moses também queria dar uma resposta aos grupos gays, que tinham espaço na mídia (ANAUATE, s/d).

Assim, como outros movimentos que se opõem às discussões sobre gênero e sexualidade, o MOSES emergiu em reação ao desconforto gerado pela crescente expansão dessas temáticas. Sérgio comenta que o movimento era formado majoritariamente por supostos ex gays – já que uma das frentes do movimento era promover terapias que visavam a cura gay. Ao mesmo tempo em que os membros iam às ruas convencer homens gays a procurar “ajuda”, nas reuniões aconteciam discretos flertes, paqueras e até relacionamentos entre os membros (ANAUATE,

s/d). Além de considerar a atuação do MOSES contrária ao Movimento Gay, é crucial compreender que essa experiência também causou angústia na vida de Sérgio, que esteve em um casamento com uma mulher por 14 anos, na espera da eterna cura da homossexualidade.

Nesse cenário emerge a discussão sobre a chamada "cura gay", com terapias e clínicas ganhando popularidade, todas elas fundamentadas em uma ideia de homem-viril-másculo, visando um "homem restaurado em seu desejo, potência, natureza e missão – que é ser pai, homem, viril, heterossexual, segundo a crença cristã" (SILVEIRA, 2015, p.104).

Dessa forma, evidenciamos que, embora o evento Miss Gay possa sugerir uma maior tolerância em relação à população LGBTQ+, essa aceitação se restringe ao contexto específico do evento e à sua duração. Isso ocorre principalmente porque o público participante é majoritariamente composto por membros da própria comunidade LGBTQ+, com pouca participação de outros setores da sociedade. Assim, a aparente abertura e aceitação observadas durante o Miss Gay não refletem necessariamente uma mudança mais ampla na atitude da sociedade em geral, mas sim uma circunstância temporária e localizada, limitada ao ambiente do evento.

Um exemplo significativo do que queremos abordar é o episódio de transfobia vivenciado por Karol Vieira em 2016. Reconhecida pelo nome artístico Mc Xuxu, Karol é uma mulher trans, negra, natural da periferia de Juiz de Fora. Sua carreira como cantora a tornou nacionalmente conhecida, e ela foi honrada como cidadã benemérita da cidade. Na noite de novembro de 2016, após se apresentar em um show durante o VIII Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero, organizado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Karol e sua família decidiram visitar uma pizzaria tradicional da cidade. No entanto, ao chegarem, foram recebidos por risos e deboches de indivíduos em outra mesa. Profundamente abalada, Karol compartilhou o incidente em suas redes sociais:

Eu estou triste, estou arrasada. Eu voltando do show que fiz agora em um congresso que é internacional, que aconteceu ali no Victory. Eu vim comer uma pizza com a minha mãe e com a minha amiga e começaram a rir de mim, começaram a me olhar como se eu fosse uma piada, como se eu

fosse um palhaço, como se eu fosse uma televisão. Começaram a debochar e a apontar o dedo pra mim. Eu me senti como se eu não fosse ninguém. Fui argumentar, conversar com o gerente sobre o que estava acontecendo na loja, já que sou cliente e estou pagando o mesmo preço, e eu merecia ao menos respeito, como todo cliente merece. Ele falou que era para eu resolver do meu jeito. Eu, uma travesti, negra, da periferia, que sou marginalizada o tempo inteiro, como que eu vou resolver uma transfobia, uma chacota dessas em uma pizzaria, do meu jeito? Porque se eu quebro tudo aqui, aí eu vou presa porque é isso que eles querem. Querem fazer isso tudo e me ver quebrando tudo para depois dizer que a travesti que faz isso. Mas se eu abaixo a cabeça e deixo isso acontecer, para começar a pizza não ia nem descer. Se eu abaixo a cabeça e deixo isso acontecer, é aí que a transfobia aumenta, é aí que eles acham que podem fazer sempre mais, cada vez mais. Estou muito triste. Tem hora que dá vontade de entrar no buraco e não sair nunca mais. (...) Estou gravando esse vídeo também para poder alertar todo LGBT da cidade. Não frequente esta pizzaria porque aqui você que é LGBT, lésbica, gay, travesti você não é bem-vindo aqui. Bem-vindo aqui é só o seu dinheiro. Você vir aqui para gastar seu dinheiro, pode gastar a vontade, agora ser respeitado você não vai ser. (...). (TRIBUNA DE MINAS, 2016).

Além da exposição do ocorrido em suas redes sociais, Karol formalizou sua queixa acionando a polícia militar no local e registrando um boletim de ocorrência. O caso mencionado destaca a dualidade que é viver em Juiz de Fora para a população LGBT+. De um lado da cidade, Mc Xuxu é reconhecida e convidada para um evento internacional que visa discutir as questões específicas da comunidade à qual pertence. No entanto, do outro lado, ela é desrespeitada ao tentar fazer uma refeição. É importante destacar que os locais mencionados não se encontram distantes entre si, seja em termos geográficos ou sociais. O hotel onde o evento ocorreu e a pizzaria estão situados na mesma rua, sugerindo a possibilidade de serem frequentados pelo mesmo público.

Assim como no Miss Gay, o congresso em que a cantora participou cria uma atmosfera de aceitação, inclusão e visibilidade. No entanto, essa atmosfera parece existir apenas em espaços específicos. Fora deles, não importa o quanto Mc Xuxu seja reconhecida e acolhida, ela será percebida apenas como uma travesti, sujeita a ser desrespeitada e impedida de fazer uma refeição sem ser humilhada.

Na mesma noite do incidente, a cantora concedeu uma entrevista ao site da UFJF sobre sua participação no evento, onde afirmou: “Espero que as pessoas saiam daqui restauradas e resistentes. Que consigam entender minha mensagem: eu, enquanto travesti, negra, da periferia e moradora de um país que mata travestis,

consegui dar a volta por cima”. (UFJF, 2016). Se durante o evento ela desfrutava de uma posição vantajosa, logo estaria em uma situação desfavorável ao ser desrespeitada por frequentadores de uma pizzaria.

Além disso, o ocorrido com Karol destaca a prioridade financeira desses estabelecimentos em relação à comunidade LGBTQ+. Embora busquem o respaldo financeiro desse público, não demonstram, necessariamente, um comprometimento em lutar pela garantia de seus direitos. A atitude do gerente, ao se abster diante do desrespeito enfrentado por Karol, evidencia que, apesar de Juiz de Fora ser uma referência em diversos aspectos da luta LGBTQ+, essa luta não é amplamente compartilhada.

A percepção transmitida é que os comerciantes encaram de maneira positiva a realização de eventos pela comunidade LGBTQ+, uma vez que isso movimenta economicamente a cidade. No entanto, reivindicar os mesmos direitos que os heterossexuais, como expressar afeto publicamente, casar, andar de mãos dadas, escolher suas vestimentas, estudar, trabalhar, cantar, em suma, simplesmente existir, parece ser considerado excessivo. Implicitamente, parece ser comunicado que é aceitável “sair do armário” somente durante o Miss Gay. Nesse momento, a cidade abstém-se de observar tais manifestações. Fora desse contexto, a cidade permanece atenta, garantindo a perpetuação dos padrões heteronormativos conhecidos. Sugere-se, de forma velada, que é admissível a realização do evento em um intervalo específico do ano, contudo, abordar temas relacionados à comunidade LGBTQ+ nas instituições de ensino, incluindo a sua referência em materiais didáticos, é considerado excessivo.

Essa postura sublinha uma dualidade na vivência da sociedade juiz-forana, que aparentemente tolera eventos pontuais, como o Miss Gay, que contribuem para o cenário econômico local, enquanto manifesta resistência quando se trata de integrar plenamente a diversidade LGBTQ+ no cotidiano, promovendo uma convivência respeitosa e igualitária em todos os aspectos da vida social. Esse contraste revela uma aceitação superficial, porém limitada, da diversidade, perpetuando, ao mesmo tempo, normas discriminatórias.

Embora instituições como a Universidade Federal de Juiz de Fora se mostrem receptivas à pauta LGBT+ e estejam verdadeiramente comprometidas com a luta, essa realidade não se estende para além de seus limites. A UFJF destaca-se como uma das poucas instituições no Brasil a oferecer um programa de pós-graduação voltado para docentes em Educação, Gênero e Sexualidade. No entanto, paradoxalmente, os projetos de lei que visam proibir a abordagem dessas questões em escolas foram aprovados na câmara municipal da cidade.

Por trás da aparência progressista que setores como a UFJF podem compartilhar, existe uma realidade municipal que não condiz com essa representação. A realidade muitas vezes é hostil fora desse ambiente, o que evidencia um conflito profundo. Juiz de Fora, nesse contexto, se revela como um cenário de lutas e disputas significativas sobre questões de gênero e sexualidade, porém, esses embates são frequentemente abafados e desconsiderados pela mídia e por outros espaços que preferem construir uma representação mais amigável e funcional para o comércio e a imagem das elites locais ou de uma fração mais intelectualizada dessa mesma elite.

Além das questões que envolvem a diversidade de gênero e sexualidade, a situação das mulheres em Juiz de Fora é profundamente preocupante no que diz respeito à violência doméstica e de gênero. A cidade enfrenta desafios graves nesse âmbito, conforme evidenciam dados alarmantes.

Entre 2018 e 2020, Juiz de Fora foi a segunda cidade do estado de Minas Gerais com a segunda maior taxa de violência doméstica contra a mulher (MAZOCOLI, 2023). No período de 2017 a 2021, aproximadamente 75% dos casos de violência registrados na cidade tinham mulheres como vítimas. Os tipos de violência incluem não apenas a física (51,1%), mas também a sexual (29,5%) e psicológica (9,1%), sendo que o agressor é, geralmente, um familiar ou conhecido da vítima. (JENZ, 2023).

Os dados revelam uma realidade preocupante, com taxas elevadas de violência contra mulheres. Em 2021, por exemplo, houve uma média de 11 mulheres por dia sendo vítimas de violência em Juiz de Fora. Durante janeiro do mesmo ano,

período crítico da pandemia do COVID-19 com maior confinamento, essa taxa subiu para uma denúncia a cada duas horas (ACÁCIO, 2022).

Nesse contexto e sob esse panorama, desde o ano de 2015, Juiz de Fora tem sido o cenário de intensos debates envolvendo questões de gênero e sexualidade, sendo atores-chave nesses embates alguns vereadores, líderes religiosos e sindicalistas. No escopo desta pesquisa, direcionamos nossa atenção para os períodos legislativos da Câmara Municipal de Juiz de Fora compreendidos entre 2013-2016 e 2017-2020, especialmente nos momentos em que foram apreciados os projetos de lei previamente mencionados.

É imperativo reconhecer que, ao longo desse intervalo temporal, o Brasil teve três presidentes: Dilma Rousseff (2015-2016), Michel Temer (2017-2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). As dinâmicas e articulações relacionadas às campanhas e governos desses presidentes tiveram repercussões diretas nos projetos que foram objeto de discussão e votação na Câmara Municipal de Juiz de Fora. Diante desse contexto, torna-se fundamental compreender as interconexões entre as deliberações e propostas analisadas nos âmbitos federal, estadual e municipal.

4.1 PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO (2013 – 2016)

Na presente seção, exploraremos os eventos relativos ao período legislativo compreendido entre os anos de 2013 e 2016. É pertinente salientar que as campanhas e eleições ocorreram no ano de 2012. Embora nossa ênfase recaia sobre a atuação dos legisladores durante esse intervalo, não podemos desconsiderar a relevância do processo eleitoral municipal. Nesse contexto, é digno de nota que o prefeito eleito foi Bruno Siqueira, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que angariou cerca de 163 mil votos. O desenlace da disputa eleitoral se desdobrou em um segundo turno, no qual Bruno Siqueira competiu com Margarida Salomão, emergindo vitorioso ao conquistar 57,16% dos votos válidos.

Na eleição subsequente, Bruno Siqueira foi reeleito para o cargo de prefeito. No entanto, em 2018, optou por renunciar ao cargo para almejar a posição de

senador no estado de Minas Gerais. Essa conjuntura política e as nuances da administração municipal sob sua liderança são fundamentais para a compreensão do contexto em que se desenvolveram as atividades legislativas no mencionado período.

Simultaneamente à eleição de Bruno Siqueira para o cargo de prefeito, foram eleitos 18 vereadores, cuja atuação foi fundamental nas discussões que são objeto de nossa análise. Entre esses legisladores, alguns nomes merecem destaque: Roberto Cupolillo, conhecido como Betão, do Partido dos Trabalhadores (PT), que obteve a quarta maior votação, com 3.905 votos; Ana Rossignoli, do Partido Democrático Trabalhista (PDT)¹⁰, que ficou em sétimo lugar, com 3.080 votos; André Mariano, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que alcançou a décima primeira posição, com 2.758 votos; e José Mansueto Fiorilo, também do PDT, que foi o penúltimo mais votado, com 2.400 votos. Destaca-se que, entre esses, Fiorilo foi o único a ter exercido mandato no período anterior (2009-2012).

É importante destacar o funcionamento dos procedimentos nas reuniões da Câmara Municipal de Juiz de Fora. As reuniões ordinárias são previamente agendadas, nas quais se discutem as pautas do dia. No início, realiza-se a chamada dos vereadores presentes, seguida pela leitura dos requerimentos do dia. Vale mencionar que, diariamente, são apresentados diversos requerimentos, e a duração das reuniões pode variar entre uma e três horas, dependendo das demandas em questão. Ademais, tais reuniões têm a possibilidade de contar com a participação de membros da sociedade civil, incluindo representantes de movimentos sociais, palestrantes ou cidadãos com demandas coletivas.

No ano de 2023, as reuniões da Câmara Municipal ocorreram de segunda a sexta-feira, excluindo-se períodos de recesso e feriados. Durante uma reunião ordinária, diversos projetos de lei podem ser discutidos, e debates podem ser estendidos para além das pautas inicialmente estabelecidas. Em contrapartida, as reuniões extraordinárias ocorrem fora dos dias e horários habituais, sendo

¹⁰ A partir de 2019, alguns partidos passaram por alterações em sua nomenclatura e/ou fusões com outras legendas. Neste estudo, preserva-se a designação dos partidos conforme a época da análise. A lista completa dos vereadores e dos respectivos partidos pode ser consultada no apêndice.

convocadas para discutir ou votar uma pauta específica, geralmente em caráter de urgência.

Adicionalmente, as audiências públicas são programadas pelas comissões parlamentares relacionadas a cada tema específico, como a comissão de educação, permitindo que a sociedade civil expresse suas opiniões sobre determinada pauta. Nestas audiências, é comum a participação de representantes de instituições, movimentos sociais e cidadãos diretamente afetados pelo tema em discussão. Tomando como exemplo uma audiência pública sobre educação, é possível contar com representantes dos sindicatos dos professores, especialistas em educação, membros dos movimentos estudantis, associações de pais, além de cidadãos como estudantes, professores e pais. Esse formato proporciona um espaço democrático para a manifestação e consideração de diversas perspectivas.

4.1.1 Plano Municipal de Políticas para Mulheres

O primeiro projeto de lei em que houve discussões da temática estudada não é um projeto específico sobre educação ou sexualidade, mas sim sobre direitos das mulheres. O Plano Municipal de Políticas para Mulheres, que visava propor ações que objetivavam a independência econômica, social e política do público feminino, foi alvo de ataques por parte de alguns vereadores. Ele foi uma construção coletiva dentro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (JUIZ DE FORA, s.d.), órgão destinado a criar políticas que melhorem as condições de vida das mulheres e acabem com todas as formas de violências contra elas. O Projeto de Lei n.º 4.159 foi apresentado ao legislativo em 25 de março de 2015, pelo executivo. Quanto aos objetivos gerais e diretrizes do plano, eles sinalizavam para a necessidade de respeito à diversidade, promoção da equidade, formulação de políticas públicas que independem da religião, garantia de participação das mulheres nos debates, criação de políticas permanentes para mulheres e outras (JUIZ DE FORA, 2015).

A mera menção da palavra "gênero" em 46 instâncias do plano foi suficiente para desencadear agitações entre os setores religiosos da cidade e alguns vereadores. Conforme os apoiadores do projeto, ocorreu uma interpretação errônea do texto, já que ele logo foi confundido com uma tentativa de se implantar a tão temida ideologia de gênero na cidade (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES,

2015). O projeto de lei sofreu cinco pedidos de revisão pelos vereadores Luiz Otávio Fernandes Coelho (Pardal, do Partido Trabalhista Cristão - PTC) , Ana do Padre Frederico (PDT), Militão (PTC), André Mariano (PMDB) e José Fiorilo (PDT), além de manifestações contrárias e favoráveis durante as audiências públicas.

Em entrevista ao MGTV (G1, 2015), a vereadora Ana do Padre Frederico disse:

O plano é da mulher, ela não tem que ter igualdade nem ideologia de gênero. Temos que tratar assuntos relativos à mulher, sabemos que ela sofre uma grande violência, estupro, violência doméstica. A orientação sexual é competência de pai e mãe. Não cabe à escola; despreparo às vezes dos professores que procuram se capacitar da melhor forma possível, pregar no menino e dizer 'não, você vai ser menino ou vai ser menina. (G1, 2015, s/p.)

A vereadora afirmou que recebeu solicitações do arcebispo Dom Gil Antônio Moreira e de pastores evangélicos para que fosse feita uma análise das citações de "ideologia de gênero" no plano. Segundo ela, o arcebispo escreveu uma carta, pedindo a retirada dos termos. Aparentemente, a carta é uma compilação do texto "Diga não a ideologia de gênero", escrito por Dom Gil no site da Arquidiocese. Segundo o próprio texto, ideologia de gênero é:

Uma corrente de pensamento que prega, entre outras coisas, que uma criança, ao nascer, não tem definição sexual. O aspecto biológico que faz a diferença entre menino e menina não tem nenhum valor. À medida que a pessoa vai crescendo, ela vai escolher qual sexo quer assumir. (...) Com a desculpa de combater a discriminação de mulheres e homossexuais, pretendem desconstruir a instituição familiar, modificando radicalmente os conceitos sobre pai e mãe, filhos, casamento, sentido religioso da vida familiar, e tudo mais que compõe os valores reais da família. Desconstruir todo o edifício da família no sentido cristão, desconstruir as ideias religiosas sobre sexo, família e sociedade. (MOREIRA, s/p, 2015).

Ana Rossignoli, conhecida como Ana do Padre Frederico, teve uma carreira marcante na educação, atuando como professora na rede estadual de ensino. Em 2021, foi agraciada com o título de Cidadã Honorária de Juiz de Fora, concedido pela então prefeita Margarida Salomão. Com formação em psicopedagogia e

ciências biológicas, Ana construiu uma carreira sólida na Escola Estadual Padre Frederico Vienken, onde exerceu funções de destaque, como professora, diretora e vice-diretora. Após 35 anos de dedicação ao campo educacional, ela decidiu se candidatar ao cargo de vereadora em 2009. Ana desempenhou um papel ativo no legislativo de Juiz de Fora, cumprindo três mandatos consecutivos e somando 12 anos de serviço à cidade. Durante seu tempo como vereadora, foi responsável por importantes projetos de lei relacionados ao direito à educação sexual e à defesa dos direitos das mulheres em Juiz de Fora (TRIBUNA DE MINAS, 2021).

A compreensão das nuances e motivações por trás das decisões tomadas na época, em relação à aprovação desses projetos, requer uma análise do contexto político. Nesse sentido, é crucial examinar não apenas as discussões parlamentares, mas também os fatores externos que influenciaram o ambiente político local e nacional. No ano da eleição de Ana, o Brasil estava no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e a erupção da oposição à ideologia de gênero ainda não havia ocorrido, embora os movimentos que lideravam essa causa, mencionados anteriormente, já existissem. Nesse sentido, a vereadora vinha de uma trajetória em que seus projetos de lei perpassavam por diversos assuntos que beneficiavam os direitos das mulheres. Aqui, destacamos alguns deles.

O projeto n.º 248/2009 institui, no Calendário Oficial do Município, a “Semana de Conscientização e Orientação Sexual”. Sem justificativas longas, o projeto de lei visa “conscientizar e orientar as pessoas na prevenção de doenças (...)”. Ainda, “a importância da semana de conscientização é evitar doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e aborto ilegal”. A ideia é que, na data estipulada no calendário, fossem realizadas atividades que favorecessem a conscientização sobre o assunto (JUIZ DE FORA, 2009, on-line).

O segundo projeto de lei, n.º 88/2009, diz respeito à distribuição gratuita de anticoncepcionais às mulheres e preservativos nas Unidades Básicas de Saúde do Município. É interessante ressaltar que os anticoncepcionais explicitados no projeto de lei são o de uso contínuo e o de uso emergencial – a chamada “pílula do dia seguinte”. Ambos os projetos de lei foram aprovados, o que, dentro de suas proporções, pode ser considerada uma vitória para a luta dos direitos das mulheres.

Em 2018, a vereadora Ana criou a semana municipal de ações voltadas à lei Maria da Penha, destinada às escolas de ensino fundamental e ensino médio, públicas e privadas, através da lei n.º 13806/2018.

Ainda, a vereadora é autora da lei n.º 14.052/2020, que cria o programa “Tempo de Despertar”, que dispõe sobre a reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica. O programa tem como diretrizes:

- I - a conscientização e responsabilização dos autores de violência, tendo como parâmetro a Lei Federal n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006;
- II - a transformação e o rompimento com a cultura de violência contra as mulheres, em todas as suas formas e intensidades de manifestação;
- III - a desconstrução da cultura do machismo;
- IV - o combate à violência contra as mulheres, com ênfase na violência doméstica;
- V - a participação do Ministério Público e do Poder Judiciário no encaminhamento dos autores de violência. (JUIZ DE FORA, s/p, 2020)

Na justificativa do projeto, o programa é colocado não como uma terapia para agressores, mas como uma medida socioeducativa. Esse programa foi aprovado também em outras cidades como São Roque, Taboão da Serra, e São Paulo, todas no estado de São Paulo. Além desses projetos e leis, Ana Rossignoli é autora de pelo menos mais seis projetos de lei que envolvem a temática dos direitos das mulheres, conforme podemos consultar na tabela abaixo.

Tabela 4: Projetos de Lei relativos aos direitos das mulheres criados por Ana Rossignoli

Número	Nome	Situação Atual
088/2009	Dispõe sobre a distribuição gratuita de anticoncepcionais às mulheres e preservativos nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Juiz de Fora e dá outras providências.	Arquivado
130/2009	Dispõe sobre a instituição do programa de distribuição gratuita de anticoncepcionais às mulheres e preservativos nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Juiz de Fora e dá outras providências.	Transformado em Lei
203/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação da página da mulher no sítio oficial do Poder	Transformado em Lei

Executivo do Município de Juiz de Fora e dá outras providências		
045/2016	Inclui a Política de Prevenção e Combate ao Câncer de Ovário no Município de Juiz de Fora e dá outras providências.	Arquivado
005/2017	Inserir nos Planos de Estudos do Ensino Fundamental das escolas públicas e privadas do município de Juiz de Fora, conteúdos sobre a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher.	Transformado em Lei
110/2017	Cria Procuradoria Especial da Mulher, no âmbito da Câmara Municipal de Juiz de Fora e dá outras providências.	Transformado em Lei
057/2018	Define percentual mínimo de participação de mulheres nos Conselhos Administrativos das Empresas Públicas Municipais, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que o Município de Juiz de Fora, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.	Arquivado
122/2018	Institui a Semana Municipal de Ações Voltadas à Lei Maria da Penha, nas escolas de ensino fundamental - séries finais e de ensino médio, públicas e privadas.	Transformado em Lei
032/2019	Institui a Campanha Coração de Mulher e dá outras providências.	Transformado em Lei
239/2019	Institui o Programa Tempo de Despertar que dispõe sobre a reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica e grupos reflexivos de homens, e dá outras providências	Transformado em Lei

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da câmara municipal de Juiz de Fora

À primeira vista, esses fatos podem parecer contraditórios, mas é importante considerar que Ana desempenha múltiplos papéis em diferentes esferas. Ela é mulher, professora, vereadora e católica. Em diversas ocasiões, Ana representou na Câmara setores religiosos que se opõem às discussões sobre gênero e sexualidade. Simultaneamente, ela esteve profundamente envolvida na formulação do Plano Municipal de Educação.

Nesse contexto, é essencial destacar a questão da identidade da vereadora, pois ela assume diferentes papéis e circula em ambientes variados. Como mulher, Ana poderia estar conectada à luta feminista e à busca pela igualdade de gênero, embora ela não adote explicitamente essa terminologia. Sua identidade multifacetada permite que ela transite entre distintas arenas sociais e políticas, o que explica, em parte, as aparentes contradições em sua atuação.

Cabe ressaltar que, nos 10 projetos de lei de autoria da vereadora citados aqui, não há uma menção sequer aos termos “gênero” ou “feminismo”. Entretanto, há uma menção ao termo “machismo” e três menções ao termo “igualdade”. Apesar da escolha pelo vocabulário, os projetos de lei da vereadora visam colocar a luta das mulheres em posições de destaque, garantir direitos às mulheres e conscientizar a sociedade sobre questões que as envolvam. Embora não haja a autoidentificação da vereadora como feminista, ela está engajada na luta pelo direito das mulheres.

A recusa da vereadora em incluir o termo “gênero” no Plano Municipal de Políticas para Mulheres levanta questionamentos sobre sua postura e entendimento em relação a essas questões. Ao se opor à chamada “ideologia de gênero”, ela parece distorcer o significado de termos como a “igualdade de gênero” que é um princípio fundamental para combater a violência contra as mulheres. Ora, a igualdade de gênero não seria um passo à frente para o fim da violência contra as mulheres? Igualdade de gênero diz respeito a homens e mulheres possuírem a mesma estima social e não sofrerem discriminações baseadas no gênero. Contudo, a visão de Ana difere nesse ponto. Provavelmente, para a vereadora, o que é legítimo às mulheres já foi alcançado quando estas, juridicamente, conquistaram os mesmos direitos que os homens, como trabalhar, votar, viajar, estudar, ter uma propriedade, etc. Porém, outros direitos, menos tradicionais, que ainda não foram alcançados, provavelmente não são considerados pela vereadora como necessários, pois a ausência desses direitos diz respeito a algo que ela considera intrínseco ao que é ser feminino e masculino.

Em alguns contextos religiosos, a “igualdade de gênero” pode ser considerada como uma das fontes mais proeminentes de conflito entre parceiros na sociedade contemporânea, uma vez que, tradicionalmente, a mulher não detinha uma posição de poder igual ou favorável ao homem dentro da família. Ainda, há

papéis sociais distintos para homens e mulheres nesses contextos. Buscar algum tipo de igualdade nesses papéis, centro desse cenário, pode ser herético.

A rejeição dos termos "gênero" e "feminismo" pode ser entendida à luz da complexa dualidade de significados que essas palavras adquiriram em decorrência das disputas políticas. À medida que nos afastamos das definições estritas dos dicionários, é possível observar que certos termos são historicamente manipulados ou alterados conforme o contexto em que são analisados, chegando a assumir novas conotações.

Schmidt (2006) explora as razões para a rejeição do feminismo, sugerindo que essa aversão pode surgir devido à reconfiguração do termo ao longo do tempo. O feminismo, segundo ele, é frequentemente associado a interpretações distorcidas, sendo visto por alguns como um movimento que busca transformar a identidade feminina ao questionar características tradicionalmente ligadas à feminilidade e ao reivindicar direitos que extrapolam as normas socialmente aceitas. Durante o que é considerado por muitos o "auge" do feminismo no século passado, diversos direitos foram conquistados, o que levou à percepção de que o movimento se tornou autoritário e ultrapassado. Como resultado, o feminismo foi vulgarizado e passou a ser considerado indesejável em uma sociedade que valoriza a democracia.

Nesse sentido, Ana pode se apoiar nos direitos das mulheres e inclusive defendê-los, mas não necessariamente se identificar com um movimento que, no seu círculo de interesses, é anacrônico, exagerado, obsoleto, e que supostamente visa acabar com valores que ela considera importantes, como a feminilidade, a centralidade da família, o direito à vida dos seres ainda no ventre, etc.

Além disso, Ana é professora, o que potencialmente a inclina em direção a um interesse nas temáticas educacionais. O envolvimento com relação à suposta ideologia de gênero passa pela preocupação com os educandos e pelo temor da alegada doutrinação em curso. Possivelmente, ela se sente responsável por também atuar no setor educacional.

Essas contradições aparentes podem ser resultado das tensões existentes entre diferentes perspectivas e valores que coexistem na sociedade, frutos de sua circulação por diferentes campos. A diversidade de identidades e opiniões da

vereadora, muitas vezes inconsistentes entre si, revela as múltiplas facetas de seu posicionamento. Ana, assim como qualquer indivíduo, pode ter suas próprias crenças, valores e vivências que influenciam sua visão sobre essas e outras questões que serão acionadas em acordo com as lutas e disputas em questão nos campos nos quais tem mais forte inscrição ao longo de sua vida.

É fundamental destacar que, no debate sobre gênero, não se trata de impor uma "ideologia", como alegado pela vereadora, mas sim de reconhecer a existência de diferentes identidades de gênero e orientações sexuais, bem como de buscar a igualdade de direitos para todas as pessoas, independentemente de seu gênero ou orientação sexual.

Ao recusar-se a discutir o tema e aderir à censura em relação ao Plano Municipal de Políticas para Mulheres, a vereadora Ana do Padre Frederico não se vê limitando o diálogo e a possibilidade de avançar na construção de políticas públicas efetivas para combater a violência de gênero e promover a igualdade entre homens e mulheres, o que ela já provou querer combater. Para a vereadora, as teias de significado das palavras “gênero”, “feminismo” e “igualdade” não inclui a sua visão sobre proteção às mulheres. Na mesma medida em que ela não contradiz sua identidade católica e conservadora, ela também se posiciona na arena política, especialmente entre as mulheres de seu nicho. Ser oposto à violência contra mulheres, apoiar seus direitos, e simultaneamente se posicionar contra a ideologia ou igualdade de gênero, na visão da vereadora, não representa uma incoerência. Na sua ótica, se a violência de gênero destrói as famílias, a ideologia de gênero também o faz.

Aqui, não analisamos todas as dimensões do Projeto de Lei que visava instituir o Plano Municipal de Políticas Para as Mulheres, pois ele não versa sobre o campo educacional. Mas o destacamos como o marco inicial para as discussões sobre a ideologia de gênero na câmara municipal de Juiz de Fora.

4.1.2 Escola Sem Partido

No último ano desse período legislativo, foram apresentados outros projetos de lei relevantes para nossa pesquisa. O primeiro deles é o Escola sem Partido (n.º 121/2016). Proposto em 4 de julho de 2016 pelo vereador André Mariano, do Partido

Social Cristão (PSC), o projeto segue o mesmo modelo do proposto por Miguel Nagib, que, naquele mesmo ano, foi submetido em diversas câmaras municipais em todo o Brasil. A justificativa segue o mesmo padrão, partindo dos princípios da neutralidade política, pluralismo de ideias, liberdade de consciência e de crença, liberdade de ensinar e de aprender, reconhecimento da vulnerabilidade do educando e a primazia da educação pela família (JUIZ DE FORA, 2016).

Além disso, o texto deixa bem demarcada a posição contra à Educação Sexual:

O Poder Público não se imiscuirá na *orientação sexual* dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer ou direcionar o natural desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva *identidade biológica de sexo*, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da *ideologia de gênero*. (JUIZ DE FORA, 2016, s/p, grifo nosso).

Conforme mapeado e categorizado por Moura e Silva (2020), esse projeto de lei se enquadra no tipo 1 - "Projeto de Lei Escola Sem Partido" e no subtipo "anti gênero". No texto, o primeiro artigo menciona princípios como liberdade de crença, de consciência e de ensinar e aprender. No entanto, de maneira contraditória, o segundo artigo já se inicia com a expressão "São vedadas, em sala de aula (...)". (JUIZ DE FORA, 2016, s/p). Embora o projeto aparente defender a liberdade, na realidade, ele busca censurar a atuação dos professores em sala de aula, novamente posicionando-os como suspeitos, como já foi analisado por Passos e Mendonça (2021), Penna (2018) e outros pesquisadores em diferentes cidades.

As discussões se iniciaram no dia 06 de julho de 2016, e as informações aqui contidas são retiradas das atas das reuniões ordinárias subsequentes. Conforme a ata da reunião do dia 06 de julho de 2016, é possível perceber que Betão já se colocou contra o referido projeto, uma vez que ele afirmou que o vereador André Mariano poderia sofrer um processo, e que era um absurdo este projeto ter sido trazido a câmara de Juiz de Fora. Ainda, afirmou que o projeto é ruim e ressaltou que a autoria não é do Vereador André Mariano, o que não pareceu ser do conhecimento de todos.

Após uma matéria do Tribuna de Minas sobre o projeto de lei em 08 de julho, o projeto parece ter ganhado maior notoriedade. Na matéria, o jornalista Renato Salles o contextualiza como um movimento nacional, e expõe posições favoráveis e contrárias, tanto no âmbito municipal quanto nacional (SALLES, 2016), o que é citado por André Mariano na reunião seguinte como uma posição imparcial.

Na reunião subsequente, o vereador Jucélio Maria, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), manifestou-se também contrário ao referido projeto. Juntamente com o vereador Betão, ele solicitou a realização de uma audiência pública sobre o tema, requerimento aprovado. Durante a análise das atas, nota-se que André Mariano, proponente do projeto, aparentava estar aberto a emendas e modificações. Contudo, no dia 14 de julho, houve uma manifestação em frente à Câmara Municipal, composta por pessoas contrárias à aprovação do projeto. As imagens registradas mostram manifestantes segurando cartazes com frases como "mordaça não".

Na manhã seguinte, durante a 10ª reunião ordinária daquele período legislativo, o vereador André Mariano anunciou a suspensão do projeto por 90 dias. Ele afirmou que a decisão não foi motivada pela pressão dos manifestantes, mas sim por orientação de seu partido, destacando que o projeto seria reelaborado e reapresentado em momento oportuno. Contudo, tal reelaboração e reapresentação nunca se concretizaram, pelo menos não sob o mesmo título e formato do projeto original.

Em 24 de novembro, o projeto voltou a ser discutido na Câmara Municipal, quando o vereador André Mariano mencionou uma reportagem da TV Record que destacava um trabalho escolar realizado com adolescentes em uma escola de Contagem, no qual eram feitas várias perguntas sobre sexualidade. Ele pediu que seus colegas reconsiderassem o projeto, alegando que uma mãe havia solicitado tal análise após ouvir relatos de que estudantes da UFJF estariam ensinando sobre sexualidade para crianças menores de 9 anos. Não foi possível verificar a veracidade dessas informações, e, conforme as atas, não houve respostas dos demais vereadores sobre o assunto.

Em 29 de novembro, o vereador Betão retomou a questão, expressando sua preocupação pelo fato de André Mariano ter discutido o tema na sua ausência. Em resposta, André Mariano afirmou que não havia agido intencionalmente e que o fez em resposta às denúncias de pais e mães, negando que o relato fosse uma invenção. Segundo ele, alguns estudantes da UFJF estavam abordando alunos de escolas públicas para discutir temas de sexualidade por meio de "aulões" e destacou a necessidade de analisar a postura de certos professores. Ele mencionou relatos de que um professor teria aconselhado um aluno adolescente a escolher suas roupas de acordo com sua preferência, algo que, segundo Mariano, deveria ser responsabilidade dos pais e não da escola. Mariano questionou como a escolha de vestimenta poderia ser vista como doutrinação, já que a suposta orientação do professor teria sido para que o aluno se vestisse como quisesse, sem prescrever um estilo específico.

Em janeiro de 2017, o projeto de lei foi retirado verbalmente pelo próprio autor. Como o projeto não chegou a ser votado, não é possível discutir votos contrários ou favoráveis. No entanto, com base nas atas analisadas, os vereadores Betão (PT), Castelar (PT) e Jucélio (PSB) apresentaram críticas ao projeto, enquanto José Emanuel (PSC), manifestou-se favorável.

O vereador proponente do Projeto de Lei, André Mariano, é pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular e foi eleito por dois mandatos consecutivos. Em sua página do Facebook, constava em julho de 2022 o slogan: "André Mariano, a favor das famílias de Juiz de Fora!" (MARIANO, s.d.). Ele também destacava que foi responsável pelas leis que instituíram o Dia Municipal da Proclamação do Evangelho e o Dia Municipal da Cultura da Paz. Em seu último ato na Câmara dos Vereadores, em dezembro de 2020, fez um requerimento para que a Bíblia permanecesse exposta na mesa do Presidente da Câmara dos Vereadores. Concorreu à reeleição em 2020 e, por uma diferença de poucos votos, não foi reeleito.

Conforme estabelecido pelo projeto de lei n.º 166/2017, que instituiu o "Dia da Quadrangular" em Juiz de Fora, a Igreja foi fundada no Brasil em novembro de 1951, na cidade de São Paulo. Posteriormente, em 1956, a igreja expandiu-se para Juiz de Fora, estabelecendo-se na Avenida Barão do Rio Branco, n.º 869, no centro da cidade. Seu fundador foi o Missionário Joaquim Pedro dos Santos. Atualmente, a

Igreja Quadrangular mantém presença em 58 bairros de Juiz de Fora, com André Mariano ocupando a posição de presidente da congregação zona sul, no Bairro Santa Luzia (JUIZ DE FORA, 2017).

Ao longo de seus dois mandatos, André Mariano foi responsável por projetos de lei de cunho religioso. Citaremos os mais curiosos. Em 2020, lançou o Projeto de Lei n.º 49/2020, que considera as atividades religiosas como essenciais durante estados de calamidade pública, nesse caso, a pandemia da COVID-19. Em 2019, solicitou desconto de 50% nas contas de água e esgoto para os Templos Religiosos, através do Projeto de Lei n.º 187/2019. Já em 2017, foi autor do PL n.º 183/2017, que visava instituir em Juiz de Fora o “Dia Municipal da Marcha para Jesus”. Diferentemente do PL citado anteriormente, que foi arquivado, o PL n.º 166/2017 foi aprovado e instituiu em Juiz de Fora o “Dia da Quadrangular”, como referência à Igreja do Evangelho Quadrangular, da qual o citado vereador é pastor.

Além disso, André Mariano, juntamente com o vereador Obama Junior do Partido Humanista da Solidariedade (PHS), instituiu, através da Lei n.º 13998 de 2020, o “Maio Laranja”, que pretende promover ações que visam combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Em 2013, ao lado de outros vereadores, também criou a Lei n.º 12.988, que instituiu a “Semana Municipal de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”.

É necessário destacar uma possível inclinação de orientação política das Igrejas. Sabemos que a associação entre os setores cristãos e a defesa dessas pautas não são a princípio intrínsecas. Em outros momentos, religiosos como Edir Macedo já defenderam ou relativizaram pautas que hoje são fortemente combatidas pelos religiosos, como o direito ao aborto (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021). Além disso, mesmo hoje, há denominações evangélicas que se colocam como progressistas e estão dispostas a discutirem temas considerados tabus entre eles, como aborto e homossexualidade (ESTADO DE MINAS, 2021).

A adesão a essas temáticas pode ser atribuída à ascensão do bolsonarismo e à inclinação de apoiar ideias ultraconservadoras. Isso ocorre porque essas posições contribuíram para a notoriedade de Bolsonaro, inicialmente como objeto de piadas e posteriormente como presidente eleito do Brasil. Sua defesa explícita de princípios

antidemocráticos parece ter facilitado a ascensão de elementos da direita radical. De maneira similar a um chamado sedutor, as declarações de Bolsonaro aparentam ter ressuscitado da obscuridade a intolerância, o ódio e o radicalismo, que pareciam estar adormecidos.

Para além das hipóteses figurativas, sabemos que certamente houve interesses econômicos na adesão dessas pautas, uma vez que esses setores foram amplamente beneficiados. Por exemplo, o governo Bolsonaro anistiou a dívida de 1,4 bilhões de igrejas evangélicas no ano de 2021 (ESTADO DE MINAS, 2021). Ainda, uma ONG Evangélica recebeu 872 milhões para atuar em missões entre os povos indígenas, recurso esse que deveria ter como destino a saúde indígena (O GLOBO, 2023). Na época em que o projeto de lei foi proposto, André Mariano e Bolsonaro faziam parte do mesmo partido. Além disso, o próprio Presidente da Igreja Nacional do Evangelho Quadrangular, o reverendo Mario de Oliveira, declarou apoio a Bolsonaro, conforme manifestou em suas redes sociais.

Nesse sentido, André é um político que circula tanto no campo religioso quanto político. A influência que ele exerce em ambos os campos resulta em uma retroalimentação; à medida que ganha mais prestígio e influência na igreja, também obtém mais votos desse segmento. Da mesma forma, à medida que sua atuação na câmara se torna mais evidente, ele proporciona benefícios adicionais à igreja. Além disso, sua atuação no meio secular pode potencialmente atrair novos membros para a igreja.

Apesar de sua atuação destacada nos campos religioso e político, é notável a escassez de conhecimento e experiência de André no âmbito educacional. Sua abordagem e perspectiva educacional parecem derivar predominantemente de influências e contextos políticos. A ausência de credenciais e experiência evidencia que ele carece dos requisitos necessários para desempenhar um papel significativo no setor educacional. Esta lacuna fica evidente quando comparada à trajetória de Ana Rossignoli, a qual, diferentemente de André, participou ativamente das discussões relacionadas à construção do Plano Municipal de Educação.

Ao contrário de seu colega, ela demonstrou engajamento e participação direta nos diálogos sobre os diversos aspectos educacionais que envolvem o município de

Juiz de Fora. Em contrapartida, André, apenas se envolveu apoiando alterações no plano que tinham a ver exclusivamente com as questões de gênero e sexualidade.

É crucial observar que, ao propor o projeto de lei em questão, o vereador atende a uma demanda inerente ao campo neoconservador. Esse segmento possui uma ala religiosa, a qual André integra como líder destacado, ocupando a posição de pastor. A associação do vereador com essa ala religiosa revela sua afinidade com as perspectivas e valores típicos do neoconservadorismo, influenciando suas iniciativas legislativas no âmbito educacional.

4.1.3 Infância Sem Pornografia

Em outubro do mesmo ano, o vereador José Fiorilo (PDT) propôs o Projeto de Lei n.º 160/2016, intitulado "Infância sem Pornografia". Embora a proposta pareça abordar uma questão óbvia à primeira vista, uma análise mais aprofundada revela sua aparente conexão com os princípios do movimento Escola Sem Partido.

O texto inicia com a ideia de que é responsabilidade da família educar a criança sob seus preceitos morais. No que tange aos serviços públicos, estes não podem conter pornografia. Parece óbvio, uma vez que essas diretrizes já estão contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os ataques à educação podem ser encontrados em duas partes. Primeiramente, na justificativa do PL, quando é afirmado que material pornográfico são encontrados em materiais didáticos e paradidáticos:

[...] Não se pode negar que ao submeter as crianças e adolescentes a imagens eróticas, pornográficas ou obscenas, como as que são vistas em livros que se dizem didáticos e paradidáticos, ou cartilhas, tal procedimento causa sérios problemas para pessoas em desenvolvimento, considerando a fragilidade psicológica das crianças e adolescentes, por lhes faltar o necessário discernimento, sendo vulneráveis a tais exposições. (JUIZ DE FORA, 2016)

Posteriormente, no corpo do projeto de lei, está prevista uma penalidade correspondente a 5% do salário dos funcionários públicos municipais por cada violação à lei. Os questionamentos que marcam o início da nossa análise incluem: quais são esses funcionários públicos passíveis de sofrerem sanções legais? É

evidente que se trata dos professores. Aqui, novamente, testemunhamos, um projeto de lei tenta introduzir elementos de censura, colocando o professor sob suspeita. Além disso, cabe questionar: o que o vereador define como pornografia?

Como o projeto foi apresentado no final de 2016, é improvável ter sido discutido naquele ano. No ano seguinte, ele voltou à Câmara como o Projeto de Lei n.º 01/2017. Da mesma forma, o Plano Municipal de Educação foi apresentado no final de 2016, porém os temas de nosso interesse, em especial os ligados a gênero e sexualidade, não foram discutidos nesse momento, ficando para o segundo período legislativo que examinamos.

4.2 SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO (2017 - 2020)

Esse é o período de maior importância para a presente pesquisa, pois foi nele em que a maioria dos projetos de lei que aqui citamos foram propostos, discutidos e aprovados. Nesse período, testemunhamos a recondução do prefeito Bruno Siqueira (PMDB), seguindo os procedimentos estabelecidos na eleição anterior: Bruno Siqueira e Margarida Salomão avançaram para o segundo turno, com Bruno emergindo como o vencedor ao obter 57,87% dos votos (G1, 2016).

Como alvo da nossa investigação, a Câmara Municipal de Juiz de Fora contou com a reeleição de 12 dos 19 vereadores do período anterior, representando uma renovação mínima. Neste momento, ocorreu um fato significativo: os dois candidatos mais votados foram mulheres. Delegada Sheila, do Partido Trabalhista Cristão (PTC), recebeu 9.921 votos, enquanto Ana do Padre Frederico, que havia se mudado para o PMDB neste mandato, obteve 7.300 votos. Betão (PT), ficou com a terceira maior quantidade de votos. Dr. Fiorilo, que se transferiu para o Partido Trabalhista Cristão (PTC), obteve a décima posição. André Mariano, que migrou para o Partido Social Cristão (PSC), ficou na décima quarta posição. Também é relevante mencionar a chegada de Sgt. Mello Casal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que obteve a penúltima posição em votos e será frequentemente abordado em nosso texto. Embora mulheres

4.2.1 Plano Municipal de Educação

O Plano Municipal de Educação foi apresentado pelo executivo em 11 de novembro de 2016 e encaminhado às comissões técnicas para análise. Cabe observar que a análise realizada focalizou-se especificamente nas partes relacionadas a gênero e sexualidade, reduzidas sob o termo "diversidade" em determinadas seções do plano original:

Art. 2º São diretrizes do Plano Municipal de Educação:

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º O Plano Municipal de Educação visa:

III - consolidar as instituições de ensino como espaços coletivos de produção e disseminação de conhecimentos, de respeito às diversidades, de formação de valores democráticos e de convivência cultural e política. (JUIZ DE FORA, 2016).

Ainda, o termo se encontra nas metas 4, 15 e 18, que falam respectivamente sobre Inclusão, Gestão Democrática e Educação e Direitos Humanos.

Originado de debates ocorridos ao longo de 2015, o Plano foi concluído durante a Conferência Municipal de Educação nos dias 3, 4 e 5 de dezembro do mesmo ano. Após a finalização do anteprojeto, foi encaminhado ao poder executivo, que, somente quase um ano depois, o enviou ao legislativo para apreciação e votação.

Já na terceira reunião do ano de 2017, em 03 de janeiro, o vereador André Mariano manifestou seu desconforto em relação ao plano, mesmo antes de iniciar a discussão. Ele mencionou ter recebido uma apresentação da Universidade Federal de Juiz de Fora sobre o Plano Municipal de Educação, acompanhada de algumas considerações do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora (SINPRO JF). Salientou a importância de abordar o referido plano com cautela, reconhecendo a urgência de sua aprovação, dado seu cuidado com algumas menções ao termo "gênero".

Solicitou que o Plano fosse minuciosamente analisado pelas Comissões de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, bem como pela Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Câmara, com o intuito de se alcançar

um consenso que atenda tanto às demandas do Sindicato dos Professores quanto às necessidades das famílias e das crianças. Informou que havia relatos provenientes de outros municípios nos quais alguns educadores estariam abordando temas de natureza sexual explícita com as crianças, ressaltando seu compromisso em evitar que tal prática ocorra em Juiz de Fora. Afirmou sua determinação em defender a instituição familiar e opor-se a quaisquer circunstâncias que possam prejudicá-la.

Declarou que, em sua visão, a abordagem dessas questões cabe aos pais e não ao Estado, reforçando seu apelo à atenção cuidadosa dos vereadores no momento da análise do referido plano. Por fim, comunicou que o Prefeito também comprometeu-se a não aprovar o plano, caso este esteja em desacordo com os valores e princípios familiares, encerrando, assim, sua intervenção. Como já mencionado, a inscrição do vereador André Mariano no campo educacional é nula, entretanto ele deseja interferir no mesmo a partir de valores e demandas que o mesmo traz do campo religioso.

O Vereador Betão expressou sua discordância em relação às declarações do Vereador André Mariano. Argumentou que o plano apresentado foi objeto de discussão por diversos professores da cidade. Salientou que acredita na intenção do Vereador André Mariano de substituir esse plano municipal por outro alinhado à sua ideologia e igreja, algo que ele não está disposto a aceitar. Ele ainda destacou que as discussões e debates não são realizados apenas na Câmara Municipal de Juiz de Fora, mas também nos fóruns e concelhos. Ana Rossignoli afirmou que o plano seria debatido em hora oportuna, mas que, para ela, a soberania da decisão seria da Câmara.

Em 05 de janeiro, o Plano Municipal de Educação foi submetido à Câmara Municipal para apreciação pelos vereadores. Em 14 de março, uma audiência pública foi realizada para debatê-lo, sendo solicitada pelo vereador Betão e Zé Márcio do Partido Verde (PV). A audiência contemplou diversos temas, mas não abordou os tópicos específicos de nosso interesse. Notavelmente, o vereador André Mariano, embora presente, não proferiu discursos durante a audiência pública. No entanto, em reunião no dia seguinte, reafirmou seu compromisso em defender que os interesses cristãos fossem contemplados no Plano Municipal de Educação.

Na reunião realizada em 24 de março, a Vereadora Delegada Sheila (PTC) afirmou categoricamente que, ao analisar o Plano Municipal de Educação, dedicou-se minuciosamente e suas decisões não são suscetíveis a influências de filiação partidária. Em seu relato, a vereadora assegurou que não identificou quaisquer indicações de ideologia de gênero no documento. Ela esclareceu que a controvérsia que tem surgido está centrada na interpretação da palavra "diversidade", que, para alguns, está associada aos direitos humanos.

Em 27 de março, o Plano Municipal de Educação (PME) foi aprovado após passar por três discussões, todas ocorridas no mesmo dia. Durante esse processo, foram introduzidas emendas que restringem o conceito de diversidade e estabelecem a supremacia do poder familiar em detrimento do poder da escola

A primeira emenda substitutiva, proposta por Delegada Sheila, retira a palavra diversidade da Meta 18 "Educação e Direitos Humanos", com a justificativa de que diversidade nesse contexto já diz respeito aos direitos humanos.

A segunda emenda, aditiva, proposta por André Mariano, acrescenta o parágrafo único no artigo 2º: "por diversidade entenda-se, no corpo desta Lei e dos seus anexos, estritamente, toda modalidade de Educação Inclusiva ou Especial, nos termos da Constituição Federal de 1988, da Convenção da Guatemala (1999) e da Lei 8069/1990" (JUIZ DE FORA, 2017).

A terceira emenda aditiva, também proposta por André Mariano, acrescenta no artigo 3º o parágrafo único:

Por respeito às diversidades entenda-se, estritamente, a garantia de universalização do acesso à Educação Básica na rede regular de ensino e o atendimento educacional especializado, oferecendo condições físicas para esta universalização, a todas as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de modo a concretizar, no espaço de Município de Juiz de Fora, os valores constitucionais da dignidade humana e da cidadania pela inclusão plena desta parcela da população ao sistema de ensino local. (JUIZ DE FORA, 2017).

A quarta emenda aditiva, proposta por Florillo, acrescenta no artigo 2º a emenda A:

A promoção da cidadania e dos princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade não poderá se sobrepor ao direito dos pais à formação moral de seus filhos, nem interferir nos princípios e valores adotados ao ambiente familiar, conforme assegurado pela Convenção Americana dos Direitos Humanos, Constituição Federal/1988, Código Civil Brasileiro e demais normas infraconstitucionais (JUIZ DE FORA, 2017).

O fato do documento citar a Convenção Americana de Direitos Humanos como base jurídica, se assemelha aos projetos de discutidos aqui: o Escola sem Partido e o Infância sem Pornografia. Tal qual veremos adiante na votação do Projeto Infância sem Pornografia, as emendas foram aprovadas com voto de todos os vereadores, exceto Betão e Castelar, ambos do PT.

Conforme destacado por Castro (2016), o conceito de diversidade foi esvaziado, desconsiderando e deslegitimando a produção científica no campo da educação, cujo propósito é aprofundar a compreensão sobre diversidade e direitos humanos, abarcando os diversos marcadores sociais de diferença. O processo de elaboração do Plano Municipal de Educação iniciou-se no âmbito do Fórum Municipal. Diante das reações contrárias durante os debates sobre o Plano Municipal da Mulher e das discussões relacionadas ao Plano Nacional de Educação, optou-se por construir o plano municipal sem a inclusão das palavras "gênero" e "sexualidade", restringindo-se aos conceitos de diversidade e direitos humanos.

É relevante salientar que o plano foi concebido no fórum de discussão já com essas porque já se antevia que a inclusão desses termos comprometeria a aprovação do plano. A ausência desses termos na redação do plano provavelmente contribuiu para minimizar as polêmicas associadas a essas questões, possibilitando, assim, uma aprovação mais célere, mesmo com as objeções de André Mariano ao termo diversidade.

O que não significa que as sessões de aprovação do PME não foram conturbadas. O plenário foi ocupado por manifestantes, incluindo professores, funcionários comissionados da prefeitura, bem como membros das igrejas católica e evangélica. Dentre os manifestantes, destacavam-se aqueles portando faixas com a mensagem "Não mexam com nossas crianças". Esses indivíduos expressaram seu

apoio às emendas propostas por André Mariano, Sheila e Fiorilo. É razoável inferir que a presença deles visava garantir a aprovação dessas emendas, buscando evitar qualquer abordagem, mesmo indireta, relacionada à suposta ideologia de gênero no plano.

Por outro lado, os manifestantes ligados ao sindicato dos professores demonstraram preocupações distintas em relação ao PME. Uma das principais inquietações estava relacionada ao fato de que o plano, inicialmente construído de maneira coletiva, sofreu mais de 50 alterações ao ser encaminhado ao executivo, não respeitando assim o que havia sido deliberado pelos professores no fórum (G1, 2017).

O processo de aprovação do PME estendeu-se ao longo de cinco horas, envolvendo uma reunião ordinária e duas reuniões extraordinárias consecutivas, todas realizadas em 27 de março. Apesar da aprovação ágil, as discussões sobre a constitucionalidade das emendas persistiram.

Em 26 de setembro do mesmo ano, Betão reiterou novamente a importância da discussão de gênero no plano municipal de educação. Essa reunião começou com a participação de uma ex-vereadora na tribuna livre¹¹ sobre seu trabalho na Casa da Mulher. Maria Luiza Oliveira de Moraes, que foi vereadora de Juiz de Fora por quatro mandatos consecutivos (1983-2000), comentou que a casa foi criada em 2013 para atender a Lei Maria da Penha, e desde então acolhe mulheres vítimas de violência doméstica. Durante sua exposição, a ex-vereadora contou a história de Maria da Penha, mulher que sofreu tentativas de feminicídio por seu ex-companheiro e que lutou para que seu agressor fosse punido. Sua luta originou a Lei Maria da Penha, que visa punir e coibir a violência contra mulher.

Ainda, a ex-vereadora trouxe dados sobre a construção da Casa da Mulher em Juiz de Fora e sua atuação naqueles dias, seu funcionamento, seus parceiros, etc. A exposição pareceu ser fundamentada: além dos dados sobre a violência contra mulher, falou-se inclusive dos tipos de violência que uma mulher pode sofrer para além da física, como a psicológica e a patrimonial, que até pouco tempo não eram consideradas crime. Até a data da reunião, a Casa da Mulher já havia atendido

¹¹ Espaço onde todos os cidadãos podem se manifestar.

10367 mulheres vítimas das mais diversas violências. Ainda, a ex-vereadora afirmou que as mulheres que procuram atendimentos são poliqueixosas: raramente é somente um tipo de violência que elas sofrem. Algumas fotos são mostradas, retratando vítimas reais atendidas na Casa da Mulher. As imagens mostram uma senhora com agressões na mão, um corte no rosto e um olho roxo. Ela recebeu cerca de 20 pontos internos e externos. Outra vítima apresenta arranhões no pescoço e cortes no rosto.

Nota-se que por mais que a ex-vereadora citou dados, em momento algum ela usou o termo “gênero”, ou “violência de gênero”, e mesmo especialistas que discutem sobre o tema. Ao discorrer sobre possíveis causas da violência, seu discurso é raso e limita-se a termos como “maldade” e “irracionalidade” atrelados aos criminosos que cometem a violência de gênero.

A gente pode perceber que a agressão do ser humano é uma coisa muito triste. Acho que, o ser humano praticar um ato desse contra o seu semelhante é uma coisa que a gente não aceita e não entende como isso pode acontecer. Porque nem os animais irracionais praticam esse tipo de coisa. (transcrição - Maria Luiza de Moraes)

Ela recebeu numerosos elogios de seus colegas, que teceram comentários positivos a respeito de sua intervenção. Esses elogios vieram inclusive daqueles que, anteriormente, haviam se oposto ao Plano Municipal de Políticas para Mulheres em 2015 devido à presença da palavra "gênero" e que também votaram de forma favorável à restrição do conceito de diversidade no Plano Municipal de Educação, a exemplo de Ana do Padre Frederico e André Mariano.

Destacamos uma intervenção específica que se revelou notável, sobretudo por ser a única entre todas a fazer menção ao termo "gênero". Embora o vereador Betão tenha expressado elogios à manifestação da ex-vereadora, suas observações incidiram precisamente sobre a resistência dos demais vereadores em abordar os temas relacionados a gênero e sexualidade. Ele afirmou que essas discussões seriam de considerável auxílio para o desempenho do trabalho de Maria Luiza na Casa da Mulher.

Em momento posterior, Betão ocupou a tribuna livre e disse que a vinda da Maria Luiza foi oportuno. Ele comentou sobre o ofício que o Conselho Municipal de Educação enviou para os gabinetes dos vereadores sobre as inconstitucionalidades feitas no Plano Municipal de Educação, referente às restrições do conceito de diversidade e também sobre a primazia da família na educação escolar. Betão afirmou que os autores das emendas serão alvos de investigação do Ministério Público.

Betão: Quando não é permitido que a discussão sobre a violência contra a mulher seja feita dentro da Câmara, a tendência é que só aumenta, porque você não consegue levar a política pública para fora. Não podemos (inaudível) misturar as questões religiosas. As questões religiosas são tratadas no âmbito da religião. Agora, aqui, nós somos agentes públicos. Nós temos que atender a todos e todas. (transcrição)

Sobre o ofício em questão, Betão citou que ele foi elaborado por mais de 250 professores em quatro dias de reuniões, mas que até aquele momento o documento não havia sido respondido pela Câmara Municipal de Juiz de Fora. Ainda, o vereador comentou que a semana da diversidade daquele ano não tocava nos temas relacionados aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQ+, que acha que isso ocorreu por pressão externa. Relembrou que dois anos antes, a Câmara havia patrocinado um evento com essa temática, envolvendo amplas discussões, mas que o bispo¹² ligou para reclamar que o evento tinha “discussões de gênero”.

Em momento posterior, André Mariano respondeu a Betão, dizendo que sua fala sobre o Ministério Público foi em tom de ameaça. Afirmou desconhecer a inconstitucionalidade das emendas, já que tiveram consultoria de advogados, da procuradoria da Prefeitura de Juiz de Fora e da Câmara dos Vereadores.

O senhor tem batido em um ponto que a diversidade, que os negros, que todos ficaram de fora. Não ficaram não. Porque a diversidade está embutida nos tratados de direitos humanos, na nossa constituição. Então ninguém está de fora. Porém, a partir do momento que não é de uma forma explícita, né, que no meu modo de ver mal intencionada, nós colocamos todas as

¹² Não é mencionado o nome, mas acredita-se que a menção é sobre o Arcebispo Dom Gil, considerando seu envolvimento nessa temática.

diversidades, aquelas que estão na constituição, nos tratados dos direitos humanos, no estatuto da criança e do adolescente. E queridos vereadores, não se trata de questões religiões, se trata de questões de princípios de família. Nós estamos aqui para fazer leis em favor do povo. Então a maioria é que prevalece no nosso trabalho (...). (Transcrição)

A declaração do vereador André Mariano nos remete a algumas afirmações proferidas por Jair Messias Bolsonaro. Uma delas ocorreu em 2011, quando o então deputado concedeu uma entrevista ao jornal "O Tempo". Na ocasião, ele declarou: "Nós temos de legislar para a maioria, e não para a minoria. A minoria tem de se curvar, obedecer, e ponto final" (O TEMPO, 2011). Essa resposta foi dada em resposta a uma pergunta sobre os direitos das pessoas LGBTQ+.

Em outro momento, já em 2022 e também na cidade de Juiz de Fora, durante a abertura do 43º Encontro Estadual das Assembleias de Deus, ele afirmou: "As leis existem, no meu entender, para proteger as majorias. As minorias têm que se adequar." (PARAGUASSU, 2022).

Neste contexto, é possível observar a evolução de um discurso. No ano de 2011, as ideias de Bolsonaro e da extrema-direita eram consideradas antiquadas e, até mesmo, objeto de chacota, devido à defesa de concepções ultrapassadas e, sobretudo, antidemocráticas, com limitada aceitação. Contudo, em 2017, a situação se transformou. A retórica, repetida com frequência, tornou-se uma estratégia de combate, sendo invocada sempre que necessário justificar a censura voltada às discussões de gênero e sexualidade. Adicionalmente, esse discurso alcançou a presidência da república, servindo como argumento para a eleição de um presidente que alegava governar em prol da maioria.

No ano de 2020, as emendas mencionadas no Plano Municipal de Educação (PME), as quais vedavam as discussões sobre gênero e sexualidade, foram declaradas inconstitucionais, corroborando a assertiva anterior de Betão. No entanto, durante essa reunião, a invocação de Betão à inconstitucionalidade das emendas desencadeou conflitos.

O vereador Fiorilo, de maneira exaltada, procedeu à leitura das diretrizes do Plano Nacional de Educação, questionando onde os vereadores de Juiz de Fora teriam cometido equívocos. Além disso, ele categorizou a fala de Betão como

"conversa fiada". A atmosfera na câmara tornou-se tensa, resultando na solicitação de direito de resposta por parte de Betão, que alegava estar sendo ofendido, mas tal permissão não foi concedida.

Em um cenário de conflito, Fiorilo e Betão trocaram palavras em pé, com um tom acirrado. Betão afirmou, fora do alcance do microfone, que a expressão "conversa fiada" era mais aplicável a Fiorilo. Durante o embate, foram proferidas outras palavras não captadas pelo microfone, e Betão questionou Fiorillo sobre seu entendimento em relação à Educação, expressando: "O que você entende de Educação, meu filho?". Fiorilo virou o rosto, dando a entender um gesto de desdém.

Após o ocorrido, a reunião ordinária prosseguiu com a discussão de outros temas, culminando na aprovação do Projeto de Lei de André Mariano que institui o Dia do Quadrangular, sem grandes prolongamentos.

Na reunião subsequente, ocorrida em 27 de setembro, Fiorilo, inicialmente, retomou o tema da alegada inconstitucionalidade do Plano Municipal de Educação (PME). Ele expressou sua insatisfação com as declarações proferidas por Betão, pois este havia afirmado que os vereadores da casa eram irresponsáveis e sofreriam penalidades. Fiorilo mencionou ter lido o ofício enviado pelo Conselho Municipal de Educação e não compreendeu qual seria o erro associado à sua emenda.

Betão, por sua vez, afirmou que todos os participantes do conselho são educadores ou possuem forte vínculo com a educação e que essas pessoas, que estudam sobre educação, concluíram, ao serem consultadas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que o PME seria inconstitucional. Ele afirmou que enquanto professor de geografia, não poderia fazer uma receita médica para uma criança, da mesma forma que os vereadores não poderiam transformar uma emenda em lei sem ter vivência ou estudo sobre o tema. Betão enfatizou a complexidade da educação, ressaltando que não é uma área em que qualquer pessoa pode intervir sem a devida qualificação, defendendo a necessidade de formação acadêmica, incluindo cursos superiores, mestrado e doutorado, para participar de discussões deste teor.

Betão negou categoricamente tê-lo chamado de irresponsável ou citado seu nome. Ele afirmou ter alertado, e não ameaçado, que algumas emendas

apresentadas são inconstitucionais, incluindo aquela que restringe o conceito de diversidade.

Na sequência, Vagner do Partido Social Cristão (PSC) respondeu à afirmação de Betão sobre a necessidade de ter curso pós-superior para discutir sobre educação. Ele sugeriu que, se essa fosse a exigência, seria preciso alterar a legislação, uma vez que vereadores, e até mesmo o presidente da República, não possuíam tal formação. Contudo, Vagner destacou que, como legislador, era seu dever tratar do tema da educação, mas sempre com responsabilidade, enfatizando que essa responsabilidade era, em sua visão, compartilhada por todos no ambiente legislativo. Ele enfatizou que cada vereador defendia suas próprias convicções e bandeiras.

Fiorilo reiterou sua perplexidade quanto à alegada inconstitucionalidade e ilegalidade do Plano Municipal de Educação (PME). Ele lembrou e releu a emenda em questão, questionando se Betão consultara os pais das crianças para conhecer suas opiniões sobre o assunto, sugerindo que talvez até os pais devessem ser excluídos da possibilidade de opinar sobre a educação de seus filhos.

Mariano argumentou que era fácil alegar inconstitucionalidade no projeto, ressaltando que o Conselho tinha o direito de se manifestar, mas assegurou que não havia qualquer inconstitucionalidade. Ele destacou a importância de cada entidade – o Conselho Municipal de Educação e a Câmara Municipal de Juiz de Fora – cumprir com suas responsabilidades de maneira independente.

Betão respondeu, afirmando que questões técnicas deveriam ser direcionadas a quem possuía formação, salientando que, obviamente, as questões do dia a dia poderiam e deveriam ser abordadas pelos pais.

Ana Rossignoli compartilhou detalhes sobre a elaboração do PME, destacando a representatividade de diversos setores, como a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e o sindicato. Após passar pela Câmara, o projeto sofreu emendas e foi votado. Posteriormente, a Secretaria de Educação recebeu um ofício da UFJF solicitando a anulação do PME, ao qual ela se recusou a assinar.

Eu respeito o senhor (...) mas cada um de nós temos que ter o direito a nossa opinião. Eu não tenho nada contra as atitudes e a maneira de agir de ninguém. Eu aceito a diversidade como ela vier. Mas se depender de mim, se for para eu entrar em uma sala de aula e dar uma aula de educação sexual para um aluno, eu não vou dar. Sou família, vou manter a minha família, vou manter o respeito e a dignidade da minha família. Sou eu e meus filhos. Agora jamais o senhor vai ouvir alguém dizer que a vereadora Ana desacatou alguém por ter uma opção sexual diferente da minha ou diferente de algum de nós. Respeito, conselho (...) procuro fazer um acolhimento carinhoso. (...) Então eu acho que nessa hora (...) nós temos que acolher, sim, essas pessoas. Eu acho que cada um tem o direito de ter a opção sexual que desejar. Mas não compete a nós educadores incentivar esse tipo de educação na escola (...). (transcrição)

Ela defendia vigorosamente o direito de todos possuírem opiniões distintas, considerando, inclusive, a disparidade em suas idades como um fator que justifica naturalmente divergências de perspectiva. Afirmava, com confiança, que, apesar da diferença de idade, se considerava mais moderna do que muitos de seus colegas.

Em resposta, Betão expressou seu elogio à sua fala, classificando-a como quase perfeita ao relatar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação (PME). Contudo, destacou um ponto em que discordava, argumentando que ela acreditava que o voto de 19 vereadores na Câmara Municipal possuía mais peso do que os 249 que participaram ativamente da concepção do plano.

Betão, então, prosseguiu ressaltando que havia defendido a permanência de emendas que foram originalmente propostas no PME, mas que, posteriormente, foram retiradas durante as deliberações na Câmara. Ele sustentou que as emendas propostas pelos três vereadores em questão não foram discutidas em nenhum outro lugar da cidade e foram apresentadas ali devido à maioria que possuíam naquele contexto, indicando que o prefeito optou por não os enfrentar nesse cenário específico.

Como já citamos aqui, durante as discussões do Plano Municipal de Políticas para Mulheres, a vereadora Ana agiu em representação do Arcebispo Metropolitano Dom Gil Antônio Moreira. Sua comunicação com a população dá-se através do site da Arquidiocese de Juiz de Fora, que replica seu conteúdo em sua página no Facebook, tendo o alcance de mais de nove mil seguidores e, no Twitter, de quase quatro mil seguidores até o ano de 2022 (ARQUIDIOCESE DE JUIZ DE FORA, 2022).

Em 2015, com o advento das primeiras manifestações sobre a questão em torno do Plano Municipal de Políticas Para Mulheres, Dom Gil escreveu alguns textos no site da Arquidiocese e publicou um vídeo em um canal do YouTube. De forma geral, ele afirma que a “agenda de gênero” foi imposta de cima para baixo e que a maioria da população não sabe do que se trata. Na época, ele acreditava que o plano seria apenas o começo e que, logo, viriam outras tentativas de implantação da tão temida ideologia de gênero. Para ele, os “ideólogos de gênero” visam destruir conceitos legítimos relacionados à família (ACESSA, 2015).

Ele e outros pastores solicitaram à vereadora Ana Rossignoli, que o termo fosse revisado no plano, apresentando uma cartilha à Presidente do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres, explicando o que seria a tal ideologia de gênero e os seus perigos para a sociedade. No site da arquidiocese, há cinco artigos que falam da ideologia de gênero, sendo o último com o título “Outra vez ideologia de gênero”, publicado na época em que o Plano Municipal de Educação estava sendo discutido (ARQUIDIOCESE JUIZ DE FORA, 2015).

Em 2017, o Vicariato pela Vida e Família da Arquidiocese de Juiz de Fora promoveu um evento destinado à discussão da ideologia de gênero. Durante a realização do evento, centenas de participantes estiveram presentes, incluindo 13 dos 19 vereadores, bem como o juiz da Vara de Execuções Criminais de Juiz de Fora, Evaldo Elias Penna Gavazza, e membros religiosos vinculados à Igreja Católica. Ao término do encontro, os vereadores comprometeram-se publicamente "a excluir do Plano Municipal de Educação qualquer referência, ainda que velada, à ideologia de gênero" (ARQUIDIOCESE DE JUIZ DE FORA, 2017). Em outras palavras, antes mesmo da votação do Plano Municipal de Educação, a maioria dos vereadores já havia se comprometido a remover qualquer menção ou discussão relacionada a gênero e sexualidade do documento.

As considerações acerca da inconstitucionalidade das emendas persistiram, sobretudo em decorrência das moções de repúdio propostas por alguns vereadores acerca de eventos que ocorreram na cidade, como será delineado adiante.

4.2.2 Moções de repúdio

Em outubro de 2017, outra polêmica envolveu a Câmara Municipal e as questões que tratavam da tão temida ideologia de gênero. Isso porque o Colégio de Aplicação João XXIII, em comemoração ao dia das crianças, trouxe para visitar a escola a Drag Queen Femmenino no quadro “Na Hora do Lanche”. Em um determinado momento, a personagem interpretada pelo artista Nino de Barros, que era bolsista da Universidade Federal de Juiz de Fora, aborda a inexistência de distinção entre brinquedos associados a meninos e meninas, acompanhando as crianças ao afirmar que tal percepção constitui preconceito. O vídeo, com pouco mais de quatro minutos, gerou grande repercussão e acabou sendo compartilhado pelo então deputado Jair Bolsonaro e pelo Movimento Escola Sem Partido. No entanto, eles editaram o trecho usando apenas a parte em que Femmenino falava sobre brinquedos para meninos e meninas (O GLOBO, 2017). Enquanto na página oficial da UFJF o vídeo tem, até a presente data, cerca de 400 mil visualizações (UFJF, 2017), na página de Bolsonaro, o vídeo quase chegou a 1 milhão de visualizações (BOLSONARO, 2017).

Em 16 de outubro, o Dr. Fiorilo apresentou duas moções de repúdio. A primeira, de número 357, objetivava manifestar contrariedade às menções “ideológicas” de gênero, corpo e sexualidade na Base Nacional Comum Curricular (JUIZ DE FORA, 2017). A segunda, de número 358, manifestava oposição aos eventos ocorridos no Colégio de Aplicação João XXIII (JUIZ DE FORA, 2017). André Mariano também propôs uma moção de repúdio, a de número 359, direcionada à direção do Colégio João XXIII de Juiz de Fora, por promover tal evento (JUIZ DE FORA, 2017).

Em sua intervenção na tribuna livre, André Mariano relatou ter recebido diversas reclamações de pais exigindo uma posição e esclarecimento da Câmara Municipal em relação ao evento. O vereador expressou sua surpresa pelo fato de, entre tantos personagens, a escola ter decidido convidar uma Drag Queen, considerando tal escolha absurda. Ele enfatizou que seria inaceitável a escola interferir na educação dos pais e destacou que a orientação das crianças é responsabilidade dos pais, não da escola. Argumentou que a essência disso consiste na desconstrução da família e dos valores familiares. A conclusão de sua intervenção foi marcada pelas frases: “Ativistas, esquerdistas, não passarão” e

"nenhum direito a menos", evidenciando claramente jargões utilizados pela esquerda durante esse período. Essas expressões estão relacionadas ao surgimento de um movimento, anteriormente abordado, que propunha uma abordagem liberal na economia e conservadora nos costumes, materializada em medidas como a reforma trabalhista e o projeto Escola Sem Partido.

Betão solicitou a palavra para rebater André Mariano, declarando que ao longo de todo o seu tempo na câmara, Mariano só utilizava a tribuna para discutir esse tema. Betão afirmou que a ideologia de gênero não existe, sendo um termo inventado por deputados apoiados por Mariano, utilizado para desviar o foco de questões reais, como a reforma trabalhista. Ele apresentou um post de André Mariano sobre o incidente em seu Facebook, destacando os comentários repletos de discursos de ódio, incluindo ameaças de agressão, morte, invasão e palavras de baixo calão. Mariano alegou que não tinha controle sobre os discursos agressivos, pois sua página era pública, e as pessoas eram responsáveis por esses comentários.

Fiorilo pediu a palavra para defender André Mariano, alegando que não foi apenas Mariano quem compartilhou o vídeo. Ele afirmou que somente Betão ignorava a existência da ideologia de gênero, que, segundo ele, é amplamente discutida na mídia e na literatura científica (apesar de isso não ser comprovado). Fiorilo criticou Betão por desconsiderar o que ele considerava óbvio e aproveitou para falar sobre o que via como uma tentativa de destruir a família. Ele esclareceu que sua preocupação era com a proteção das crianças, e não com a comunidade LGBT+.

Mariano ressaltou que suas decisões não se fundamentam exclusivamente em sua fé evangélica, mas também no respaldo constitucional, no Estatuto da Criança e em tratados de direitos humanos. Por outro lado, Wanderson Castelar, do Partido dos Trabalhadores (PT), declarou que Mariano não representa a totalidade dos pastores e fiéis evangélicos da cidade, além de não possuir um conhecimento abrangente sobre a Bíblia ou o diálogo inter-religioso, uma vez que obteve pouco mais de três mil votos, enquanto a comunidade evangélica é mais numerosa. De fato, conforme o censo de 2010, o número de evangélicos em Juiz de Fora era 112.107 (IBGE, 2012).

No mesmo dia a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) emitiu uma carta de apoio ao Colégio João XXIII e ao artista Nino de Barros, na qual as Comissões de Direitos Humanos e Cidadania e de Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens da OAB/JF destacam a importância de fomentar reflexões sobre gênero nas escolas para combater o machismo e a LGBTfobia. A carta defende a diversidade e o respeito aos direitos humanos na educação, respaldados por normas constitucionais e internacionais. Destacou-se, por fim, o apoio à escolha de promover respeito, liberdade e cidadania no dia das crianças (OAB, 2017).

Na reunião subsequente, realizada em 17 de outubro, o Dr. Fiorilo optou por retirar as duas moções de sua autoria. O início da sessão foi marcado por conflitos, com a presença notável de manifestantes da UNA - União Nacional LGBT, que exibiam uma bandeira, assim como participantes do Levante Popular da Juventude. Adicionalmente, estudantes secundaristas identificados com camisetas "Ocupa João" também estavam presentes. Antes da leitura dos requerimentos, os manifestantes contrários à moção expressaram sua indignação com gritos de "fascistas" e "homofóbicos", deixando claro seu descontentamento. Manifestantes do Direita Minas também estavam presentes, embora em menor número.

A presença do conselheiro tutelar Abraão Fernandes provocou indignação e manifestações por parte daqueles contrários à moção de repúdio. Isso se deve ao fato de o referido conselheiro ter cometido injúria racial contra uma estudante da UFJF durante uma discussão nas redes sociais relacionada à polêmica envolvendo o João XXIII (TRIBUNA DE MINAS, 2017). Após ser afastado do cargo por solicitação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 2018 ele foi destituído (G1, 2016). Em 2019, Abraão Fernandes foi condenado por improbidade administrativa, em decorrência de múltiplas denúncias de má conduta, sendo obrigado a pagar uma multa. Em sua nota de esclarecimento, disponível no site G1 (2019), o ex-Conselheiro Tutelar afirmou que recorreria da decisão e não reconhecia motivos para a condenação.

Estou enfrentando este processo simplesmente por defender crianças do assédio psicológico, ideologia de gênero. Quem apoia a ideologia de gênero são as mesmas que querem destruir os valores cristãos, familiares e luta contra aqueles que assim como eu, não abaixa a cabeça e tem coragem de

dizer: deixem nossas crianças em paz. Eu confio em Deus e na sua justiça, confio na competência do meu advogado quem está cuidando da minha defesa a fim de provar minha inocência perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (G1, 2019, s/p).

Abraão nunca escondeu sua proximidade com grupos de direita. Em um texto assinado por ele e publicado em 2020 no blog "Vida Destra", ele narra os eventos mencionados na nota, atribuindo sua demissão e condenação exclusivamente à sua luta contra a chamada ideologia de gênero. Ele destaca o apoio recebido do movimento "Direita Minas", em nome da Coordenadora Roberta Lopes. De maneira minuciosa, descreve o dia em que Jair Bolsonaro esteve em Juiz de Fora e compartilha um breve diálogo que teve com ele:

De forma rápida, eu disse:

– Bolsonaro, sou Abraão, conselheiro tutelar exonerado por defender a família.

E ele respondeu:

– Aaaah! Vi seu vídeo! Que injustiça, rapaz, que fizeram com você! O aparelhamento dessa esquerda nojenta está em todo Brasil. Vamos “despetezar” o nosso PAÍS! Parabéns pela postura, Abraão!

Olhei dentro dos olhos dele e agradei, até emocionei-me. Porque vi nele meu pai, meu avô, que de forma simples falam meu nome e soa-me como abraço (VIDA DESTRA, 2020, s/p).

Através do texto “Testemunha Ocular”, Abraão menciona que estava presente no dia em que Jair Bolsonaro foi esfaqueado em Juiz de Fora e que, desde cedo, notou Adélio Bispo, o agressor, circulando pela passeata. Ele se apresenta como testemunha ocular e ressalta que, de forma surpreendente, seu depoimento foi ignorado pela mídia, apesar de estar registrado no relatório final do inquérito. Esse relato adiciona uma nova camada de complexidade aos eventos.

A partir desse episódio, uma narrativa conspiratória e até mesmo mística se formou em torno de Bolsonaro, apresentando-o como uma figura perseguida por defender os valores tradicionais. Esse tipo de narrativa, além de gerar simpatia entre seus apoiadores, acabou desempenhando um papel significativo em sua vitória política em 2018.

No blog "Vida Destra", cuja missão se coloca como disseminar conhecimento conservador, Abraão possui dois textos publicados. Além do já mencionado, há outro intitulado "Refúgio dos Canalhas", no qual ele aborda o episódio em que Drauzio Varella entrevista Suzi, uma mulher transexual. Nesse texto, Abraão critica o conteúdo, interpretando-o como uma forma de apologia da "ideologia de gênero" (VIDA DESTRA, 2020).

Retomando à sessão do dia 17 de outubro, com pouco mais de 15 minutos de reunião, a sessão foi abruptamente interrompida devido a intensas discussões entre manifestantes e o vereador Mello Casal. Após a retomada, o presidente Rodrigo Mattos fez um apelo pela cordialidade entre os presentes, ressaltando a necessidade de combater a intolerância tanto na câmara municipal quanto em todo o Brasil. Expressou também sua preocupação com a segurança dos presentes no plenário. Durante sua intervenção, Laiz Perrut, então militante do coletivo feminista "Maria Maria" e candidata derrotada à vereança em 2016, destacou no plenário que a mensagem deveria ser direcionada aos vereadores, e não ao público presente. Mais tarde, em 2020, Perrut foi eleita vereadora da cidade pelo Partido dos Trabalhadores, após ter presidido o Conselho Municipal da Juventude em 2018 (CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, s/d). Seu envolvimento nas pautas de gênero e sexualidade remonta a esse período. Como professora de história, feminista e ativista LGBTQ+, ela participou ativamente desses debates, tornando-se reconhecida não apenas nesta pesquisa, mas também pelos vereadores, que já a mencionavam pelo nome durante as reuniões.

André explicou a motivação das moções como um pedido de esclarecimento direcionado ao Colégio João XXIII e à UFJF, buscando compreender o propósito da atividade em pauta. Sua intervenção foi interrompida diversas vezes por vaias dos manifestantes. Posteriormente, ele optou por retirar temporariamente o pedido de moção de repúdio, com a intenção de aguardar um posicionamento da UFJF e abrir espaço para um diálogo com os vereadores.

A sessão sofreu outra interrupção devido a gritos de "Fora Abraão". Após a retomada, Betão leu a nota oficial divulgada pela UFJF, justificando a presença da Drag Queen Femmenino na escola como parte de uma programação específica para

o dia das crianças. A nota enfatizou a diversidade como um componente integral da prática pedagógica da instituição.

O vereador Castelar (PT) expressou preocupação com os discursos de ódio e as provocações que ocorreram na casa legislativa, uma vez que os manifestantes estavam discutindo calorosamente. Sgt. Mello Casal (PTB) subiu à tribuna, mas foi interrompido pelos manifestantes. Ele expressou, ironicamente, apreço pela presença da plateia, mencionou sua experiência de 25 anos na Polícia Militar e afirmou que a polícia é um grupo organizado que não prejudica a população. De forma contundente, ele declarou que não se calará nos próximos quatro anos e ressaltou que a Polícia Militar estará presente na casa legislativa. Reforçou que não recuará diante de manifestações consideradas “baderna”, dizendo que o país necessita de educação verdadeira.

Aos gritos, ele afirma “Eu não vou recuar. Toda vez que vocês vierem aqui fazer baderna, eu vou estar aqui. Não faz baderna [...] Esse país precisa aprender educação verdadeira. Não é de baderna não” (transcrição).

Após a fala do vereador, os manifestantes começaram a cantar. Irritado, ele respondeu dizendo: “Gravem, é essa a qualidade dos alunos da UFJF. É isso que eles querem, baderna. E o sargento, ele tá aqui. Chama o sargento. Quem não gosta de polícia é bandido” (transcrição).

Após a retomada da sessão, as manifestações persistiram. As falas dos manifestantes não eram audíveis, e não estava claro contra quem eram direcionadas. Em determinado momento, o vereador Betão solicitou a palavra para denunciar que os assessores do vereador Charles Evangelista, do Partido Progressistas (PP), estavam entre os manifestantes, provocando e ameaçando. Em decorrência desses acontecimentos, a sessão foi suspensa e programada para ser retomada no dia seguinte.

Na reunião seguinte, 18 de outubro, os manifestantes já não estavam presentes, mas entre os vereadores foi comentado o ocorrido. Rodrigo Mattos, do Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e então presidente da Câmara, afirmou que foi discutido com representantes da UFJF sobre a possibilidade de formar um grupo de professores para realizar uma reunião com os vereadores e organizar um

seminário sobre o referido tema. Foi proposta a formação de um grupo de dois a três professores, juntamente com a diretoria do colégio, para realizar uma reunião com os dezenove vereadores. O objetivo seria tratar sobre o tema específico e também organizar um seminário para esclarecer a população e evitar conflitos e desinformação na cidade.

A vereadora Ana atribuiu o tumulto ao fato dos manifestantes serem jovens. Betão defendeu que essa discussão levantada pela direita, serve como uma “cortina de fumaça”. Ela faz com que as pautas que realmente importam como a reforma trabalhista e aumento da passagem de ônibus sejam esquecidas. Ele chegou inclusive a questionar se essa não seria uma estratégia do governo Bruno Siqueira (PMDB) para retirar o foco do aumento da passagem de ônibus. Ainda, afirmou que recebeu reclamação de que a TV Câmara só estava repetindo as reuniões de madrugada ou de manhã cedo, impedindo que a população assistisse o que está acontecendo.

Mello Casal afirmou que as lideranças que mobilizavam os manifestantes deveriam assumir a responsabilidade por controlá-los, especialmente os jovens menores de idade. Ele enfatizou a importância de manter a calma entre os jovens. Em seguida, deixou claro que a tentativa de culpar os assessores não condizia com a verdade.

Rodrigo Mattos explicou que esses movimentos não tinham uma liderança definida, pois eram organizados por meio das redes sociais, o que dificultava o controle das situações. A ausência de um líder responsável tornava mais complicada a resolução dos conflitos e o estabelecimento de diálogos.

Betão destacou que o envolvimento de assessores era preocupante. Castelar, por sua vez, expressou preocupação com a violência que estava ocorrendo dentro da própria casa legislativa, inclusive entre os vereadores. Ele relatou que vinha recebendo ameaças e mencionou um incidente ocorrido no dia anterior, em que aconselhou um jovem menor de idade a registrar um boletim de ocorrência contra manifestantes de direita que o haviam ameaçado. Segundo Castelar, um dos responsáveis pelas ameaças seria assessor do vereador Mello Casal.

Mariano propôs uma audiência pública, mas não houve tempo hábil para realizá-la. Ele queria que a direção da escola fosse até a Câmara para prestar explicações. Comentou sobre a reunião que ocorreu no dia anterior entre os vereadores e representantes da UFJF, afirmando que ela não foi suficiente, pois cada vereador já tinha sua opinião. Para ele, a reunião deveria ser no formato de uma audiência pública, com participação da população, de pais de alunos e outros segmentos interessados no assunto, pois a população precisaria entender o porquê do ocorrido. Afirmou ainda que o PME deveria ser respeitado - e aqui ele está se referindo à restrição do conceito de diversidade, ressaltando que a diversidade de gênero não pode ser trabalhada nas escolas, e o ocorrido no João XXIII feriu isso.

Betão afirmou que o referido Plano Municipal é inconstitucional, e mesmo que não fosse, só se destinaria a escolas municipais. O João XXIII é uma escola federal, logo, ele responde apenas ao Plano Nacional de Educação. Portanto, a UFJF teria autonomia.

Mariano citou então a lei federal n.º13005/2014, que, em suas palavras, proíbe a discussão de gênero nas escolas. A lei em questão é o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014 após inúmeros debates. Tal qual o Plano Municipal de Educação da cidade de Juiz de Fora, o referido plano sofreu vetos, protestos e confusões em torno da tão temida ideologia de gênero. Diferente do que afirma André Mariano, não há uma proibição explícita sobre “ideologia de gênero” no PNE. O que ocorreu foi a retirada dos termos “Orientação Sexual” e “Igualdade de gênero”, fundamentada em uma perspectiva biológica e aliada a convicções e valores derivados de preceitos religiosos. Além disso, houve um pânico moral associado ao receio da homossexualidade e à resistência à coexistência com a diversidade nas relações de gênero e na orientação sexual, com a preocupação de que isso pudesse difundir sexualidades dissidentes, percebida como uma ameaça aos "valores das famílias cristãs" (OLIVEIRA et al, 2020).

Isso também ocorreu na BNCC, como já citado aqui. Os termos gênero, sexualidade e quaisquer outras questões que discutem a cidadania LGBTQ+ foram suprimidos da versão final da BNCC. Além disso, foram removidos objetos do conhecimento que se propunham a problematizar as questões de gênero, corpo e

sexualidade e discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (SILVA, 2020).

Na reunião de 20 de outubro, o Sgt. Mello Casal mencionou uma denúncia de um pai que reclamou que seu filho havia levado uma boneca para casa após uma atividade escolar no Colégio João XXIII. Ele afirmou que os pais não foram consultados sobre a “didática feita na escola” (transcrição), referindo-se ao uso da boneca. Mello Casal comparou essa "didática" com outra em que as crianças levam ovos para casa para cuidar. Nesse ponto, ele se confundiu: embora compreendesse a "didática" do ovo, não explicou as diferenças em relação à "didática" da boneca. Em vez disso, reforçou repetidamente que as crianças vivem nas casas, e não nas escolas, argumentando que a família deve ser respeitada.

André Mariano agradeceu ao conselheiro tutelar Mário Lúcio por atender à denúncia do pai, e destacou que o garoto foi ridicularizado pelos colegas, afirmando que a boneca não era pequena, mas grande, o que teria intensificado as zombarias. Ele questionou a "didática" por trás dessa atividade.

Charles Evangelista afirmou que seu filho, aluno do tradicional colégio particular Jesuítas, levou para casa uma boneca de pano que não tinha características de gênero específicas. Inicialmente, ele não identificou nenhum inconveniente nessa situação. Contudo, ao refletir naquele momento, ponderou sobre a possibilidade de haver algum problema associado. No entanto, em relação aos ocorridos no João XXIII, ele expressou sua objeção, argumentando que percebe um crescente movimento de desconstrução da estrutura familiar, ao qual ele acredita ser necessário resistir e combater.

Indaga-se, portanto, em que medida o ato de um menino brincar com bonecas pode ser interpretado como uma ameaça à estrutura familiar. Qual seria a distinção substancial entre uma boneca e qualquer outro objeto de brincadeira? Qual receio fundamenta a resistência ao fato de meninos se engajarem em brincadeiras envolvendo bonecas? Será que o temor reside na possibilidade de esses meninos desenvolverem habilidades parentais? Poderia a preocupação estar associada à redução do número de crianças sem a devida paternidade registrada? Ou, ainda, é possível que se receie que a carga mental das mães possa diminuir, caso os

homens aprendam a compartilhar responsabilidades relacionadas ao cuidado infantil?

Guerra (2007) aponta para os prejuízos que uma educação diferenciada entre os sexos pode causar nas crianças. Além de reforçar estereótipos de gênero, ela limita as escolhas e oportunidades das crianças, e contribuem para a perpetuação de desigualdades de gênero na sociedade. Ainda, a imposição de papéis tradicionalmente construídos pode impactar negativamente a autoestima, a autoexpressão e o desenvolvimento integral das crianças, limitando suas habilidades e competências. E, claramente, esses papéis são introduzidos e reforçados pelos brinquedos.

Historicamente, os brinquedos têm sido vinculados a estereótipos de gênero, orientando as meninas para brinquedos considerados "femininos", como bonecas, casinhas e panelinhas, que inferem que meninas são biologicamente mais propensas ao cuidado, a limpeza, ao ato de cozinhar, ao lar. Ao mesmo tempo, meninos são incentivados a brincar com carrinhos, bolas e brinquedos que estimulam a coordenação motora e a agressividade, como espadas e super-heróis, inferindo que meninos são naturalmente "do mundo", da rua, das alturas, do desbravamento, das profissões, do desapego e da virilidade.

Essa prática de segmentação de brinquedos com base no gênero pode fortalecer expectativas sociais e limitar as experiências das crianças, moldando sua percepção em relação a interesses, habilidades e futuras possibilidades. Compreender como os adultos influenciam as escolhas de brinquedos das crianças é fundamental para promover uma maior igualdade de oportunidades e para desconstruir estereótipos de gênero desde a infância (GONZALES, 2017). Dessa forma, é imperativo refletir: ao manifestar desconforto diante da cena de um garoto carregando uma boneca, qual é a expectativa subjacente que esse pai nutre em relação a esse garoto? Quando uma assembleia de vereadores, diante dos muitos problemas que Juiz de Fora enfrenta, decide abordar a questão de um garoto levando uma boneca para casa, qual é a expectativa que a sociedade, representada por esse grupo eleito, alberga em relação aos comportamentos dos garotos?

A despeito de toda a discussão teórica apresentada anteriormente, parece que esse não constitui o cerne central da questão. O episódio narrado por Charles, envolvendo seu filho em uma escola particular da cidade, não foi objeto de questionamentos significativos. Conforme mencionado, os próprios vereadores mostram-se incapazes de precisar qual é o problema na atitude da escola ao proporcionar uma boneca a um garoto, parecendo apenas replicar o desconforto do pai.

Considerando que a escola esteve envolvida em uma polêmica de alcance nacional, é natural que a sociedade esteja atenta a suas ações. Contudo, surge a indagação sobre onde estava essa preocupação quando ocorreu a situação relatada por Charles envolvendo sua filha. Será que, por se tratar de uma instituição de ensino privada e conceituada na cidade, os nobres vereadores confiam que o ensino pago esteja isento de possíveis doutrinações?

Como parte do repertório da nova direita, é comum a defesa do uso de armas. Não é por acaso que a bancada BBB — bala, boi e bíblia — se tornou conhecida nos últimos anos. Esse termo se refere aos parlamentares que defendem o armamento, têm vínculos com o agronegócio e são evangélicos. A defesa dessas pautas pode ocorrer de forma individual, ou seja, defendendo apenas uma delas, ou de maneira combinada, apoiando duas ou até as três simultaneamente. Embora as questões relacionadas ao agronegócio não sejam abordadas nas discussões em Juiz de Fora, a bíblia é mencionada em diferentes contextos, enquanto a defesa das armas aparece como um exemplo claro de como essas pautas, apesar de distintas, estão interligadas.

Ainda durante as reuniões do dia 20 de outubro, Betão mencionou que, na última sessão tumultuada, já relatada aqui, havia uma pessoa armada, expressando sua desaprovação e preocupação quanto a essa situação. Em resposta, Mello Casal argumentou que, se Betão estivesse se referindo ao seu assessor, um policial militar, os assessores teriam o direito legal de portar armas e afirmou que não exigiria deles algo diferente

Rodrigo Mattos mencionou a legislação nacional que autoriza esses profissionais a portarem armas. Em seguida, o Sgt. Mello Casal se dirigiu ao seu

assessor, retirou um documento — não visível pela câmera — e o mostrou a Betão, sugerindo ser uma comprovação do porte de armas daquele assessor. Mello Casal também comentou que algumas pessoas se sentiam desconfortáveis com a presença de um vereador policial, ressaltando que teriam que conviver com isso pelos próximos quatro anos. Ele destacou que, como policial, é natural que seus assessores também fossem da mesma profissão. Charles complementou a discussão afirmando que "quem tem medo de polícia é bandido" (transcrição).

Durante a reunião, Betão fez referência a um incidente ocorrido na última plenária, quando, durante os embates da sessão ordinária, o assessor do Sgt. Mello Casal abordou um manifestante menor de idade que protestava contra o vereador. Betão levantou a preocupação de como a situação teria se desenrolado caso o assessor tivesse sacado a arma durante o ocorrido.

A delegada Sheila, que é policial civil, expressou concordância com Betão. Ela compartilhou que, apesar de ser policial e possuir o porte de armas, nunca trouxe arma para a referida casa legislativa. Sheila argumentou que deveria haver um local seguro, como um cofre, para armazenar tais instrumentos, conforme é prática em outras assembleias legislativas, pois acredita que o uso de armas em debates acalorados como o que estava ocorrendo poderia representar um enorme risco aos indivíduos ali presente. Em resposta, Mello Casal, mais uma vez exaltado, questionou de forma irônica: "Está preocupado com meu assessor por quê?" (transcrição).

Carlos Alberto de Mello Casal (Sgt Mello Casal) é um ex-policial militar que iniciou sua carreira política nas eleições de 2016. Ele tem sua atuação ligada às políticas de segurança pública e esporte. (CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, s/d), mas ganhou fama e apoio consideráveis após aderir à agenda do combate a ideologia de gênero, se tornando ao longo do seu primeiro mandato um dos principais defensores dessa causa, o que, possivelmente, o fez ser reeleito em 2020. Bolsonarista, conservador e patriota - informações essas contidas em seu perfil no Facebook - o sargento, ainda em 2023, continuava com a pauta da ideologia de gênero (MELLO, 2024).

Ele é autor de vários projetos de lei que refletem seu posicionamento. Um exemplo é o PL n.º 214/2019, que propõe instituir no calendário oficial do Município de Juiz de Fora o Dia de Combate à Intolerância Ideológica. Ele justifica essa iniciativa mencionando o atentado sofrido por Jair Messias Bolsonaro em 2018, atribuindo-o à perseguição ideológica (JUIZ DE FORA, 2016). Além disso, ele apresentou projetos de lei que buscavam reabrir o comércio e as escolas durante a pandemia de COVID-19 e que se opunham à exigência de comprovante de vacinação para acesso a bens, serviços ou lugares no município (PLs n.º 18/2021, n.º 33/2021 e n.º 30/2022).

Essas ações demonstram que, tal como a nova direita brasileira se alinha com os interesses representados pela bancada BBB — bala, boi e bíblia — durante a pandemia ela adotou pautas negacionistas, minimizando a gravidade do vírus, defendendo a reabertura de estabelecimentos e se opondo à vacinação.

Entre seus projetos mais controversos e relevantes para nossa pesquisa estão os PLs n.º 117/2022 e n.º 60/2023. O primeiro proíbe o uso de linguagem neutra nas escolas de Juiz de Fora e prevê sanções aos professores que a usarem, e o segundo estabelece o sexo biológico como o único critério para definir o gênero dos atletas em competições organizadas pelas entidades de administração do esporte na cidade.

Na reunião do dia 24 de outubro, o Conselho de Pastores de Juiz de Fora - CONPAS JF enviou uma correspondência à câmara, repudiando a ideologia de gênero. Uma nova moção de repúdio foi proposta ao colégio João XXIII, a moção n.º 384/2017 de autoria de André Mariano, Júlio Obama Jr., Sargento Mello Casal e Charles Evangelista.

O argumento central desta moção é que a apresentação desrespeitou a maioria da sociedade, especialmente os pais que confiaram à escola a responsabilidade de educar seus filhos. Eles destacam a preocupação com o público-alvo: crianças sem discernimento suficiente para avaliar e tomar posição sobre tais questões complexas. O texto de justificativa argumenta que a imposição de visões de mundo e condutas contrárias às adotadas pelos pais é arbitrária, antidemocrática e afrontosa. Citam o pluralismo de ideias, mas ressaltam que o

debate sobre temas complexos como escolhas e opções sexuais deve envolver pessoas com capacidade crítica e discernimento, excluindo crianças de 6 a 9 anos desse contexto. Ainda, caracterizam o ocorrido como uma violência, pois afirmam que ele impôs um modelo de comportamento a indivíduos incapazes de julgar ou discordar com discernimento adequado. O documento é apresentado como forma de repudiar qualquer tipo de violência, incluindo aquela de cunho psicológico, que envolve a imposição de ideias a crianças que não podem exercer livre e conscientemente sua opção e escolha (JUIZ DE FORA, 2017).

Os Vereadores Ana do Padre Frederico (PMDB), André Mariano (PSC), Charles Evangelista (PP), Delegada Sheila (PTC), João Coteca (PR), Júlio Obama Jr. (PHC), Pardal (PTC), Sargento Mello Casal (PTB) , Vagner de Oliveira (PSC) e Zé Márcio (PV) votaram a favor da Moção. Os Vereadores Betão (PT), Castelar (PT), Cido Reis (PSB), Dr. Adriano Miranda (PHS), Dr. Antônio Aguiar (PMDB), Kennedy Ribeiro (PMDB) e Marlon Siqueira (PMDB) votaram contrários à Moção. O Vereador Fiorilo (PMDB) se absteve.

Observa-se que, provavelmente, não houve uma orientação de voto clara por parte das bancadas e partidos, deixando a decisão a cargo das convicções pessoais de cada vereador. Esses vereadores poderiam ter diferentes entendimentos sobre o assunto, variando desde considerar o ocorrido um grande problema, até acreditar que a UFJF possuísse autoridade para agir dessa forma ou achar que a atitude não apresentasse problemas.

Como resultado, a moção foi aprovada com 10 votos a favor e 7 votos contra. Após a votação, confusão generalizada se instaurou na câmara novamente, entre manifestantes favoráveis e contrários à moção.

Representantes da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) propuseram a realização de um seminário em novembro para a discussão dos temas em questão, ao invés de optar pela convocação de uma audiência pública. No entanto, os vereadores não aguardaram a realização do seminário, optando por apresentar novamente a moção de repúdio e proceder com sua votação para aprovação.

Betão afirmou que os agentes públicos empenhados em aprovar a moção de repúdio não demonstravam preocupação com a quantidade de mortes de pessoas

LGBT+. Ele saudou os padres da Igreja Anglicana presentes, que se opunham à proposta da moção, e destacou que a discussão não se tratava de um debate comum, mas estava imbuída de elementos de racismo e machismo. Ressaltou ainda que essa situação explicaria a defesa do conselheiro tutelar Abraão por parte de assessores de vereadores, que havia proferido ofensas racistas contra uma estudante da UFJF, conforme mencionado anteriormente.

Na reunião do dia seguinte, 25 e 26 de outubro, foi votado em primeira e segunda discussão o projeto de Lei n.º 148/2017, de autoria de Betão, que concedeu o Título de Cidadã Benemérita de Juiz de Fora à já citada Mc Xuxu. O referido projeto foi aprovado por todos os vereadores, exceto André Mariano, Júlio Obama Jr. e Sargento Mello Casal. Betão destacou que ela era a primeira mulher trans a receber tal título na cidade. Não houve protestos e manifestações contrárias. Vale ressaltar que, tal como André Mariano, Julio também é evangélico.

4.2.3 Infância sem pornografia

O segundo projeto de lei "Infância sem Pornografia" foi apresentado por Dr. Fiorilo em janeiro de 2017. O texto é bem parecido com a versão apresentada em 2016, com a diferença de que a segunda versão inclui um parágrafo no artigo 2º que reforça o direito dos pais ou responsáveis a educar seus filhos de acordo com suas convicções religiosas e morais e delimita o papel dos órgãos públicos:

Órgãos ou servidores públicos municipais podem cooperar na formação moral das crianças e adolescentes, desde que, previamente, apresentem às famílias o material pedagógico, cartilha ou folder que pretendem apresentar ou ministrar em aula ou atividade. (JUIZ DE FORA, 2017)

Além disso, a segunda versão do projeto de lei fornece uma definição mais abrangente do que seria conteúdo obsceno, incluindo mensagens subliminares, tanto de forma escrita como oral.

Conforme mencionado anteriormente, a concepção de projetos de lei como o "Infância sem Pornografia" é atribuída a Guilherme Schelb, fundador do movimento "Cristãos pela Infância". Em Juiz de Fora, essa proposta foi adaptada e apresentada

como um projeto de lei pelo vereador José Fiorilo, médico pediatra na cidade e católico, que exerceu três mandatos consecutivos, de 2009 a 2020. Embora tenha se candidatado nas eleições de 2020, não foi reeleito. Assim como outros vereadores, ele é responsável pela proposição de projetos de lei relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos.

O Projeto de Lei n.º 140/2018, que foi transformado em lei, instituiu o Dia Municipal de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Da mesma forma, o Projeto de Lei n.º 148/2014, também convertido em lei, criou o Dia Municipal da Conscientização Contra o Aborto.

Além disso, Fiorilo foi autor do pedido de moção de repúdio n.º 357/2017 à terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que abordava a discussão de gênero e sexualidade. O pedido exigia a remoção das referências à suposta ideologia de gênero. Embora o pedido tenha sido retirado, a quarta versão da BNCC não incluiu as menções, resultado de uma mobilização nacional em torno das questões de gênero e sexualidade.

Em entrevista à TV Câmara JF (2018), disponível no YouTube, Fiorilo justifica a criação do Projeto de Lei, devido aos casos em âmbito nacional relativos a museus:

Fiorilo: Olha, essa lei surgiu a partir de alguns questionamentos de alguns pais que me procuraram para saber o que tá acontecendo no nosso país. Nós vimos aí vários museus, alguns museus, com cenas explícitas de sexo de pornografia, e colocando a criança, submetendo a criança a ver essa cena. Então a gente, preocupado, fizemos esse projeto principalmente visando que o poder executivo não contrate nenhuma empresa ou algum grupo de pessoas que possa fazer algum trabalho dentro da prefeitura que venha usar cenas pornográficas. Nós não temos no momento nenhuma queixa de funcionário público que pudesse ter agido de maneira de trazer para essas crianças cenas pornográficas, não temos nenhuma queixa, não tem nada disso não. Mas nós fizemos um projeto mais numa prevenção... [inaudível] o executivo durante a gestão desse prefeito ao contratar serviços públicos para prestar serviços para o município tem esse cuidado de obedecer à lei e não colocar nenhuma criança exposta a cenas pornográficas.

Entrevistador: Vai ter algum tipo de fiscalização nesse sentido?

Fiorilo: A lei prevê isso, prevê multa, prevê punição para o funcionário, aliás, mas essa lei já está estabelecida em leis, principalmente o ECA, não tem nenhuma novidade com relação à punição não. (Transcrição)

Entre os projetos de lei mencionados, este é o que gerou mais controvérsias, dado que sua tramitação se estendeu por quase dois anos. No dia 3 de janeiro de 2017, durante a primeira reunião ordinária do ano, o Dr. Fiorillo apresentou o projeto à Câmara Municipal e o encaminhou às comissões técnicas. Esse projeto foi proposto em um contexto de intensas discussões sobre o Plano Municipal de Educação e os debates nacionais acerca da suposta ideologia de gênero.

Na reunião de 20 de novembro, o Vereador Betão relatou que havia a expectativa de uma discussão entre o proponente e o sindicato sobre o projeto. Como esse encontro ainda não havia ocorrido, ele sugeriu que o autor solicitasse a um parlamentar que requeresse vista da matéria, adiando, assim, sua votação.

A discussão sobre o projeto se concentrou principalmente fora da Câmara Municipal. Educadores, preocupados com a ênfase atribuída ao papel do professor no projeto e, em particular, com as penalidades propostas, organizaram-se para participar ativamente das reuniões e manifestar suas preocupações.

Os manifestantes optaram por comparecer à Câmara Municipal no dia 23 de novembro de 2017. O início da sessão foi marcado pela chamada inicial dos vereadores presentes, o que gerou reações por parte dos manifestantes. Os vereadores Charles Evangelista, Ana do Padre Frederico, Dr. Fiorilo, Sgt. Mello Casal e André Mariano foram recebidos com vaias, enquanto o vereador Betão foi aplaudido. Os demais vereadores não foram objeto de manifestações.

Após a leitura dos requerimentos, alguns vereadores se inscrevem para falar na tribuna livre, e antes que Betão inicie sua fala, Dr. Fiorilo já adianta que está em curso uma versão substitutiva do projeto de lei. Essa versão não teria o artigo 6º e 7º, sendo os que dizem respeito à multa que profissionais receberiam:

Art. 6º A violação ao disposto nesta lei implicará na imposição de multa de 15% (quinze por cento) do valor do contrato ou patrocínio, e, no caso de servidor público municipal faltoso, em multa de 5% (cinco por cento) do valor de sua remuneração ao tempo do cometimento da infração, por cada ato ilícito, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal.

Art. 7º Qualquer pessoa jurídica ou física, inclusive pais e responsáveis, poderá representar à Administração Pública Municipal e ao Ministério Público, quando houver violação ao disposto nesta lei (JUIZ DE FORA, 2017).

O vereador Betão iniciou sua exposição esclarecendo a presença dos manifestantes na Câmara, informando que sua intenção era fornecer aos vereadores uma compreensão mais aprofundada do projeto de lei em discussão. Ele ressaltou que o projeto, similar a iniciativas nacionais como o "Escola Sem Partido", tinha como autor Guilherme Schelb. Betão citou críticas de Schelb à Lei Maria da Penha, publicadas em seu blog, nas quais ele afirma erroneamente que as mulheres sofrem mais violência de outras mulheres do que de homens. Além disso, Betão apontou que Schelb buscou apoio financeiro de marcas de cigarro envolvidas em escândalos para publicar seu livro. Até aquele momento, o projeto havia sido aprovado apenas em um município brasileiro. Betão argumentou que, para eliminar a pornografia na infância, seria necessário eliminar a internet, e, como isso não é viável, o projeto acabava por direcionar suas críticas aos professores.

Durante sua intervenção, Betão fez a leitura de trechos que detalham o que seria passível de punição, incluindo a exposição de gravuras de órgãos genitais. Ele ressaltou que tais figuras são comuns em livros didáticos e até mesmo em consultórios médicos, colocando os trabalhadores em uma inconsistência jurídica. Isso suscitou questões sobre como os professores poderiam abordar temas relacionados à reprodução humana sem serem considerados pornográficos. Betão também alertou que o prefeito enfrentaria dificuldades se o projeto fosse aprovado, e argumentou que este não está alinhado com o Plano Municipal de Educação, construído anteriormente por mais de 250 profissionais.

Ao final de sua exposição, Betão solicitou ao vereador Fiorilo que retirasse o projeto de lei e proporcionasse a abertura de um diálogo com o sindicato, o que gerou aplausos e manifestações de apoio por parte dos presentes.

Em seguida, o Vereador Sgt. Mello Casal solicitou a palavra e defendeu o direito dos professores de utilizarem material didático em sala de aula, desde que este estivesse conforme a legislação vigente. Ele destacou que o projeto não

impunha restrições legais ao uso de livros que abordem os órgãos genitais. O vereador definiu pornografia como "estudo da prostituição" e "coleção de gravuras e pinturas obscenas", enfatizando que o conteúdo dos livros de biologia não se enquadrava nessa definição.

O Vereador Dr. Fiorilo se manifestou afirmando que os projetos na Câmara são lapidados ao longo do tempo. Ele acusou Betão de tentar colocar a classe dos professores contra os vereadores e contra sua pessoa, argumentando que o projeto não visa professores, mas sim servidores públicos. Fiorilo tentou ler um trecho do projeto, mas foi interrompido por vaías e manifestações dos presentes.

Betão retomou a palavra, enfatizando um trecho que menciona materiais didáticos e paradidáticos, alegando que o projeto insinua que servidores estariam introduzindo material pornográfico nas escolas. Apesar da solicitação por parte do presidente da Câmara Rodrigo Mattos para que o assunto fosse discutido posteriormente, Sgt. Mello Casal retomou a palavra para se defender, enfatizando o significado da palavra pornografia e a importância de respeitar valores familiares e a moralidade na abordagem dos conteúdos em sala de aula. Afirmou também que aqueles que eram a favor da família estariam sempre alerta a essas questões, que o debate era sério e os manifestantes estariam ali para fazer baderna.

O vereador Castellar argumentou que, após a leitura do projeto, não restavam dúvidas de que ele partia do pressuposto de que pornografia estaria sendo veiculada nas escolas, sendo notável que se dirigia às práticas pedagógicas. Ele caracterizou o projeto como uma forma de assédio moral à categoria dos professores, uma vez que, mesmo na ausência de registros concretos desse tipo de prática, o projeto submeteria os docentes a uma vigilância constante. O vereador sugeriu que o sindicato fosse acionado para adotar medidas judiciais contra aqueles que promoviam tal tipo de assédio.

Foi apenas neste momento que as imagens revelaram a presença de uma jovem com uma camisa do Direita Minas Juiz de Fora, indicando que, embora em menor número, havia também manifestantes que apoiavam o projeto de lei do Dr. Fiorilo.

Enquanto o vereador Castellar abordava outros temas, os manifestantes ao fundo começaram a vaiar. O vereador Fiorilo, então, reiterou a defesa de seu projeto, citando o terceiro parágrafo do artigo 3: “A apresentação científico-biológica de informações sobre o ser humano e seu sistema reprodutivo é permitida, respeitada a idade apropriada.” (JUIZ DE FORA, 2016).

Betão mencionou que não abordou tal trecho por considerá-lo inócuo, uma vez que ele não especificava qual seria a idade apropriada. Nesse momento, a jovem ao fundo, com uma camisa do Direita Minas Juiz de Fora, começou a gritar conteúdos inaudíveis. Betão interrompeu sua fala no microfone, e uma discussão se iniciou entre eles, levando à interrupção da sessão devido à discussão generalizada.

Após esse incidente, a reunião foi retomada, e o vereador Cido solicitou vista do projeto, pedido aceito pelos demais vereadores. A discussão sobre o projeto foi retomada somente na reunião do dia 30. Na mesma reunião, representantes do sindicato utilizaram a Tribuna Livre para discutir a importância da UFJF e os ataques recentes direcionados à instituição, e os manifestantes estiveram presentes novamente.

Desta vez, foi possível observar um número maior de manifestantes com camisas de Jair Messias Bolsonaro e placas com os dizeres “Diga não à pedofilia nas escolas”, além de outras placas com as inscrições “Censura não” e “Diga não à Lei da Mordça”. Durante essa reunião, o Vereador Fiorilo apresentou um projeto substitutivo que seria enviado às comissões. Este projeto substitutivo removeu a proposta de punição em forma de multa aos servidores públicos, prevista na versão anterior.

Betão esclareceu aos manifestantes que o projeto retornaria à Câmara em 72 horas úteis. Quando o projeto foi novamente apresentado na Câmara, observou-se entre os manifestantes a presença de Roberta Lopes, diretora do Direita Minas. Ela estava segurando um livro intitulado “A Verdade Sufocada - A História que a Esquerda Não Quer que o Brasil Conheça”, de Carlos Brilhante Ustra, um torturador condenado da Ditadura Militar Brasileira. Este livro, que oferece uma visão negacionista sobre a ditadura militar, já foi recomendado por Jair Messias Bolsonaro (MAIA, 2019). Ao lado de Roberta Lopes, outras pessoas exibiam camisas com

imagens de Jair Messias Bolsonaro e placas com caricaturas de Luiz Inácio Lula da Silva e os dizeres “Lula na Prisão”.

A referida manifestante é conhecida entre os manifestantes de direita. O Movimento Direita Minas Juiz de Fora tem sua atividade na internet, concentrada no Twitter, Facebook (com dois perfis), Instagram e site (DIREITAS MINAS, 2018). Na descrição da página no Facebook, é possível encontrar a descrição: “Formado por conservadores em prol do livre mercado e contra a ditadura de opinião e a atual inversão de valores em Minas Gerais e no Brasil”. Entre as redes, o Direita Minas JF destaca-se mais no Instagram, com pouco mais de 10 mil seguidores, e no Facebook, com 20 mil seguidores. Uma das postagens mais recentes no Facebook é o registro em vídeo da chamada operação “Iscariotes”, na qual bonecos de políticos foram espalhados pelos postes da cidade. A proposta da ação é que os bonecos fossem espancados pela população. No vídeo, há a seguinte descrição:

Abandonada pelo politicamente correto, a tradição de Iscariotes é um costume católico de condenação e penitência aos traidores que causaram mal a quem deveria servir. "Eis o retrato de um miserável, supliciado por ter abandonado seu país e traído seu Senhor" Esses foram os eleitos deste ano. A próxima edição será um estouro... Até 2023 (DIREITA MINAS JF, 2022).

Observa-se que, na ação, um dos bonecos representava a atual prefeita Margarida Salomão (PT) e foi apresentado em uma pose sexualizada diante do antigo clube Sayonara, conhecido por suas atividades de striptease. Essa não é a primeira vez que a direita usa da misoginia para atacar mulheres de esquerda que ocupam cargos de liderança. Em 2015, a então presidenta Dilma Rousseff teve sua imagem reproduzida em adesivos fixados na entrada do tanque de gasolina de veículos. A montagem mostrava a presidenta em uma posição com as pernas abertas, de modo que, ao abastecer o veículo, a imagem parecia ser atravessada pela bomba de gasolina (TERRA, 2015).

O site do Direita Minas JF nos fornece mais algumas pistas sobre como o movimento se define. Princípios como a democracia e o respeito estão entre os primeiros da lista, ao mesmo tempo em que a “disseminação dos valores da direita conservadora” está entre os pontos essenciais. A foto de Jair Messias Bolsonaro ocupa posição central na página, rodeada pelas seguintes palavras-chave: Deus, família, pátria, inversão de valores, resgate e liberdade.

Roberta Lopes foi candidata à vereadora em Juiz de Fora, nas eleições de 2020, pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro e recebeu apoio direto de Eduardo Bolsonaro em *lives*, realizadas em seu Instagram (GAZETA DO POVO, 2020). Obteve 1.776 votos, mas não foi eleita. Em sua *bio* no Instagram, a jornalista se define como “Terrivelmente conservadora, armamentista, antifeminista e cristã”. Para não deixar dúvidas, sua descrição é acompanhada da *Hashtag* “FielAtéoFim”, sinalizando que diferente de outros movimentos, o Direita Minas JF continua apoiando Bolsonaro.

A reunião seguinte, no dia 01 de dezembro de 2017, ocorreu sem a presença de manifestantes, e nela o Dr. Fiorillo forneceu explicações sobre seu projeto e também sobre a presença dos manifestantes nas reuniões anteriores:

Fiorillo: Ontem nós tivemos uma manifestação aqui com relação ao meu projeto de Infância sem Pornografia. Tivemos uma manifestação favorável ao projeto, então quero dizer o seguinte, eu dei uma entrevista para eles ontem (...) mas deixei claro que eu não tenho nenhum vínculo com Bolsonaro. Ainda não tenho. Não sei. Me perguntaram se eu tenho candidato à presidência, não tenho. Não vou votar no Temer, por exemplo, que é um governo golpista (...) que está destruindo a classe trabalhadora, depois vem Aécio e companhia limitada. Então não tenho candidato. Ainda não. Então deixei claro e inclusive gravei um vídeo que pode depois ser utilizado ou a meu favor, ou contra mim. Então não tenho vínculo nenhum. Eu não pedi para ninguém comparecer aqui, eu não tenho esse hábito de fazer lobby. (transcrição)

Neste contexto, torna-se evidente que o Dr. Fiorillo não pertence aos grupos mencionados. É possível que ele proponha o projeto por genuína preocupação com as crianças, mas demonstra dificuldades em contextualizá-lo e entendê-lo como parte de uma iniciativa nacional – a mesma que motivou a presença dos manifestantes de grupos de direita no plenário naquela ocasião.

Ademais, o Dr. Fiorillo relatou que um professor o abordou questionando se, conforme o projeto de lei, ele estaria impedido de utilizar esculturas do Egito Antigo em suas aulas. Em resposta, ele afirmou que o projeto não faz menção a isso, sendo mal interpretado. Ele destacou que não é adversário dos servidores públicos, visto que também ocupa tal posição, e que de maneira alguma deseja prejudicá-los. No entanto, reconheceu a necessidade de modificar o parágrafo que prevê punições

e, por isso, realizou ajustes. Originalmente, ele se baseou no modelo proposto por Guilherme Schelb, mas fez as alterações necessárias em resposta às demandas surgidas na Câmara.

Outro ponto de extrema relevância desta reunião é a afirmação do Dr. Fiorilo de que a temática do sexo deve, de fato, ser abordado nas escolas.

Fiorilo: Quem vai proibir um material que veio do MEC? Se veio nós temos que cumprir. Mas as pessoas estão falando que nós estamos proibindo. Que agora não vai nem poder falar mais sobre sexo na escola. Tem que falar, tem que falar de útero, tem que falar de menstruação, tem que falar de doenças infectocontagiosas, a prevenção contra Aids, contra sífilis. Tem que falar que o menino tem testículo, tem pênis, que a mulher tem trompa, que tem ovário. Que tem que ter relação sexual, normal. A partir do momento que a criança tem entendimento. Não adianta falar para uma criança de dois anos, ela não vai entender (...). Não tem impedimento nisso. Quem vai proibir falar sobre ciência na escola? Não é essa nossa proposta. Isso tem que ser dito, isso tem que ser falado. E tem que ser dito que menino é menino e menina é menina. (...) Adiantando aqui, para o pessoal de casa saber disso, eu estou aqui e eu sou contra a ideologia de gênero. Não tem no momento nenhuma possibilidade de votar a favor disso. Estou com a doutora Sheila que está com um trabalho ótimo contra a pedofilia. Eu como médico legista e pediatra levantei essa bandeira muitas vezes (...) fazia o laudo o mais rápido possível para punir o pedófilo (...) mas eu sou a favor da família também. Não tenho nada contra a outra família, mas não tenho que aplaudir (...). (transcrição)

Apesar de adotar uma abordagem biologicista em relação à educação sexual, Dr. Fiorilo demonstra preocupação com a questão da prevenção e reconhece sua importância. Contudo, ele se posiciona contrariamente ao conceito de "ideologia de gênero", reafirmando que o sexo biológico é o fator determinante do gênero de uma pessoa.

Por fim, declarou que elaborou o projeto com as melhores intenções e permanecia aberto a modificações, como já havia realizado anteriormente. Sua postura foi elogiada por Charles Evangelista, e Fiorilo ressaltou que o objetivo central do projeto é a proteção das crianças

Ana Rossignoli elogiou e parabenizou o vereador, expressando que, em conjunto com outros vereadores, sugeriu que o mencionado parlamentar realizasse as devidas alterações a fim de assegurar que o professor não fosse penalizado e não enfrentasse situações adversas em sala de aula. Além disso, salientou que os

professores possuem a responsabilidade de transmitir e ensinar conteúdos conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), seguindo os temas e eixos temáticos estabelecidos para abordagem nas escolas. André Mariano também expressou elogios, solicitando à população que se informasse sobre o projeto e que não se deixasse influenciar por supostas interpretações distorcidas.

Betão afirmou que as intenções não tinham relevância em uma casa legislativa, destacando que as reações estavam relacionadas ao conteúdo do projeto até o dia anterior, o qual previa penalizações aos servidores públicos. Ana concordou com Betão, declarando que não poderia apoiar um projeto que punisse professores, pois isso colocaria seu próprio trabalho como educadora sujeito a penalidades. No entanto, observou que o projeto substituto era conciso e estava consoante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

O projeto de lei permaneceu em tramitação até que, em fevereiro, o tema voltou à pauta na Câmara. No início da sessão de 22 de fevereiro de 2018, a Câmara encontrava-se ocupada por manifestantes. Três bandeiras foram dispostas sobre a divisória que separava os manifestantes dos vereadores: a bandeira do Brasil, a bandeira do movimento Direita Minas Juiz de Fora e a bandeira do Direita JF - Movimento por Juiz de Fora. Diferentemente de outras sessões, nas quais as placas dos manifestantes contrários ao projeto de lei eram mais evidentes, nessa ocasião as placas dos manifestantes favoráveis obtiveram maior destaque. Os membros do movimento "Direita JF" estavam uniformizados com camisetas pretas exibindo o logotipo do movimento. Além disso, representantes do sindicato dos professores também se faziam presentes.

Sobre o "Direita JF", de nome e descrição parecidos com o "Direita Minas Juiz de Fora", o referido movimento mantinha em comum o apoio a Jair Bolsonaro. Este movimento também tem participação ativa nas redes sociais, com expressão maior no Instagram – 20,1 mil seguidores em 2020, número que diminuiu para 18 mil em 2022.

No Facebook, existem dois perfis que levam o mesmo nome e se diferenciam em pontos cruciais que podem sugerir uma divisão no grupo. O primeiro, com 8 mil seguidores, parece sugerir que o movimento apoiava em 2022 a candidatura de

Sérgio Moro. Em uma postagem de 02 de fevereiro de 2022, é possível ver uma imagem de Bolsonaro com a mensagem: “Esse sociopata traiu o Brasil. É nosso dever esmagá-lo”. As últimas publicações no Facebook, entretanto, datam de abril. O segundo perfil, intitulado “Direita JF 2”, com pouco mais de mil seguidores, mantém uma linha editorial semelhante ao perfil no Instagram, destacando o apoio a Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2022, além de reproduzir postagens com declarações da Delegada Sheila e de Charles Evangelista, ambos deputados e ex-vereadores de Juiz de Fora no segundo período legislativo analisado nesta pesquisa. No que tange às lideranças do movimento, sua diretoria está centralizada na figura de Deusemar de Souza Lima, administrador e figura notória nas sessões da Câmara Municipal que abordam os temas de interesse desta investigação.

Na reunião em questão, a presença da médica Dra. Tânia Mara Pimentel Gomes atraiu a atenção dos manifestantes. Não ficou claro se sua participação se dava na condição de membro ou apenas como representante da AMIR — Associação dos Militares da Reserva, Remunerados, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas. A Dra. Tânia utilizou a Tribuna Livre para proferir uma palestra intitulada “Educação, Contexto Legal e Saúde”. Iniciando sua intervenção, Tânia elogiou e expressou admiração pela profissão docente, solicitando aplausos para o vereador Betão e seu projeto de lei que abordava a proteção de docentes contra agressões, agindo de maneira a prevenir e apaziguar possíveis discordâncias. Posteriormente, ela revelou sua real intenção: a dermatologista utilizou a tribuna livre para explicar para o público presente o que era ideologia de gênero.

Durante sua exposição, a Dra. Tânia mencionou um suposto pensamento de filósofos — cujos nomes não especificou — de que o ser humano não nasce homem ou mulher, mas que essas identidades seriam construções sociais. Ao observar a reação da plateia, ela riu, adotando um tom de desdém em relação à ideia apresentada. Justificou seu aprofundamento no tema afirmando que, para criticar algo, é necessário compreendê-lo, embora tenha se corrigido ao afirmar que não buscava censurar, mas sim debater a ideologia de gênero.

A médica sustentou que, independentemente da posição dos defensores da ideologia de gênero, os bebês nascem biologicamente homens ou mulheres, com suas características definidas intraútero. Ela destacou que os estímulos

cromossômicos determinam não apenas o sexo biológico, mas também a anatomia e até as funções sociais. Reivindicando autoridade no assunto devido à sua formação na área da saúde, a Dra. Tânia admitiu, no entanto, ter estudado o tema por apenas dois dias. Além disso, mencionou experimentos científicos que, segundo ela, indicam que as crianças escolhem espontaneamente brinquedos relacionados ao seu gênero, sem qualquer indução.

Utilizando a Noruega como exemplo, a oradora afirmou que este foi o país que mais promoveu a implementação da ideologia de gênero. No entanto, após um período de 15 anos, uma pesquisa — cuja fonte ou instituto não foi mencionada — revelou que 90% dos profissionais de enfermagem ainda eram mulheres, em contraste com aproximadamente 10% de engenheiras em uma montadora de automóveis. Para a oradora, esse cenário indicaria uma tendência, sugerindo que as mulheres teriam uma inclinação natural para profissões que demandam delicadeza e possuiriam uma predisposição maternal. Nesse ponto, contudo, a palestrante foi interrompida por manifestantes.

Após ser interrompida, Tânia continuou sua fala afirmando que não se considerava feminista, enfatizando que conquistou tudo sozinha, sem depender de cotas. Abordou a diferença física entre homens e mulheres, alegando ser um fato científico, e definiu finalmente o que é a ideologia de gênero: não haver diferenças entre homens e mulheres. Segundo ela, isso seria ignorar as diferenças naturais entre os sexos.

A oradora diferenciou ideologia de gênero de orientação sexual, destacando que a última diz respeito à preferência afetiva e sexual individual, enquanto a ideologia de gênero propõe que o sexo possa ser alterado ou escolhido conforme a vontade individual. De forma jocosa, afirmou que, segundo a suposta teoria filosófica da ideologia de gênero, alguém poderia ser pela manhã homem, pela tarde mulher e pela noite um animal ou uma ameba, afirmando novamente embasamento para dar essas declarações.

Neste contexto, além de proferir um discurso de caráter antifeminista e pautado em uma visão biologizante, a médica recorre também ao conceito de meritocracia. Ela articula uma argumentação que sugere uma naturalização das

diferenças de gênero, associando-as a uma suposta predisposição biológica para determinadas funções sociais, ao mesmo tempo em que sustenta a ideia de que o mérito individual é o fator determinante para o sucesso ou fracasso nas diversas esferas profissionais, usando única e exclusivamente sua experiência individual como evidência.

Nesse momento, uma participante passou a se manifestar em tom elevado, expressando oposição à palestrante. Foi necessário utilizar um recurso online gratuito para amplificar o volume do áudio e tentar compreender o conteúdo da intervenção. Embora não tenha sido possível captar integralmente o discurso, a participante identificou-se como pessoa transexual. Nesse instante, simpatizantes da palestrante iniciaram vaias contra a manifestante. Em resposta, a manifestante levantou-se e tentou replicar, dirigindo-se tanto aos apoiadores da palestrante, identificados com a direita política, quanto aos vereadores presentes. No entanto, devido à multiplicidade de vozes no plenário, mesmo com o aumento do volume, não foi possível discernir claramente suas palavras.

Observou-se que essa mulher estava localizada na fileira da frente, justamente ao lado dos manifestantes dos grupos de direita. Ao fundo da plateia, outros manifestantes começaram a proferir slogans como "Não vou me calar, Escola Sem Partido é ditadura militar" e "Recua, recua, é o poder popular que está na rua". O presidente da Câmara solicitou à manifestante que permitisse à palestrante continuar sua exposição. Em resposta, a manifestante declarou de forma enfática que não acataria o pedido. Enquanto esses eventos transcorriam, um manifestante do grupo "Direita JF" abraçou o vereador Sgt. Mello Casal, e outros começaram a dialogar com ele. A reunião teve que ser interrompida, retomando apenas 18 minutos depois, dessa vez com a presença da polícia militar.

Enquanto o Dr. Fiorilo, autor do Projeto de Lei Infância sem Pornografia, declara não ter convocado os manifestantes e nem os conhecer, Sgt. Melo Casal não disfarça suas conexões com os participantes do protesto.

A palestrante retomou sua exposição, esclarecendo que seu discurso não era político e sim científico. Contudo, foi interrompida por gritos no plenário que a acusavam de mentirosa. Diante desse cenário, considerou desistir, mas Sgt. Mello

Casal interveio e a encorajou a continuar. Ela retomou sua fala, destacando que crianças pequenas estavam sendo utilizadas como cobaias. Ressaltou que a pesquisa científica demanda um protocolo rigoroso, o qual, segundo ela, não estava sendo seguido nesse contexto. Apontou que a exposição de crianças pequenas à mídia, filmes e novelas que contenham pessoas transexuais pode acarretar sérias repercussões, incluindo insegurança, problemas emocionais, risco de suicídio e propensão ao uso de drogas. Novamente, sem citar qualquer fonte para tais informações.

Ela foi interrompida novamente pelos tumultos no plenário e decidiu finalizar sua exposição. Expressou seu pesar pela alegada intransigência da classe dos professores e solicitou uma escolta da polícia militar para ela e sua família. Afirmou ser republicana, contrastando com o termo "ditadores" atribuído aos manifestantes. Declarou já possuir conhecimento sobre o assunto e indicou que os demais ficariam sem informações.

Rodrigo Mattos emitiu um pedido de desculpas e afirmou que medidas seriam tomadas em relação à pessoa que impediu Tânia de se expressar. Diante dos gritos, André Mariano lamentou a situação, classificando-a como desmoralizante. Outros vereadores tentaram se manifestar, porém, o presidente da câmara encerrou a reunião sem permitir posteriores falas.

Ao longo de seu discurso, a Dra. Tânia omite referências específicas a fontes ou ao instituto responsável pelas pesquisas científicas mencionadas. Uma investigação rápida na internet sobre os dados apresentados por ela em relação à Noruega revela informações idênticas no site do Padre Paulo Ricardo (PADRE PAULO RICARDO, 2017). Dra. Tânia, valendo-se de sua credencial médica, busca conferir credibilidade a suas declarações sobre o tema, contudo, mesmo do ponto de vista biológico, suas afirmações carecem de precisão. A assertiva de que o determinismo biológico é uma verdade universal, definindo o sexo pelo órgão genital, contrapõe-se às evidências científicas contemporâneas, que possibilitam, inclusive, cirurgias de redesignação sexual. Adicionalmente, é um fato que há pessoas que, sem qualquer intervenção cirúrgica, podem nascer com dois órgãos sexuais, agora denominadas intersexuais em vez do antigo termo hermafrodita. O debate aqui não versa sobre juízos de valor, mas sim sobre o que é observável na

realidade presente. Desconsiderar tais fatos é criar uma narrativa não fundamentada.

Não abordaremos a discussão sobre os aspectos sociais da construção de gênero neste momento. Disciplinas como sociologia e antropologia têm se dedicado há muito tempo ao estudo de comportamentos e socialização, e aqui nos ateremos a apenas um exemplo: Margaret Mead, em 1935, já investigava as relações entre sexo e cultura, e percebeu que esses variavam consideravelmente em três sociedades distintas. Noções do que é ser homem ou ser mulher não são verdades inatas, pois os papéis relativos a cada gênero são socialmente construídos. Durante os dois breves dias em que a Dra. Tânia, dermatologista, dedicou ao estudo do tema, ela aparentemente não teve acesso a esses dados.

Na reunião subsequente, realizada em 23 de fevereiro, os vereadores interessados em se pronunciar sobre o ocorrido foram aconselhados pelo presidente da câmara a abster-se, uma vez que o debate seria conduzido na próxima sessão. Durante a referida reunião, em 26 de fevereiro, Betão expressou o desejo de que a palestrante tivesse continuado sua exposição e lamentou que ela não o tenha feito. Além disso, acusou a AMIR de contornar as normas da câmara ao propor um tema para discussão e abordar outro. Betão ressaltou que o debate sobre ideologia de gênero está em curso na câmara há cinco anos, desde a chegada de André Mariano, que é pastor. Ele reafirmou que sua posição permanecia inalterada: a ideologia de gênero seria uma falácia. Destacou que o verdadeiro foco é a discussão de gênero, visando garantir igualdade de direitos entre homens e mulheres, bem como considerar a população LGBT+, representada em diversos segmentos.

Betão observou que a discussão se tornou uma histeria coletiva, não limitada a Juiz de Fora, mas de escopo nacional. Ele compartilhou seu desconforto com as declarações da palestrante, mencionando que até mesmo ele se sentiu incomodado, compreendendo, portanto, a atitude da manifestante em interrompê-la. Para Betão, aquilo não constituía um debate, mas sim uma tribuna livre, na qual a oradora teria 20 minutos para falar sozinha, ressaltando a importância de se ter cuidado com as palavras proferidas. Adicionalmente, informou que a palestrante havia criticado o presidente da câmara nas redes sociais por não retirar a manifestante à força da

câmara. Betão ponderou que tal abordagem teria gerado repercussões ainda mais adversas.

Ele tomou conhecimento, por meio das redes sociais, de que a Tânia havia adotado uma postura cínica em relação a ele: no início de sua exposição, ela aplaudiu Betão, mas em sua publicação nas redes sociais, alegou que isso havia sido combinado entre seus pares. Nos comentários dessa postagem, uma pessoa sugeriu que o vereador merecia receber um soco no rosto.

Sgt. Melo Casal expressou a opinião de que a manifestante não deveria gritar. O vereador Castellar também se pronunciou sobre o incidente, mencionando ter visto uma publicação do grupo "Direita Minas" informando que eles se encontram regularmente aos domingos em um shopping da cidade, e que a Dra. Tania estava presente entre eles. Além disso, afirmou ter notado a presença de um policial à paisana armado entre os manifestantes, considerando isso intimidante e algo que não deveria ser permitido em um ambiente de debates.

Houve discordância entre os vereadores. Todos concordaram que a Dra. Tania deveria ter garantido o seu direito à fala, mas apenas Betão e Castellar concordaram que ela foi desrespeitosa com as pessoas transexuais, especialmente ao afirmar que uma pessoa trans pode escolher ser um animal ou uma ameoba à noite. André Mariano afirmou que o único partido de esquerda ali seria o PT, indicando que, evidentemente, eles não concordaram. Ademais, esclareceu que não se alinha nem à direita, nem ao centro, afirmando estar em oração para definir sua posição política.

André Mariano, em defesa de Dra. Tania, leu seu post nas redes sociais:

Não foi possível continuar. E tudo isso sob o olhar complacente do Presidente da Câmara, o vereador Rodrigo Mattos e de vários outros vereadores. Que fique claro que meu discurso não foi político, mas mesmo que fosse, estaria no meu direito, na minha hora concedida oficialmente de falar. Mas as minhas intenções de verdade era de apresentar referências e artigos médicos, posicionamento de órgãos representativos, da medicina, opiniões de profissionais renomados sobre o assunto e alerta sobre o risco disso ao ser aplicado na vida das nossas crianças. Me calaram, meu direito de falar foi retirado após semanas aguardando, data agendada, horas de dedicação e estudo sobre o assunto, prejuízo do meu trabalho e da minha vida familiar. Confesso que estou impactada com tamanha agressividade

gratuita e que mais grave, praticada pela mesma esquerda que critica ditadura e diz lutar pela justiça e igualdade de todos. Fizeram uma demonstração de radicalismo, intolerância e ódio gratuito. Chego a pensar que esquerdismo é doença e é incurável (transcrição).

Charles Evangelista afirmou que era contrário à ideologia de gênero, esclarecendo que não tinha objeções em relação à homossexuais ou transexuais. Sua preocupação, segundo ele, estava relacionada à preservação das crianças.

Embora essas duas reuniões não tenham abordado diretamente o projeto de lei proposto pelo Dr. Fiorilo, elas foram fundamentais para revelar a concepção que os participantes mantinham sobre a ideologia de gênero. Ficou claro que, para os vereadores, a ideologia de gênero era percebida como uma forma de doutrinação voltada para influenciar crianças, visando à alteração de sua identidade de gênero ou ao incentivo à mudança de sexo. Essa visão foi amplamente discutida e reforçada durante as sessões, contribuindo para o entendimento de que, no contexto dessas deliberações, a ideologia de gênero era considerada uma ameaça à formação das crianças, justificando, assim, as posições adotadas pelos edis em relação ao tema.

Em 21 de março, o projeto retornou à pauta da Câmara Municipal. No plenário, encontravam-se novamente os membros do Direita JF, ostentando suas bandeiras e camisas. Além deles, representantes do sindicato e do sindicato dos professores também estavam presentes, embora não portassem identificações visíveis.

Após abordar temas relacionados à segurança pública, o vereador Betão expressou sua indignação devido ao pedido de inclusão do projeto na pauta ter sido feito às pressas na noite anterior. Ele argumentou que esse procedimento não deveria ter sido adotado, considerando especialmente a natureza polêmica do projeto, que sugeria que servidores públicos de Juiz de Fora poderiam estar envolvidos em pornografia infantil. Betão reiterou sua posição, já exposta em encontros anteriores, e, como nas reuniões prévias, o plenário reagiu com aplausos e vaias conforme as pessoas a favor ou contra se manifestavam.

Os ânimos se exaltaram, e Fiorilo demonstrou irritação diante dos questionamentos de Betão, indagando por que ele seria a favor da pornografia na infância. A discussão naquela noite girou em torno do termo "gravura", que foi removido na segunda versão do projeto de lei, pois poderia incluir imagens de órgãos genitais. Mariano e Dr. Fiorilo acusaram o PT, representado por Betão, de distorcer o projeto.

A sessão converteu-se em uma confusão generalizada, com vereadores trocando gritos e apontando dedos, enquanto a plateia reagia. O vereador Charles argumentou que o projeto não alegava a presença de pornografia nas escolas, mas visava prevenir tal ocorrência. Ele declarou também que "os filhos são do pai e da mãe, e não desses esquerdopatas que querem dominar do jeito que eles acham que têm que fazer" (transcrição). Ao mesmo tempo, outros vereadores afirmaram que situações semelhantes estavam ocorrendo em outras cidades.

Castelar novamente alertou que o projeto era inócuo, pois não apresentava inovações, apenas repetindo legislações já existentes. Ele argumentou que esse projeto de lei era oportunista, alinhando-se à onda conservadora.

O vereador Vagner de Oliveira admitiu não ter estudado o projeto e, portanto, fez o pedido de vista do mesmo. No entanto, o pedido de vista foi rejeitado por 10 votos. Em solidariedade ao colega, o vereador Antônio Aguiar retirou-se da votação. Charles ficou exaltado, enquanto o vereador Pardal, membro do mesmo partido de Dr. Fiorilo, pediu o adiamento da votação. A bancada do PT, composta por Betão e Castellar, também retirou-se.

Charles afirmou que, caso a votação não ocorresse naquele dia, o tumulto se intensificaria ainda mais. Essa previsão mostrou-se correta, pois a controvérsia em torno do projeto se prolongou por mais um mês. No entanto, quando finalmente colocado em votação, o projeto substitutivo foi aprovado por unanimidade por todos os presentes. Atendendo ao pedido do vereador Betão, o Dr. Fiorillo decidiu retirar temporariamente o projeto para que ele pudesse ser submetido à votação em segunda discussão após o período da Semana Santa.

Na reunião subsequente, o Fiorilo esclareceu que não abandonou o projeto, mas sim adiou sua votação. Aproveitou o momento para analisar detalhadamente o

projeto e, enquanto comentava, exibiu um livro intitulado "Primeiras emoções amorosas: falando de sexo - 10 a 13 anos", mencionando que seus filhos haviam utilizado esse livro. Ele afirmou que não há problema em ter material didático que aborde tais temas, desde que seja feito de maneira apropriada. Betão o questionou, apontando a existência de materiais mais recentes, uma vez que o livro datava da década de 50. Em resposta, o vereador ironizou, afirmando que a anatomia corporal não muda.

O vereador Betão enfatizou que, no dia anterior à votação, as portas foram fechadas. Ao perceber isso, solicitou imediatamente que fossem abertas. Ele levantou a questão sobre quem ordenou o fechamento das portas, insinuando que tentaram aprovar o projeto às pressas, evitando grandes manifestações. No entanto, Rodrigo Mattos justificou que foi um erro de comunicação com a empresa terceirizada de segurança. O funcionário, ainda inexperiente, acabou fechando todas as portas, temendo protestos e não ciente de que tal ato era ilegal.

Em 26 de março, o vereador Fiorilo optou por realizar uma apresentação em PowerPoint para explicar seu projeto de lei. Ele procedeu à leitura de cada artigo, esclarecendo que a definição de pornografia seguiria os parâmetros estabelecidos pela legislação vigente, e que as penalidades aplicáveis seriam aquelas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Argumentou que o ensino sobre esculturas, fotografias e pinturas antigas não deveria ser considerado pornografia, citando exemplos como esculturas gregas e romanas presentes em renomados museus, como o Louvre. Ressaltou que essas obras são parte da cultura e história humanas, merecendo ser ensinadas às crianças. Também defendeu que o ensino sobre reprodução humana, incluindo o sistema reprodutor masculino e feminino, deveria ocorrer em sala de aula, mencionando esculturas antigas representando órgãos genitais e fotografias que mostram o desenvolvimento físico de homens e mulheres. Argumentou que esse conhecimento científico é essencial para compreender a reprodução e o desenvolvimento humano.

Em 17 de abril, a data designada para a votação, o projeto de lei "Infância sem Pornografia" foi submetido à segunda discussão. Mais uma vez, a câmara estava repleta de manifestantes. A argumentação repetiu-se: os opositores defendiam que o projeto constituía uma provocação aos diversos servidores

públicos, além de ser inócuo, pois em qualquer contexto pornografia já se configurava como crime, existindo leis específicas para tal.

No mesmo dia, também estava em votação um projeto de autoria do Sgt. Mello Casal, que proibia a entrada de megafones e faixas apoiadas por madeiras na Câmara Municipal de Juiz de Fora. Simultaneamente, estava em andamento a votação do projeto de lei de Castellar, que visava proibir a entrada de armas. Betão sugeriu a união dos dois projetos, no entanto, Sargento Mello Casal afirmou que existe uma legislação federal que autoriza o porte de armas por militares. Em seu discurso, classificou como "balela" as alegações sobre a presença de manifestantes de direita armados durante as sessões. Ele também rejeitou a sugestão de unificar os projetos de lei, mantendo sua posição contrária à ideia. Durante sua fala, Mello Casal declarou que "quem tem medo da polícia é bandido", e acusou uma manifestante de ter utilizado um megafone de forma agressiva, direcionando-o contra uma senhora idosa em uma reunião anterior. A manifestante mencionada era Laiz Perrut. Após essas acusações, a sessão rapidamente se transformou em uma acalorada discussão, com manifestantes de direita gritando em direção a Laiz, enquanto esta debatia de forma enérgica com o Sargento Mello Casal. O ambiente se deteriorou em um confronto verbal generalizado, destacando a tensão existente entre os diferentes grupos presentes.

O Sargento Mello Casal declarou que, historicamente, apenas uma única voz predominava nas discussões da câmara, mas que agora, com a crescente participação da direita, havia uma disputa acirrada para determinar quem conseguiria se sobressair. No entanto, o vereador Betão prontamente rebateu essa afirmação, argumentando que esses embates e divergências de opinião sempre fizeram parte das dinâmicas da câmara, embora Mello Casal seja novo em tal ambiente. Betão também sublinhou a gravidade das acusações feitas contra Laiz, destacando a importância de tratar o assunto com a devida seriedade. Nesse ponto, visivelmente contrariado e irritado com o desenrolar dos acontecimentos, o Sargento Mello Casal decidiu se retirar da sessão, encerrando sua participação de forma abrupta.

O vereador Castellar solicitou a palavra e, durante sua intervenção, acusou um manifestante que vestia uma camisa do movimento Direita JF de tê-lo ameaçado de

agressão dentro do recinto. Essa acusação desencadeou uma nova confusão generalizada, resultando na suspensão da sessão por 20 minutos. Posteriormente, o Sargento Mello Casal saiu em defesa do manifestante, alegando que o indivíduo, na verdade, teria dito: "Esse aí é o vereador que tomou uns tapas na rua?" (transcrição).

Quando a reunião foi retomada, Castelar solicitou que a mesa diretora tomasse providências em relação à ameaça, visando garantir a integridade física dos vereadores. Minutos depois, foi possível observar o manifestante que ameaçou o vereador conversando com Mello Casal.

A votação do projeto de Lei "Infância Sem Pornografia" foi adiada para o final da reunião e, ao ser realizada, foi aprovada em segunda discussão. Todos os vereadores votaram a favor, com exceção de Castellar e Betão. Após a votação, manifestantes comemoraram e se retiraram, antes que a sessão fosse encerrada. No dia seguinte, o projeto foi aprovado em terceira discussão, novamente apenas com o declínio de Betão e Castelar.

Apesar disso, o projeto de lei foi parcialmente vetado pelo prefeito Antônio Almas. Nas razões do veto, consta a inconstitucionalidade dos artigos 2º e 5º, devido a vícios de iniciativa. É responsabilidade da União tecer sobre as diretrizes nacionais da educação, e não dos municípios. O artigo 2º, ao atribuir à família a educação conforme suas convicções, também comprometeria a equidade no ensino, já que não seria viável estabelecer critérios universais na grade curricular do sistema de ensino, considerando que cada aluno deveria ajustar o currículo conforme as ideologias de seus pais e responsáveis. A referência às penalidades do Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo 5º caracterizaria uma inconstitucionalidade integral, uma vez que aborda uma temática penal de competência exclusiva da União. Além disso, o documento cita também que o mesmo projeto foi vetado em outros locais, como a prefeitura de Ribeirão Preto (JUIZ DE FORA, 2018).

Apesar das justificativas apresentadas, o veto foi derrubado em 16 de junho de 2018, com a oposição novamente limitada aos vereadores Betão e Castelar. O proponente do projeto de lei, por sua vez, não se dedicou a contrapor as razões do veto, limitando-se a ignorá-lo e promover sua revogação. Nessa reunião, o plenário

estava esvaziado, se comparado a outras reuniões. O projeto foi transformado na Lei Municipal n.º 13.706 de 2018.

Após a eleição de Bolsonaro, o tema parece ter entrado em esquecimento, como já citado aqui. No começo da redação da presente pesquisa, pensava-se que o tema estava adormecido. Mas assistimos em 2021 a novas tensões surgirem. A Câmara de Vereadores de Juiz de Fora, agora com outros vereadores, retomou a pauta, disfarçando-a de proteção e liberdade. Em julho de 2021, o vereador Sargento Mello Casal propôs o Projeto de Lei n.º 117/2021, que “garante aos estudantes do município de Juiz de Fora o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino na forma que menciona” (JUIZ DE FORA, 2021). Não tão evidente no corpo do projeto, o PL visa, na verdade, punir professores que usarem a linguagem neutra. Em uma das versões, o PL previa inclusive multa a professores que descumprissem a regra - o que não é novidade, considerando que o PL n.º 01/2017, já citado aqui, previra o mesmo. Assim como nos anos anteriores, esse projeto de lei não é exclusividade de Juiz de Fora, mas é tendência em várias outras cidades. Há informações de envio do mesmo projeto em Registro-SP e no Distrito Federal. Com isso, percebemos que, novamente, a pauta de gênero e sexualidade está presente nos debates juiz-foranos. Ela é, novamente, a escolhida da vez.

4.3 ENTRE DIREITAS E “SEM PARTIDOS”: QUEM SÃO OS AGENTES QUE CERCEARAM A DISCUSSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM JUIZ DE FORA?

Conforme antecipado, constata-se que esse movimento não se caracteriza por uma ação uniforme pautada por um consenso unívoco ou liderança centralizada. Nesse contexto, discorre-se sobre ideias que foram disseminadas ao longo de vários anos em todo o território brasileiro.

Em Juiz de Fora, identificam-se determinados elementos que unem esses agentes: em primeiro lugar, a assertiva de que está em curso uma suposta ideologia de gênero. Importa destacar que, neste contexto, para os referidos agentes, o termo "ideologia de gênero" abarca uma variedade de significados, incluindo a busca pela

igualdade física e social absoluta entre homens e mulheres, bem como a percepção da doutrinação de crianças em relação à possibilidade de mudança de sexo.

Outro ponto de convergência é o sentimento antipetista, manifestado nas declarações de diversos vereadores e na oposição à bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na câmara, notadamente representada pelos vereadores Betão e Castelar.

Além disso, destaca-se a notável ênfase na preocupação excessiva com questões relacionadas às crianças, evidenciada como uma temática recorrente nesse movimento. A associação estreita com setores religiosos também figura como um elemento de coesão entre esses atores.

Por último, a utilização frequente de termos como "moral" e "família" constitui um apelo retórico recorrente nesse conjunto de ideias, denotando a importância atribuída a valores éticos e familiares como parte integrante da plataforma desses agentes.

Cada vereador, por sua natureza eletiva, encontra-se intrinsecamente vinculado a uma expectativa externa, uma vez que são eleitos para representar os interesses e perspectivas da população. No âmbito desse panorama, é notável a diversidade de orientações e filiações que cada representante legislativo carrega consigo.

Ana do Padre Frederico, por exemplo, emerge como a representante do setor mais conservador da Igreja Católica, ainda que mantenha afinidades com o segmento docente. Sua atuação reflete, portanto, a conjunção de valores e princípios advindos dessas esferas de influência.

O vereador Dr. Fiorilo, por sua vez, fundamenta sua representação na classe médica, mas sua ligação com os setores católicos da cidade é inegável. Sua perspectiva transcende questões meramente biológicas, abraçando, sobretudo, fundamentos morais que moldam seu posicionamento.

André Mariano, ao representar o setor mais conservador da Igreja Evangélica, encontra apoio significativo entre seus eleitores, os quais são fiéis à sua igreja. Sua atuação reflete a interseção entre crenças religiosas e posicionamentos políticos

Por outro lado, Sgt. Mello Casal e Charles Evangelista destacam-se como figuras que aparentam se distanciar do padrão convencional. Representam a ala da direita mais radical, aderindo à vertente bolsonarista. Este grupo é conhecido por sua defesa do porte de armas, falta de parcimônia na política e abordagem pragmática, caracterizada por uma inclinação ao "aprender fazendo". Esta é a direita que se manifesta com gestos simbólicos, como o gesto conhecido como "arminha", utilizando o cenário político como espaço para expressar discordâncias via linguagem muitas vezes ofensiva, evidenciando uma postura desafiadora e confrontadora em relação aos opositores políticos, que não raramente são colocados como inimigos e não adversários políticos.

Sgt. Mello Casal, em particular, destaca-se por sua associação às forças militares, inclusive portando armas em determinadas circunstâncias, representando uma ala que gradualmente se infiltrou no cenário político. Este é o mesmo grupo que mobiliza manifestantes para a Câmara, mantendo relações explícitas com eles.

Betão exerce seu mandato em resposta aos anseios da classe docente, em sintonia com os interesses sindicais e sob uma abordagem política conciliatória, onde percebe a Câmara como um espaço propício para o intercâmbio de ideias. Similarmente, Castelar, embora não tenha participado tão ativamente das discussões sobre gênero e sexualidade, alinha suas ações conforme as diretrizes de sua bancada.

Contudo, causa surpresa a completa ou quase completa inércia de alguns vereadores diante dessas temáticas. A maioria se absteve de se manifestar sobre tais discussões, sendo que a Câmara conta com a representação de mais dois profissionais da área médica. Questiona-se a ausência destes legisladores em contribuir, mesmo que sob a perspectiva estritamente biológica, nas discussões sobre educação sexual. Será que tal omissão se deve ao receio de que esse tópico possa gerar controvérsias? Há temor em relação às possíveis reações? Ou talvez evitam adentrar em debates acalorados? Essas perguntas instigam a reflexão sobre os motivos subjacentes à postura de certos vereadores em face de questões tão relevantes para a sociedade e, mais especificamente, para a educação.

Muitos dos vereadores foram eleitos pelas classes populares, e poderiam demonstrar preocupação com a educação sexual das classes mais baixas, mas não o fazem. Essa preocupação não se configura como prioridade, uma vez que questões como habitação, educação e segurança frequentemente se destacam como tópicos considerados "mais relevantes", e, portanto, suficientes para garantir a dignidade humana. Embora estejam empenhados em enfrentar desafios como a pedofilia e a exploração sexual, esses representantes não estabelecem uma conexão clara entre os temas discutidos e essas responsabilidades específicas.

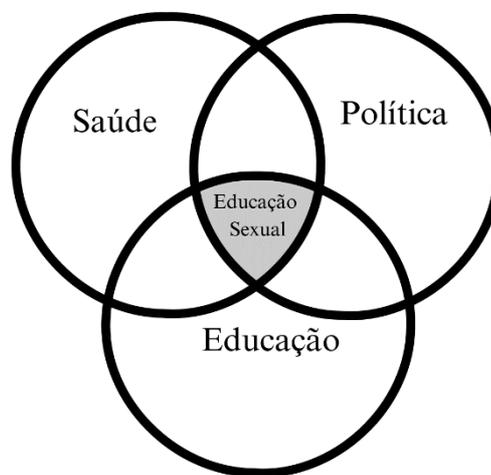
Além dos membros vinculados à Câmara Municipal de Juiz de Fora, há indivíduos que se destacaram durante as plenárias, expressando tanto apoio quanto oposição aos projetos de lei em discussão. Os grupos de orientação política de direita que emergiram tentaram conquistar representatividade nas eleições municipais de 2020, mas não obtiveram êxito. Como mencionado anteriormente, esse foi o caso de Roberta Lopes, diretora do Direita Minas Juiz de Fora.

Na outra margem, Laiz Perrut conquistou o cargo de vereadora em Juiz de Fora pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2020. Nesse mesmo ano, o PT foi a legenda que mais obteve sucesso na eleição de vereadores na cidade, contando não apenas com Laiz, mas também com Cida e Juraci Scheffer como representantes eleitos, além de Margarida Salomão, a primeira prefeita a governar Juiz de Fora. Adicionalmente, a composição da Câmara Municipal foi enriquecida com a presença de quatro mulheres, incluindo as mencionadas anteriormente, e acrescentando Tallia Sobral (PSOL) e Kátia Franco (PSC).

Durante as sessões plenárias, Laiz emergia como uma fervorosa defensora dos direitos das mulheres, posicionando-se de maneira contrária aos projetos de lei que procuravam impor censura à educação em Juiz de Fora. Em diversos embates com Mello Casal, ocorridos enquanto ela ainda era uma cidadã comum, Laiz demonstrava suas convicções. Hoje, no papel de vereadora eleita de Juiz de Fora, ela confronta Mello Casal em pé de igualdade, contrapondo-se a mais uma iniciativa legislativa por parte do vereador reeleito. Neste caso, trata-se do Projeto de Lei n.º 117/2021, que focaliza a proibição da "Linguagem Neutra".

Considerando o conceito de “Campo” de Pierre Bourdieu, a discussão em torno da Educação Sexual deveria perpassar por três campos: o campo educacional, o campo da saúde e o campo político. Ambos possuem demandas, regras e agentes diferentes, mas as decisões tomadas em um deles podem impactar diretamente o outro. Ao mesmo tempo, o campo da Educação Sexual torna-se um subcampo que perpassa por esses e outros campos, conforme a ilustração abaixo.

Figura 2: A intersecção do campo “educação sexual”



Fonte: Elaboração própria

Compreender e estar familiarizado com as normas que governam um determinado domínio é, em certa medida, considerado uma forma de capital. A ideia subjacente é que um agente que tenha um conhecimento abrangente das regras que regem o campo no qual atua, possui vantagens substanciais em comparação com aqueles que possuem apenas conhecimento parcial dessas normas. Assim, o conhecimento, o reconhecimento e, especialmente, a habilidade de estabelecer essas regras conferem uma vantagem significativa em qualquer contexto competitivo.

No âmbito político, e mais especificamente na Câmara Municipal de Juiz de Fora, a capacidade de proibir os professores de abordar determinados temas ou perspectivas sobre um tema específico representa um poder substancial do campo político sobre o campo educacional. Daí decorrem os conflitos em torno da suposta "ideologia de gênero", que mobiliza também outros campos, como o religioso, o midiático, entre outros, os quais, por sua vez, abrigam seus próprios conflitos internos.

Nossa investigação destacou que diversos grupos e instituições estão envolvidos em uma luta pela hegemonia, buscando definir o que é reconhecido como conhecimento válido, apropriado e aceitável no que diz respeito a questões de gênero e sexualidade. Estas disputas permeiam áreas cruciais, incluindo a abordagem da diversidade sexual, a discussão sobre contracepção, a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, a construção de identidades de gênero, a difusão de conhecimentos científicos sobre sexualidades e até mesmo o acesso de pessoas que não sejam cis gênero e heterossexuais a direitos básicos. Isso engloba o direito de ter sua identidade reconhecida como uma possibilidade legítima, em vez de ser tratada como uma anomalia a ser ignorada, combatida e marginalizada pela sociedade.

Assim como em outros campos, o campo da educação sexual é permeado por relações de dominação e resistência. As tentativas de proibição que ocorreram na Câmara Municipal de Juiz de Fora representam uma concepção de educação sexual: aquela que é unicamente biologizante e que cita, de forma isolada, a prevenção de ISTs e gravidez. Todos os outros aspectos da educação sexual – isso é, identidade de gênero, diversidade sexual, diferentes aspectos da saúde sexual e reprodutiva, papéis e violência de gênero – são tratados pela política do silêncio: se não citados, eles supostamente não existem. Conforme já citamos, Bourdieu argumenta que os agentes que possuem diferentes tipos de capitais em determinado campo têm maior capacidade de impor suas visões e interesses, moldando o campo de acordo com suas próprias perspectivas.

Dessa maneira, os agentes envolvidos nessa disputa, na perspectiva de Bernstein (1984) são: agentes reguladores (igreja) -, agentes reparadores (médicos, psicólogos, sexólogos) e, agentes formadores (professores e especialistas). No caso

estudado, a educação sexual é disputada por setores religiosos, por setores políticos – que ocupam ou visam ocupar algum cargo político - e por setores educacionais. A quase total ausência da participação dos agentes reparadores pode dizer muito sobre a natureza dessa discussão.

Inicialmente, é perceptível que a Igreja Católica, atuando como um agente regulador desde o século passado, exerce uma influência direta sobre as concepções de sexualidade permitidas no contexto da educação brasileira. Este controle se torna evidente quando consideramos que apenas a partir da década de 1960 foram gradualmente aceitos programas de Educação Sexual nas prefeituras, coincidindo com uma maior abertura por parte da igreja em relação a esse tema. Embora sua hegemonia atual seja menos pronunciada do que na Idade Média, é incontestável que a Igreja, enquanto instituição reguladora, continua a exercer sua presença em diversas esferas, excedendo os limites originalmente destinados ao catolicismo, passando a incorporar também influências da Igreja Evangélica.

Um exemplo concreto dessa influência, já abordado nesta dissertação, é o momento em que Dom Gil expressa seu protesto contra o Plano Municipal de Políticas para Mulheres, utilizando a vereadora Ana do Padre Frederico como intermediária para enviar uma carta. Este protesto é fundamentado na objeção à suposta ideologia de gênero.

Motivada por suas convicções e princípios religiosos, a Instituição Religiosa se empenha em influenciar de forma assertiva as políticas e diretrizes educacionais, com o objetivo de promover uma visão específica sobre sexualidade, centrada em valores morais, castidade e a preservação de tradições. Ao sustentar esses valores, as igrejas asseguram sua posição de influência frente à sociedade de consumo, cujos costumes liberais tendem a favorecer um estilo de vida mais permissivo e suscetível à lógica do desejo sem culpa, característico das tendências de moda e comportamentos contemporâneos.

Os agentes reparadores – médicos, psicólogos e sexólogos, almejam, primordialmente, garantir um ambiente seguro para o exercício de suas respectivas profissões. Contudo, ao contrário de outros setores, a função desempenhada por esse grupo já se encontra consolidada em nossa sociedade. Tanto é que o único

representante do campo da saúde que vai a câmara municipal para participar de tais debates é uma médica dermatologista, que usando de suas credenciais médicas acaba por trazer inverdades baseadas em seus preceitos morais. Além dela, não há outro profissional da saúde que, usando de suas credencias, vai à câmara, tanto para defender ou se opor aos projetos de lei.

Não obstante essa ausência aparente, é incontestável a relevância destes profissionais, visto que desempenham um papel crucial ao oferecer suporte e orientação em questões relacionadas à saúde sexual, bem-estar psicológico e resolução de problemas. O fato de haver muitas autoridades religiosas e poucos ou nenhum profissional da saúde presentes nesses debates acaba por dizer muito sobre o verdadeiro caráter dessas disputas.

Por outro lado, os agentes difusores, destacando-se aqui os professores, emergem como os principais alvos potenciais dos projetos de lei em questão. Evidentemente, a contenda se concentra na autoridade desses profissionais no que diz respeito à educação sexual destinada aos jovens e adolescentes. No ambiente escolar, esses educadores desempenham um papel crucial ao abordar temáticas relacionadas a gênero, sexualidade e saúde sexual em suas salas de aula, fomentando um espaço propício para o diálogo e a reflexão. Vale ressaltar que, em muitos casos, a escola representa o único local em que jovens, especialmente provenientes de estratos socioeconômicos mais baixos, terão acesso a informações precisas e abrangentes sobre educação sexual.

A possibilidade de os professores contribuírem positivamente para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes por meio da abordagem destes temas sensíveis ressalta a relevância do papel docente nesse cenário. As ameaças percebidas aos seus poderes e à autonomia na condução de discussões fundamentadas em dados científicos suscitam preocupações substanciais quanto à qualidade e à abrangência da educação sexual fornecida aos jovens em idade escolar.

É crucial destacar que esses agentes não operam de maneira isolada, sendo que suas perspectivas e interesses são moldados por uma diversidade de capitais aos quais têm acesso. Cada agente pode mobilizar distintos tipos de capitais a fim

de promover sua visão sobre a educação sexual e, desse modo, adquirir maior capacidade para fazer valer seus interesses no campo em questão. Nessas disputas, o capital cultural institucionalizado da área de saúde não foi valorizado.

O agente que emergiu vitorioso nesse embate foi o agente neoconservador, uma coalizão de agentes religiosos e políticos. A concepção de educação sexual promovida por esse grupo é aquela mencionada anteriormente, caracterizada, na maioria das situações, por uma negligência aos fatos reais, uma deslegitimação das diferenças e a adoção de um discurso homogeneizador sobre o que seria considerado normal no âmbito da sexualidade e da reprodução.

Em virtude de princípios morais, valores familiares, crenças religiosas, entre outros, surge uma robusta constelação de fundamentos que resguardam essas perspectivas sobre gênero e sexualidade. Essas convicções, embora ofereçam pouca abordagem às questões mais substanciais relacionadas ao tema, exercem uma influência profunda no imaginário social da população que, predominantemente, testemunham mais do que participam nos debates políticos em torno da educação sexual nas escolas.

Além das contendas entre as perspectivas sobre gênero e sexualidade, há também a necessidade de examinar as motivações subjacentes à discussão. Isso vai além da avaliação restrita sobre qual educação sexual é mais adequada para ser oferecida às crianças, expandindo-se para a compreensão do que esses agentes conquistam ao advogar por determinadas agendas. Conforme anteriormente indicado, alguns dos indivíduos envolvidos na câmara obtiveram vantagens por meio desta agenda específica. A partir desses eventos, o Sargento Mello Casal emergiu como o representante proeminente do combate à ideologia de gênero na Câmara Municipal de Juiz de Fora, culminando em sua reeleição em 2020 e indicando uma possível ascensão política nos anos subsequentes. Em contrapartida, Ana do Padre Frederico optou por não concorrer à reeleição, mas obteve sucesso ao eleger seu filho Julinho Rossignoli.

É altamente provável que a população de baixa renda da cidade, sujeita às decisões emanadas da Câmara de Vereadores, não tenha participado ativamente dessas disputas. Esse estrato social, muitas vezes marginalizado ou excluído dos

processos decisórios, pode ter sido deixado à margem dessas negociações e, conseqüentemente, pode não ter tido uma representação efetiva nos debates sobre a educação sexual.

Conforme previamente mencionado, aqueles que poderiam confiar na instituição escolar como uma fonte de conhecimento objetivo e científico sobre sexualidade, bem como um espaço de diversidade e possível aceitação em situações de ausência familiar, estão sendo prejudicados. A escola, como um espaço que busca promover os princípios democráticos, frequentemente se configura como um ambiente onde indivíduos de diferentes identidades de gênero e orientações sexuais têm a oportunidade de interagir com a diversidade. Nesse contexto, são transmitidas mensagens afirmativas que reforçam a possibilidade de ser diferente do padrão cis-heteronormativo, sem que haja qualquer conotação de inadequação ou erro inerente a essa diversidade.

Nesse contexto, a escola desempenha um papel crucial como um ambiente educacional e social que, idealmente, fomenta o entendimento e a aceitação das diferentes facetas da identidade de gênero e sexualidade. As limitações impostas às discussões sobre esses temas nas escolas não apenas restringem o acesso a informações valiosas, mas também comprometem o potencial da escola como um espaço democrático, inclusivo e enriquecedor para todos os seus membros. Essa privação de um ambiente educacional que promova a compreensão, a aceitação e o respeito à diversidade pode ter implicações significativas para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos, especialmente os das classes mais baixas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta dissertação de mestrado ocorreu no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, visando à obtenção do título de Mestre em Educação. O principal objetivo desta pesquisa consistiu na identificação minuciosa da composição, dos objetivos e das estratégias adotadas pelo agente neoconservador em Juiz de Fora, que não apenas atuou no campo educacional local, mas ainda exerce influência contínua nesse setor, especialmente nas questões de gênero e sexualidade. A pesquisa foi conduzida sob

uma abordagem qualitativa que incorporou métodos como pesquisa bibliográfica, análise documental e análise de discurso..

Ao longo do desenvolvimento deste estudo, empenhamo-nos em explorar as dinâmicas e impactos desses agentes na esfera educacional específica do município, buscando contribuir para a compreensão aprofundada e crítica do fenômeno da ascensão do neoconservadorismo no Brasil e em Juiz de Fora, considerando seus impactos nas discussões em torno da educação sexual. A escolha de métodos qualitativos proporcionou uma análise abrangente, permitindo-nos explorar as nuances e complexidades inerentes ao objeto de estudo.

No decorrer das etapas metodológicas, procedemos com uma análise meticulosa da literatura relevante, bem como com uma investigação detalhada das reuniões ordinárias e extraordinárias, além das análises das mesmas. Essas sessões envolveram discussões e votações referentes a projetos de lei e moções de repúdio, os quais tinham como objetivo restrito limitar as discussões acerca da educação sexual em Juiz de Fora. Frequentemente, tais iniciativas se mascaravam sob a alegação de denunciar a suposta ideologia de gênero.

No decorrer da pesquisa, emergiram resultados significativos que oferecem contribuições relevantes para o campo de estudo em Educação. As considerações finais apresentadas aqui refletem uma síntese dos principais achados, destacando implicações teóricas e práticas. Adicionalmente, propomos sugestões para a continuidade do trabalho, delineando caminhos potenciais para investigações futuras e aprimoramentos metodológicos.

A primeira conclusão derivada da pesquisa bibliográfica é que a nova direita, definida por termos como conservadorismo, direita radical e outros, ganhou força nos últimos anos, especialmente após as eleições de 2018 no Brasil. Esse movimento, frequentemente descrito como "conservador nos costumes e liberal na economia", abrange uma diversidade de grupos. Embora multifacetado, esse fenômeno político revela certas tendências comuns entre seus diferentes segmentos.

Os neoliberais, enfocando a eficiência econômica e o lucro, buscam reformas educacionais voltadas para o mercado. Os neoconservadores, almejando o retorno à

disciplina e ao saber tradicional, defendem um Estado forte, sobretudo em questões culturais. Os populistas autoritários, vinculados ao fundamentalismo religioso, resistem a temas como gênero e sexualidade nas escolas. A nova classe média, apoiando o movimento por interesses profissionais e de mobilidade social, contribui para a diversidade dessa frente.

O sucesso desses grupos no campo político revela uma aliança estratégica que transcende divergências internas, consolidando um movimento com impacto significativo na sociedade. A defesa de pautas morais, muitas vezes associadas a valores tradicionais e religiosos, tornou-se uma ferramenta eficaz para a mobilização desses segmentos, refletindo-se na conquista de posições de poder e influência.

Na educação brasileira, esse movimento se expressa por meio de projetos de leis, manifestações e instituições que buscam censurar temas considerados sensíveis, modificar políticas públicas para uma abordagem reacionária, moralista e pudica, controlar o trabalho docente e promover soluções autoritárias para questões escolares.

Ocasionalmente, esses grupos escolhem um inimigo em comum para combater. Além do antipetismo, na promoção de pautas economicamente liberais, outro ponto de convergência estrategicamente eleito por esses grupos é a oposição às discussões sobre gênero e sexualidade, principalmente nas escolas. A estratégia baseia-se na denúncia de uma alegada doutrinação em andamento, denominada ideologia de gênero, a qual seria propagada pela esquerda com foco nas crianças. Com esse discurso, essa coalizão neoconservadora conseguiu atrair fama e exposição na mídia e conseqüentemente angariar votos para pessoas que fizeram desse o seu suposto grande compromisso político.

Em Juiz de Fora, essas ideias chegaram com algumas peculiaridades. Neste contexto, observou-se que iniciativas de alcance nacional foram transplantadas do âmbito federal para a realidade local de Juiz de Fora. A Câmara Municipal, que até então manifestava receptividade às discussões relacionadas à educação sexual, experimentou a imposição externa para tomar posição frente ao alegado plano em curso, no qual as crianças eram apontadas como as principais vítimas.

Dada a responsabilidade inerente a cada vereador, comprometidos tanto com seus eleitorados específicos quanto com suas identidades políticas, um a um sucumbiram à persuasão de que deveriam adotar a agenda de combate à suposta ideologia de gênero, a qualquer custo. Mesmo diante da possível desarticulação da educação sexual institucionalizada, que contava com uma longa trajetória, e da estigmatização dos educadores, sujeitos a exposição e penalidades financeiras, mesmo que os debates se transformassem em arenas pessoais de exposição, a convicção persistia de que as crianças estariam resguardadas de uma ameaça inexistente.

A imposição externa parece ter alimentado um ambiente de desconfiança em relação aos docentes, sujeitando-os a uma possível exposição pública e punições financeiras. O clima de tensão transformou os debates em arenas pessoais, onde as divergências se tornaram polarizadas e intensificadas.

Nesse contexto, a população foi atraída por meio de uma narrativa de perigo, instigada pelo fenômeno do pânico moral. O incidente ocorrido no Colégio João XXIII foi retirado de seu contexto original e apresentado como um exemplo de uma suposta doutrinação em curso, quando, na realidade, não diferia substancialmente de eventos anteriores, uma vez que a cidade de Juiz de Fora é conhecida nacionalmente pelo evento Miss Gay. A sequência dos acontecimentos segue o padrão clássico descrito por Cohen (1984) para o desenvolvimento de um pânico moral.

Inicialmente, a inclusão da palavra "gênero" no Plano Municipal de Políticas para Mulheres provocou interpretações exageradas e desproporcionais, que, por sua vez, deram origem a especulações e distorções do contexto original. Essas interpretações foram fundamentadas em preconceitos enraizados sobre o conceito de gênero, resultando em uma percepção equivocada de um projeto de lei.

Na segunda fase desse processo, estabeleceu-se uma conexão entre o ocorrido e problemas sociais preexistentes, como pornografia e pedofilia. Neste estágio, começaram a ser identificados supostos culpados, com a responsabilização dos servidores públicos pela disseminação de pornografia nas escolas.

Finalmente, na terceira fase, houve uma mobilização para controlar possíveis ações relacionadas ao problema central. Uma lei foi promulgada para impor multas a professores que desrespeitassem as novas regulamentações. Com isso, práticas antes consideradas normais, como aulas de educação sexual, a utilização de livros didáticos com ilustrações anatômicas ou a participação de uma drag queen questionando papéis de gênero, passaram a ser vistas com desconfiança

A indagação que permanece latente é a seguinte: quem colhe benefícios desse cenário? No mínimo, aqueles que advogaram por tais pautas alcançaram visibilidade, enquanto, no máximo, conseguiram angariar votos e ser eleitos por uma base eleitoral consolidada. Havia, possivelmente, uma expectativa nesse sentido, a qual, contudo, não se materializou em todos os casos em Juiz de Fora.

Mesmo diante da aprovação de legislações pertinentes, as quais, posteriormente, foram declaradas inconstitucionais, surge a imperativa necessidade de reflexão para pesquisas posteriores: de que forma esses conflitos repercutiram nas instituições educacionais? Quais foram as transformações observadas no dia-a-dia dos educadores?

O que se verifica é que, mesmo diante da inconstitucionalidade dos projetos de lei, da renovação da Câmara Municipal e das eleições para os cargos do executivo, tanto em nível nacional quanto municipal, isso não se traduziu em uma verdadeira conquista. Pelo contrário, a influência neoconservadora persiste de forma robusta, ressurgindo ocasionalmente com novas tentativas de imposição de censura. O eco do pensamento neoconservador permanece arraigado na sociedade, e um exemplo evidente disso é a dinâmica das eleições para conselheiros tutelares.

Setores católicos e evangélicos antecipavam a eleição de um contingente significativo de conselheiros, com a missão primordial de zelar pela proteção da infância. Há relatos, inclusive, de campanhas sendo realizadas dentro de igrejas, embora tal prática seja irregular. De maneira semelhante às eleições para os poderes executivo e legislativo, observou-se uma expressiva polarização (MARZULLO, 2023).

A persistência da ideologia neoconservadora na sociedade demanda uma compreensão mais profunda, para além de simples denúncias. A questão,

essencialmente, é política, apesar da teologização que a envolve. Existe uma estrutura política que transcende as fronteiras partidárias, fundamentada em um discurso que almeja intervir em assuntos concernentes ao corpo, ao cotidiano, ao poder e, em última instância, à vida, dissimulando-se sob a aparência de preocupações transcendentais como a alma, o espírito, o céu ou o inferno, transformando-se, por fim, em censura.

Ao se disfarçar de preocupação moral e espiritual, na verdade, a nova direita busca reconfigurar o espaço público e privado, impondo normas rígidas sobre comportamentos e identidades. Essa movimentação não se limita apenas ao campo da religião, mas se articula de forma estratégica no cenário político, visando controlar narrativas e práticas sociais. Ao vincular questões como gênero, sexualidade e educação a uma suposta ameaça moral, esse discurso neoconservador instrumentaliza o medo e a desinformação para justificar políticas autoritárias e censuradoras.

A censura, nesse contexto, não é apenas a proibição de certos conteúdos, mas uma tentativa de moldar a sociedade de acordo com uma visão única e restritiva do que é aceitável. A imposição de leis que penalizam professores ou a demonização de práticas educativas progressistas são reflexos de um esforço maior para controlar o pensamento crítico e a diversidade de experiências humanas. Portanto, a resistência a essa ideologia deve ir além da denúncia e envolver um compromisso profundo com a defesa de uma educação plural, inclusiva e crítica, que reconheça e valorize a complexidade das identidades e das vivências.

Assim, é fundamental que as respostas a essa onda neoconservadora não se limitem ao campo jurídico, mas também envolvam estratégias de conscientização e mobilização social. Só por meio do fortalecimento de uma cultura democrática e pluralista será possível enfrentar de maneira eficaz as tentativas de retrocesso e censura, garantindo que a educação permaneça um espaço de liberdade.

e-outras-igrejas-relativizaram-pratica-no-passado.shtml>. Acesso em 30 de jul. de 2022.

BARBOSA, J. Conhecendo os Evangélicos Progressistas: Igrejas não bolsonaristas pelo Brasil. **Revista Fórum**. 19 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/opiniao/2021/11/19/conhecendo-os-evangelicos-progressistas-igrejas-no-bolsonaristas-pelo-brasil-por-pastor-ze-barbosa-jr-106418.html>>. Acesso em 30 de jul de 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARROS, A. K.. Religião e identidade homossexual: um estudo de caso em Juiz de Fora- MG. **Vozes do Vale**, v. 5, p. 1-19, 2016.

BARUFFI, E.. **Pink Money**: compromisso ou oportunismo?. Temas contemporâneos em Direito. Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2019.

BERG, T.; SILVA, E.; TORRES, R. **A miséria do amor dos pobres**. In: A Ralé Brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2009.

BIROLI, F.; VAGGIONE, J.; MACHADO, M.. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. **Boitempo Editorial**, 2020.

BIROLI, F.. Reação conservadora, democracia e conhecimento. **Revista de antropologia**, v. 61, n. 1, p. 83-94, 2018.

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. **Boitempo Editorial**, 2018.

BITTENCOURT, R. N. A impossível neutralidade discursiva na práxis educacional e a improbidade ideológica da Escola sem Partido. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 191, p. 117-133, 1 abr. 2017.

BOLSONARO volta atrás e perdoa dívida de R\$1,4 bilhão de igrejas. Estado de Minas. 18 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/18/interna_politica,1248010/bolsonaro-volta-atras-e-perdoa-divida-de-r-1-4-bilhao-de-igrejas.shtml>. Acesso em 11 de mar de 2022.

BOLSONARO, Jair Messias. **Em 2010 levantei-me contra isso. Qual a sua opinião?** Facebook: usuário facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=933228986826088>>. Acesso em 08 de jul de 2022.

BORGES, G. Ana do Padre Frederico recebe título de cidadã honorária de Juiz de Fora. **Tribuna de Minas**. Juiz de fora, 08 de mai. de 2021. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/08-05-2021/ana-do-padre-frederico-recebera-titulo-de-cidada-honoraria-de-juiz-de-fora.html>> Acesso em 20 de mai. de 2022.

BOSCO, L. **Educação sexual e formação continuada de professores e professoras na rede municipal de ensino de Florianópolis/SC**. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 143, 2019.

BOURDIEU, P. **A distinção**. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1999

BOURDIEU, P. **Os três estados do capital cultural**. In Escritos de Educação. Petrópolis, Ed. Vozes, (org. Nogueira e Catani), 1998.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Papyrus Editora, 1996.

BRAGA, A. Temas transversais, identidade sexual e cultura escolar: uma crítica à versão de sexualidade contida nos PCN. **Cadernos de Educação**. Pelotas, ano, v. 15, p. 179-192, 2002.

BRAGA, A. Identidade sexual e cultura escolar: uma crítica à versão de sexualidade contida nos PCN. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 40, n. 2, p. 1-9, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Lei 9.394/96. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. MEC, 2019. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf> Acesso em 01 out. 2020.

BRASIL. PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUENO, R.; RIBEIRO, P. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018.

CADERNO escola sem homofobia. Brasília–DF: MEC, 2009. Disponível em: <<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>>. Acesso em 13 maio 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Laiz Marendino Perrut**. Câmara Municipal de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://www.camarajf.mg.gov.br/www/vereadores/exibir/31/Laiz-Perrut-Marendinobr.html>>. Acesso em: 15 jan. 2024

CAMPANHA da Universal para Conselho Tutelar representa ataque à democracia, diz cientista social. Brasil de Fato. Recife, 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/05/campanha-da-universal-para-conselho-tutelar-representa-ataque-a-democracia-diz-cientista-social>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

CASAL, S. **Apresentação**. Facebook: usuário facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/sargentomellol>>. Acesso em 23 de jan de 2024

CASTRO, R. P. Diversidades sexuais e de gêneros no Plano Municipal de Educação de Juiz de Fora: breves apontamentos. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 6, n. 2, p. 175-180, 2016.

CHACHAM, A; JAYME, J. Violência de gênero, desigualdade social e sexualidade. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 1, 2016.

CHALOUB, J.; LIMA, P.; PERLATTO, F.. Apresentação: Direitas no Brasil contemporâneo. **Teoria e cultura**, v. 13, n. 2, 2018.

CIDADANIA lgbt +. **Legislação Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.cidadanialgbt.ms.gov.br/?page_id=685>. Acesso em 20 de mai. de 2022

COHEN, S. **Moral Panics as Cultural Politics**: Introduction to the Third Edition, in *Folk Devils and Moral Panics*, 3.ed, Londres: Routledge, 2002. p. vii-xxxvii.

COLLETA, R. Bolsonaro mentiu ao falar de livro de educação sexual no 'Jornal Nacional'. **El País**. São Paulo, 29 de ago. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html>. Acesso em 20 de mai. de 2022.

CONSELHEIRO Tutelar Abraão Fernandes é afastado por mais 30 dias. Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 22 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/22-11-2017/conselheiro-tutelar-abraao-fernandes-e-afastado-por-mais-30-dias.html>>. Acesso em 08 de jul de 2022.

DIREITA MINAS JF. **Operação Iscariotes - 2022: Abandonada pelo politicamente correto**. Facebook: usuário facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=999763327608169>>. Acesso em: 05 de jun. de 2021

DIREITA MINAS. 2018. **Página inicial**. Disponível em: <www.direitaminasjf.com>. Acesso em: 05 de jun. de 2021.

DUTRA, R.; MIRANDA, L.. Territorialidades na Parada LGBT de Juiz de Fora - MG. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 35, Volume Especial, p. 136-153, 2013.

ELEIÇÃO de conselhos tutelares tem embate entre católicos e evangélicos. Valor. São Paulo, 30 set. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/09/30/eleicao-de-conselhos-tutelares-tem-embate-entre-catolicos-e-evangelicos.ghtml>. Acesso em: 01 fev. 2023.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Programa Escola Sem Partido** [Internet]. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 05 de jun. de 2021.

FELLET, J. A batalha entre católicos e evangélicos pelo domínio dos Conselhos Tutelares. **BBC**, São Paulo, 01 de out. de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49819051>>. Acesso em 20. de jul. de 2022.

FELLYPE, A. Ex-conselheiro tutelar de Juiz de Fora é condenado por improbidade administrativa. **G1 Zona da Mata**. 20 de fev. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/02/20/ex-conselheiro-tutelar-de-juiz-de-fora-e-condenado-por-improbidade-administrativa.ghtml>>. Acesso em 08 de jul de 2022.

FERNANDES, A. Refúgio dos canalhas. **Vida Destra**, 13 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://vidadestra.org/refugio-dos-canalhas/>>. Acesso em 20. de jul. de 2022

FERNANDES, A. Testemunha ocular. **Vida Destra**, 29 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://vidadestra.org/testemunha-ocular/>>. Acesso em 20. de jul. de 2022.

FERRARI, H. Procurador Guilherme Schelb poderá assumir Ministério da Educação. **Correio Braziliense**, 2018. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/11/22/interna_politica,720841/bolsonaro-tera-encontro-com-procurador-schelb-defensor-do-escola-sem.s.html>. Acesso em: 27 nov. de 2021.

FIGUEIREDO, C.; MALVEZZI, P. 'Ideologia de gênero': como o clã Bolsonaro usa a internet para atacar LGBTI+. **Diadorim**, 28 set. 2022. Disponível em: <<https://adiadorim.org/reportagens/2022/09/ideologia-de-genero-como-o-cla-bolsonaro-usa-internet-para-atacar-lgbti/>>. Acesso em: 20. jul de 2023.

FIGUEIRÓ, M. N. D. A viabilidade dos temas transversais à luz da questão do trabalho docente. PSI: **Revista de Psicologia Social e Institucional**. Londrina, v.2, n.1, p. 17-36, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n12.htm>> . Acesso em: 07 Nov. 2020

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual e a Formação Continuada do Educador:** desafios e cuidados no trato de temas polêmicos – diversidade sexual e aborto. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação Sexual: saberes essenciais para quem educa. Curitiba:CRV 2018b. p. 287-306.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual:** professores não podem doutrinar. Pais e mães podem? In: FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação Sexual: saberes essenciais para quem educa. Curitiba: CRV 2018c. p. 243-258.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de educadores sexuais:** adiar não é mais possível. Londrina: Eduel, 2014.

FIGUEIRÓ, M. N. D. O preparo de educadores sexuais. **Perspectiva: sexualidade e educação**, Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 89-114, dez. 1998.

FOLHA DE SÃO PAULO. Criador do Moses acha errado criar comunidade para louvar a Deus. São Paulo, 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc22029809.htm>>. Acesso em: 24. ago. 2023.

FURLAN, C.; CARVALHO, F. Comunismo e gênero no escola sem partido: notas para não sucumbir a uma pedagogia fascista. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 58, p. 168-186, 2020.

FURLANETTO, M. et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 168, p. 550-571, 2018.

FURLANI, J. Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. **Autêntica**, 2017.

GAZETA DO POVO. Quem são os candidatos apoiados pela família Bolsonaro nas eleições municipais. *Gazeta do Povo*, 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2020/apoio-candidatos-eleicoes-2020-familia-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 maio 2022.

GIL, D. ideologia de gênero e Democracia. **Acessa**, 16 de jul. de 2015. Disponível em: <<https://www.acessa.com/cidade/arquivo/palavradefe/2015/07/16-ideologia-de-genero-e-democracia/>> Acesso em 20 de maio de 2022.

GLOBO G1. Cancelamento de eventos em MG afetam turismo, afirmam empresários. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2014/07/cancelamento-de-eventos-em-mg-afetam-turismo-afirmam-empresarios.html>>. Acesso em: 14. set.2023.

GLOBO G1. Plano Municipal de Educação é aprovado na Câmara de Juiz de Fora. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2017/03/plano-municipal-de-educacao-e-aprovado-na-camara-de-juiz-de-fora.html>>. Acesso em: 14. set.2023.

GLOBO G1. Apuração em Juiz de Fora - MG nas Eleições 2016. Juiz de Fora: 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/eleicoes/2016/apuracao/juiz-de-fora.html>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

GONZALEZ, M. **De menina, de menino ou de criança?** Estudo sobre as relações de gênero e brinquedos na pequena infância. 2017. 44 f. Trabalho de projeto de pesquisa (de curso como exigência parcial) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

GOVERNO faz denúncia ao MP de adesivo com ofensa a Dilma. Brasil: Terra. 2015. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/governo-denuncia-adesivo-com-ofensa-sexual-a-dilma,33f5fa7ff225c4a3d42f654bee769de9sgleRCRD.html>> Acesso em: 29 de mai. de 2021.

GRIBEL, Á. Como Bolsonaro gastou os recursos da saúde indígena? ONG evangélica ganhou R\$ 872 milhões. **Brasil: o globo**, 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/alvaro-gribel/post/2023/01/como-bolsonaro-gastou-os-recursos-da-saude-indigena-ong-evangelica-ganhou-r-842-milhoes.ghtml>> Acesso em 02 de fev. de 2023.

GUERRA, Cláudia. Menino brinca de boneca e menina de carrinho? **Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 137-142, jan./dez. 2007

GUILHERME SCHELB. **Cristão pela infância**, 2018. Página Inicial. Disponível em: <<https://cristaospelainfancia.com.br/>>. Acesso em 20 de mai. 2022

HALL, S. et all. **Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order**. London, Macmillan, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>. Acesso em: 10 ago. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2021**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30 de mai. de.2022.

JENZ, V. Raio-X da violência contra as mulheres em Juiz de Fora: gráficos mostram tipos de agressões e perfil das vítimas. **G1 Zona da Mata**, Juiz de Fora, 22 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2023/03/22/raio-x-da-violencia-contras-mulheres-em-juiz-de-fora-graficos-mostram-tipos-de-agressoes-e-perfil-das-vitimas.shtml>. Acesso em: 04 jun. 2023.

JF elege quatro deputados federais e três estaduais. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 7 de out. de 2018. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/07-10-2018/jf-elege-quatro-deputados-federais-e-tres-estaduais.html>>. Acesso em 30 de mai. de 2022.

JUIZ DE FORA. **Projeto de Lei n.º 001, de 02 de janeiro de 2017**. Dispõe sobre o respeito dos serviços públicos municipais à dignidade especial de crianças e adolescentes, com a denominação Infância sem Pornografia no âmbito do Município de Juiz de Fora e dá outras providências. Juiz de Fora: Câmara Municipal, 2017. Disponível em: <<https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=58225>>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

JUIZ DE FORA. **Projeto de Lei n.º 018, de 23 de abril de 2021**. Declara como essenciais as atividades de comércio, fornecimento e consumo de alimentos fora do lar no Município de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Câmara Municipal, 2021. Disponível em: <<https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=90590>>. Acesso em: 11 de dez. 2023.

JUIZ DE FORA. **Projeto de Lei n.º 033, de 28 de abril de 2021**. Considera serviços essenciais as atividades educacionais de ensino no Município de Juiz de Fora, em situação de emergência ou estado de calamidade em decorrência de crise sanitária

ou de saúde pública. Juiz de Fora: Câmara Municipal, 2021. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=92037>. Acesso em: 11 de dez. 2023.

JUIZ DE FORA. **Projeto de Lei n.º 060, de 15 de março de 2023**. Estabelece o sexo biológico como o único critério para definir o gênero dos atletas em competições organizadas pelas entidades de administração do desporto no Município de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Câmara Municipal, 2023. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=125632>. Acesso em: 11 de dez. 2023.

JUIZ DE FORA. **Projeto de Lei n.º 117, de 01 de julho de 2021**. Garante aos estudantes do município de Juiz de Fora o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino na forma que menciona. Juiz de Fora: Câmara Municipal, 2021. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=98045>. Acesso em: 01 de julho de 2021.

JUIZ DE FORA. **Projeto de Lei n.º 117, de 03 de agosto de 2021**. Garante aos estudantes do Município de Juiz de Fora o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino na forma que menciona. Juiz de Fora: Câmara Municipal, 2021. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=98045>. Acesso em: 11 de dez. 2023.

JUIZ DE FORA. **Projeto de Lei n.º 121, de 04 de julho de 2016**. Dispõe sobre a Instituição, no âmbito do sistema municipal de ensino, o "Programa Escola Sem Partido". Juiz de Fora: Câmara Municipal, 2016. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=57039>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

JUIZ DE FORA. **Projeto de Lei n.º 160, de 18 de outubro de 2016**. Dispõe sobre o respeito dos serviços públicos municipais à dignidade especial de crianças e adolescentes, pessoas em desenvolvimento e em condição de especial fragilidade psicológica, com a denominação "Infância sem Pornografia" no âmbito do Município de Juiz de Fora e dá outras providências. Juiz de Fora: Câmara Municipal, 2016. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=57726>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

JUIZ DE FORA. **Projeto de Lei n.º 166 de 13 de julho de 2017**. Institui o primeiro domingo do mês de novembro de cada ano, o dia QUADRANGULAR. Câmara Municipal, 2015. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=61630>. Acesso em: 02 de jan. de 2024.

JUIZ DE FORA. **Projeto de Lei n.º 214, de 28 de outubro de 2019**. Institui no calendário oficial do Município de Juiz de Fora o Dia de Combate à Intolerância Ideológica. Juiz de Fora: Câmara Municipal, 2019. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=80920>. Acesso em: 11 de dez. 2023.

JUIZ DE FORA. **Projeto de Lei n.º 4159, de 25 de março de 2015**. Institui o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Câmara Municipal, 2015. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=52041>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

JUIZ DE FORA. **Projeto de Lei n.º 4269, de 11 de novembro de 2016**. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências. Juiz de Fora: Câmara Municipal, 2016. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=57869>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

JUIZ DE FORA PREFEITURA. **Conselho Municipal de Direito das Mulheres**. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/cmdm/index.php>. Acesso em: 20 de mai. de 2022.

KNOP, R. G.; MAIA, C. E. S. "O MONUMENTO É DE PAPEL CREPOM E PRATA": DA APARÊNCIA À RESISTÊNCIA LGBTQI+ NA RAINBOW FEST–JUIZ DE FORA (MG). In: **Anais** do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB, v. 1, p. 2951-2966, 2019.

LIMA, E. Sexualidade e currículo escolar: um diálogo a partir da legislação. In: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, VI, 2012, Sergipe. **Anais**. Sergipe: 2012.

LOBATO, M. **Aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos?** Reflexões sobre o Miss Brasil Gay como patrimônio imaterial da cidade de Juiz de Fora. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Escola Superior de Ciências Sociais, Curso de Graduação em Ciências Sociais, dezembro 2009.

LORENSONI, M. et al. Miss Brasil Gay - Construindo imaginários sobre a cidade de Juiz de Fora-MG. RELACult – **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 06, ed. especial, mar., 2020, artigo nº 1824. Disponível em: <claec.org/relacult>. ISSN eletrônico: 2525-7870.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 1986.

MACEDO, C. "CURA GAY" EM CONTEXTOS EVANGÉLICOS: TENSIONAMENTOS, DESLOCAMENTOS E TRANSFORMAÇÕES. **Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**, Florianópolis, 2017. ISSN 2179-510X.

MACHADO, C. Pânico moral: para uma revisão do conceito. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, n. 7, 2004.

MAIA, G. A estudantes, Bolsonaro recomenda livro de torturador para professora 'esquerdista'. **Extra**, 2019. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/a-estudantes-bolsonaro-recomenda-livro-de-torturador-para-professora-esquerdista-23984514.html>>. Acesso em: 16 de jan. 2024

MAIA, C.; DUTRA, R.. Liberdade, diversidade e excessos sob as cores do arco-íris: reflexões sobre a Rainbow Fest Juizforana. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 32, n. 2, p. 71-92, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3371/337127362004.pdf>>. Acesso em: 04. Jun. 2023.

MARIANO, A.. **Apresentação**. Facebook: usuário facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/vereadorandremarianojf/?ref=page_internal>. Acesso em 08 de jul de 2022

MARIZ, R. Após declaração de Bolsonaro, estados lançam campanha contra turismo sexual. **O globo**. Brasil, 5 de mai. de 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/apos-declaracao-de-bolsonaro-sobre-tema-estado-s-lancam-campanhas-contra-turismo-sexual-23642854>>. Acesso em: 30 de mai. de 2022.

MARTINS, H.. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

MARZULLO, L. Conselho tutelar: pastores pediram votos dentro de igrejas, prática proibida por lei. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 out. 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/10/07/conselho-tutelar-pastores-pedir-am-votos-dentro-de-igrejas-pratica-proibida-por-lei.ghtml>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

MARZULLO, L. Eleições para conselhos tutelares marcaram mais um episódio de polarização entre bolsonaristas e governistas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 out. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/10/01/eleicoes-para-conselhos-tutelares-marcaram-mais-um-episodio-de-polarizacao-entre-bolsonaristas-e-governistas.ghtml?interno_origem=materiasoglobo&interno_midia=boxquevoceprecisasaber&interno_campanha=oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/10/07/conselho-tutelar-pastores-pediram-votos-dentro-de-igrejas-pratica-proibida-por-lei.ghtml>. Acesso em: 01 fev. 2023.

MATTOS, P. **A dor e o estigma da puta pobre**. In: Ralé brasileira: Quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 173-204, 2009.

MAZOCOLI, E. Juiz de Fora é a segunda cidade do estado com maior taxa de feminicídio. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 06 mar. 2023. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/06-03-2023/juiz-de-fora-e-segunda-cidade-do-estado-com-maior-taxa-de-femicidio.html>. Acesso em: 04 jun. 2023.

MIGUEL, L. **A reemergência da direita brasileira**. In: SOLANO, E. (org). O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, p. 17-26, 2018.

MIGUEL, L. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema-direita brasileira. **Cadernos pagu**, 2021.

MISKOLCI, R. Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-mediatizadora. **Autêntica Editora**, 2021.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos pagu**, p. 101-128, 2007.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017.

MISS BRASIL GAY. A história. Disponível em: <https://www.missbrasilgay.com.br/a-historia/>. Acesso em: 04 jul. 2023.

MOLITERNO, D. Bolsonaro puxa coro de “imbrochável” em discurso no Dia da Independência. **CNN Brasil**. Brasil, 7 de set. de 2022. Disponível em: cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-puxa-coro-de-imbrochavel-em-discurso-no-dia-da-independencia/ Acesso em: 20 de jan. de 2023.

MONTEIRO, S; RIBEIRO, P. Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. **Pesquisa e Ensino**, v. 1, e202011, p.1-24, 2020.

MOREIRA, Dom Gil. Diga não à ideologia de gênero. **Arquidiocese Juiz de Fora**, 2015. Disponível em: <https://arquidiocesejuizdefora.org.br/diga-nao-a-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

MOURA, F; SILVA, R. 6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília: **Frente Nacional Escola Sem Mordança**, 2020.

O TEMPO. A minoria tem que se curvar. 2011. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/a-minoria-tem-que-se-curvar-1.352269>>. Acesso em: 24. ago. 2023.

OLIVEIRA, Patrícia et al. A retirada dos termos “igualdade de gênero e orientação sexual” do Plano Nacional de Educação–PNE 2014-2024. **Diversidade e Educação**, v. 8, n. 2, p. 128-151, 2020.

ONDA de direita toma o país. Folha de São Paulo. São Paulo, 28 de out. de 2018. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/eleicoes-2018-em-graficos/resultado/onda-de-direita-toma-o-pais.shtml>> Acesso em 20 de mai. de 2022.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS GERAIS. Carta de Apoio. 2017. OAB Juiz de Fora. Disponível em: <https://www.juizdefora-oabmg.org.br/noticias/exibir/3121/Carta-de-Apoio.html>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015. 98 p.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 11, 2016.

PADRE PAULO RICARDO. Documentário expõe farsa do gênero na Noruega. Padre Paulo Ricardo, 2017. Disponível em: <<https://padrepauloricardo.org/blog/documentario-expoe-farsa-do-genero-na-noruega>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

PAINS, C. Vídeo com drag discutindo gênero em escola desperta ira de políticos. **O globo**, Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/video-com-drag-discutindo-genero-em-escola-desperta-ira-de-politicos-21963445>>. Acesso em 30 de jul. de 2022.

PARAGUASSU, L.. Em mais um evento evangélico, Bolsonaro ataca defesa de minorias. **Terra**, 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/em-mais-um-evento-evangelico-bolsonaro-ataca-defesa-de-minorias,7a5718eb9a72ecbab2f2b5f77ad822e9qd9zlj18.html?utm_source=clipboard>. Acesso em: 14. set. 2023.

PEROTTI, D.. Crítica do PT, socióloga diz que inventou Ursal em 2001 como ironia. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 ago 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/critica-do-pt-sociologa-diz-que-inventou-ursal-em-2001-como-ironia.shtml>> . Acesso em: 28 de mar. de 2023.

PESSOA, J. Arco-íris para quem? Minas Gerais lidera mortes LGBTQIA+ no primeiro semestre. **O Pharol**, 2022. Disponível em: <https://jornalopharol.com.br/2022/06/arco-iris-para-quem-minas-gerais-lidera-mortes-lgbtqia-no-primeiro-semester/>. Acesso em: 04. Jun. 2023.

PIERUCCI, A. As bases da nova direita. **Novos estudos CEBRAP**, v. 19, p. 26-45, 1987.

PLANO com citação a 'igualdade de gênero' volta à Câmara de Juiz de Fora. G1. 02 de julho de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/07/plano-com-citacao-igualdade-de-genero-volta-camara-de-juiz-de-fora.html>>. Acesso em 20 de mai de 2022.

PREFEITURA de Juiz de Fora publica destituição de Abraão Fernandes da função de conselheiro tutelar . **G1 Zona da Mata**. 30 de jun. de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/prefeitura-em-juiz-de-fora-publica-destituiacao-de-abraao-fernandes-da-funcao-de-conselheiro-tutelar.ghtml>>. Acesso em 08 de jul de 2022.

Prefeitura de Juiz de Fora. Pesquisa e informação são apontadas como essenciais na prevenção à violência LGBTQIAP+. Publicado em 29/11/2022. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=77900>. Acesso em: 04. Jun. 2023.

QEDU. Censo Escolar. Disponível em: <<https://novo.qedu.org.br/municipio/3136702-juiz-de-fora/censo-escolar>>. Acesso em 20 de mai. de 2022.

QUEIROZ, A. O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos. **Diplomatique Brasil**. Brasil, 5 de nov. de 2018. Disponível em:

><https://diplomatie.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>>. Acesso em 20 de mai. de 2022.

REZENDE, D.; SOL, A.. “Ideologia de gênero” na produção acadêmica brasileira recente. **Teoria e Cultura**, v. 16, n. 2, 2021.

RIBEIRO, P. Desvelando a Sexualidade. Campinas, SP: **Papirus**, 1987. 103p. (Série educando).

RIBEIRO, P. **Educação Sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990. 71p

RIBEIRO, P. Sexualidade e educação: aproximações necessárias. São Paulo: **Arte & Ciência**, p. 204, 2004.

RIBEIRO, P.; MONTEIRO, S. Dossiê: Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1254-1264, jul. 2019. E-ISSN: 1982-5587.

ROCHA, C.; SOLANO, E. **Bolsonarismo em crise**. Democracia e direitos humanos. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2020.

ROSISTOLATO, R.P.R. Orientação Sexual na escola: expressão dos sentimentos e construção da autoestima. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.90, n.225, p. 367-384, maio/ago. 2009.

RUSCHEL, R. Os pastores progressistas dispostos a discutir tabus. **Carta Capital**. 11 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/os-pastores-progressistas-dispostos-a-discutir-tabus/>> . Acesso em 30 de jul. de 2022.

SALLES, R. Polêmica da ‘Escola sem Partido’ chega à Câmara. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 08 jul. 2016. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/08-07-2016/polemica-da-escola-sem-partido-chega-a-camara.html>>. Acesso em: 04 jun. 2023

SALLES, R. TJMG considera inconstitucional a restrição à diversidade em Plano Municipal de Educação de JF. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 02 de set. de 2020. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/02-09-2020/tjmg-considera-inconstitucional-restricao-a-diversidade-em-plano-municipal-de-educacao-de-jf.html>>. Acesso em 30 de jul. de 2022.

SANTA-BÁRBARA, I.; CUNHA, F.; BICALHO, P.. **Escola 'sem' Partido**: Visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). Escola 'sem' partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 1ed. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, v. 1, p. 105-120, 2017.

SASSINE, V. O Governo Bolsonaro registrou denúncias de ideologia de gênero por dois anos. **Folha de São Paulo**. Brasil, 25 de abr. de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/04/governo-bolsonaro-registrou-denuncias-de-ideologia-de-genero-por-dois-anos.shtml>> Acesso em 20 de mai. de 2022.

SCHMIDT, R.. Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 765-799, setembro-dezembro/2006.

SEVERO, R.; ESTRADA, R. Entrevista com Michael Apple. **Educação em Revista**, v. 35, 2019.

SILVA, E. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC. **História, histórias**, vol. 8, nº 16. p.138 - 162, 2020.

SILVEIRA, Emerson Sena. A heterossexualidade, os evangélicos e o pós-tradicional: notas sobre desconstruções e ressignificações sexo-gênero. **Estudos feministas e religião: tendências e debates**, v. 2, p. 99-127.

SOLANO, E. (org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. **Boitempo Editorial**, 2018.

THE handmaid's tale. Criação de: Bruce Miller. Estados Unidos: Hulu, 2017.

TOKARNIA, M. Criador do Escola sem partido quer mudar proposta na câmara. **Agência Brasil**. Brasília, 6 de dez. 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-12/criador-do-escola-sem-partido-quer-mudar-proposta-na-camara>>. Acesso em 20 de mai. de 2022.

TRIBUNA DE MINAS. MC Xuxú denuncia caso de transfobia em pizzaria do Centro. YouTube, 24 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=chP04t6cPWE&t=128s>>. Acesso em: 29 de novembro de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Eventos LGBT trazem 4 mil turistas a JF e injetam R\$ 2 mi na economia da cidade. Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2017/10/23/eventos-lgbt-trazem-4-mil-turistas-a-jf-e-injetam-r-2-mi-na-economia-da-cidade/>>. Acesso em: 04. Jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA Na hora do lanche. Facebook: usuário facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=1691393580891989>>. Acesso em 08 de jul de 2022.

WEREBE, M. **Sexualidade, Política e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. 217p.

APÊNDICES

7.1 APÊNDICE A - REUNIÕES ANALISADAS

Escola Sem partido (PL n.º 121/2016)

Data de proposição: 04/07/2016

Proponente: André Mariano (PSC)

Status: Retirado

Link: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/textop.php?id=139460>

Justificativa: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/textop.php?id=139462>

Quadro 1 - Reuniões analisadas referente ao Escola Sem Partido

Data	Link Ata	Link Video
24/11/2016	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3671	não
15/07/2016	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3621	não
08/07/2016	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3624	não
06/07/2016	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3615	não

Fonte: Elaboração Própria

Infância Sem Pornografia (PL 160/2016)

Proposto em: 10/18/2016

Status: Arquivado em 04/01/2016

Proponente: José Fiorilo (PTC)

Link: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/textop.php?id=142308>

Justificativa: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/textop.php?id=142309>

Obs.: não houve discussões, pois o projeto retornou em 2017 com outro texto.

Infância Sem Pornografia (PL n.º. 001/2017)

Proposto em: 1/2/2017

Status: Transformado em Norma Jurídica 21/05/2018

Proponente: José Fiorilo (PTC)

Link: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/textop.php?id=143848>

Justificativa: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/textop.php?id=143849>

Quadro 2 - Reuniões analisadas referente ao Infância Sem Pornografia

Data	Link Ata	Link Video
20/11/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3857	https://www.youtube.com/watch?v=PbNQq0fG-aQ
23/11/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3860	https://www.youtube.com/watch?v=e3eWNzBig2s
30/11/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3867	https://youtu.be/gwGSM_oyCnI?si=rvCuj1pEDScR5qll
01/12/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3870	https://www.youtube.com/watch?v=3EECOMPyz8Q
22/02/2018	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3908	https://www.youtube.com/watch?v=BRAgzBUXHOU&t=2692s
26/02/2018	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3913	https://www.youtube.com/watch?v=Pn9tbSfKZos
21/03/2018	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3924	https://www.youtube.com/watch?v=XdOqvXYFmDY
22/03/2018	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3925	https://www.youtube.com/watch?v=0Ei1Zqdz74Y
26/03/2018	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3927	https://www.youtube.com/watch?v=DHgRPwKgVQM
17/04/2018	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3939	https://www.youtube.com/watch?v=SS_V8xR3Mmw
18/04/2018	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3940	https://youtu.be/Avlq82FJbg4?si=ghsuuL6tUs_5r5GY
18/06/2018	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3964	https://www.youtube.com/watch?v=qFs6EjHTPJo

Fonte: Elaboração própria

Plano Municipal de Educação (PL nº. 4269/2016)

Data de proposição: 17/11/2016

Status: Transformado em Norma Jurídica - Norma: Lei nº13502/2017

Proponente: Executivo

Link: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/textop.php?id=142620>

Justificativa: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=57869>

Quadro 3 - Reuniões analisadas referente ao PME

Data	Link Ata	Link Video
01/04/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3708	não
24/03/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3737	não
27/03/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3740	não
27/03/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3739	não
27/03/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3738	não
26/09/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3835	https://www.youtube.com/watch?v=r7_xpJNEpkI
27/09/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3836	https://www.youtube.com/watch?v=yD7YmzIQxTI
18/10/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3846	https://www.youtube.com/watch?v=xIXQaQFNUV4&t=8365s
25/10/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3855	https://www.youtube.com/watch?v=ssB8eksmDWg
21/05/2018	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3951	https://www.youtube.com/watch?v=XF9q2-BipmY

Quadro 4 - Reuniões analisadas referente as moções de repúdio

Data	Link Ata	Link Video
18/09/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3826	https://www.youtube.com/watch?v=XINqughVEDI
18/10/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3846	https://www.youtube.com/watch?v=xIXQaQFNUV4&t=8365s
16/10/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3844	https://www.youtube.com/watch?v=vkeAj9tX2Tk&t=2742s
17/10/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3845	https://www.youtube.com/watch?v=8OuOzmSVfC4/
20/10/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3848	https://www.youtube.com/watch?v=3Sr1ODzGM-8
24/10/2017	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3850	https://www.youtube.com/watch?v=PJy6jPgKhWA
11/01/2018	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3897	https://www.youtube.com/watch?v=eYkiqKf8Uqg

Fonte: Elaboração Própria

OUTROS TEMAS

Quadro 5 - Reuniões analisadas sobre outros temas

Data	Link da Ata	Link do Vídeo	Tema
28/06/17	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3790	Não	Discutindo a votação de um "banheiro família"
25/08/17	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3834	Não	Discutindo a reportagem do Fantástico sobre Cura Gay
24/10/17	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3850	https://www.youtube.com/watch?v=PJy6jPgKhWA	Correspondência enviada pelo CONPAS – Conselho de Pastores de Juiz de Fora, discorrendo sobre seu repúdio à ideologia de gênero
22/02/18	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3908	https://www.youtube.com/watch?v=BRAgzBUXHOU&t=2827s	Dra. Tânia, convidada por militares, fala sobre a ideologia de gênero
29/08/18	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=4000	https://www.youtube.com/watch?v=gkPOUh-1FwU	Audiência pública: "Feminicídio: a luta não pode parar"
18/09/18	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=4002	https://www.youtube.com/watch?v=h3DV3hYbvkk	Projeto de lei que prevê porcentagem do número de mulheres nos Conselhos da Administração
18/10/18	https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=4017	https://www.youtube.com/watch?v=PHmtLj7xqQM	Ideologia de gênero e kit gay

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara Municipal de Juiz de Fora

7.6 APÊNDICE B - VEREADORES, PARTIDOS E PARTICIPAÇÃO NOS DEBATES

Quadro 6 - Vereadores, Partidos e Participação nos debates

Vereador	2013 - 2016	2017 - 2020	Participou dos debates?
Ana do Padre Frederico	PDT - Partido Democrático Trabalhista	PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro	Frequentemente

André Mariano	PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PSC - Partido Social Cristão	Frequentemente
Betão	PT - Partido dos Trabalhadores	PT - Partido dos Trabalhadores	Frequentemente
Castelar	PT - Partido dos Trabalhadores	PT - Partido dos Trabalhadores	Frequentemente
Charles Evangelista	x	PP - Partido Progressista	Algumas vezes
Chico Evangelista	PP - Partido Progressista	x	Não
Cido Reis	PPS - Partido Popular Socialista	PSB - Partido Socialista Brasileiro	Não
Delegada Sheila	x	PTC - Partido Trabalhista Cristão	Algumas vezes
Dr. Adriano Miranda	x	PHS - Partido Humanista da Solidariedade	Algumas vezes
Dr. Antonio Aguiar	PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro	Algumas vezes
Dr. Fiorilo (Dr. Zezito)	PDT - Partido Democrático Trabalhista	PTC - Partido Trabalhista Cristão	Frequentemente
Isauro Calais	PMN - Partido da Mobilização Nacional	x	Não
João Coteca	x	PR - Partido da República	Não
João do joaninho	DEM - Democratas	x	Não
José Emanuel	PSC - Partido Social Cristão	x	Algumas vezes
Jucelio	PSB - Partido Socialista Brasileiro	x	Algumas vezes
Julio Gasparette	PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro	x	Não
Julio 'Obama Jr'	x	PHS - Partido Humanista da Solidariedade	Não
Kennedy	x	PMDB - Partido do Movimento Brasileiro	Não
Marlon Siqueira	x	PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro	Não
Nilton Militão	PTC - Partido Trabalhista Cristão	x	Não

Noraldino Júnior	PSC - Partido Social Cristão	x	Não
Oliveira Tresse	PSC - Partido Social Cristão	x	Não
Pardal	PTC - Partido Trabalhista Cristão	PTC - Partido Trabalhista Cristão	Algumas vezes
Rodrigo Matos	PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira	PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira	Algumas vezes
Sargento Mello Casal	x	PTB - Partido Trabalhista Brasileiro	Frequentemente
Vagner	PR - Partido da República	PSC - Partido Social Cristão	Não
Zé Márcio	PV - Partido Verde	PV - Partido Verde	Algumas vezes

Fonte: Elaboração própria